



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria do Tesouro Estadual
Superintendência Central de Contadoria Geral

Antonio Augusto Junho Anastasia

Governador do Estado de Minas Gerais

Leonardo Maurício Colombini Lima

Secretário de Estado de Fazenda

Maria da Conceição Barros de Rezende

Contadora Geral do Estado

CRC MG – 068.609



Apresentação

Apresento o relatório contábil, do exercício de 2010, que integra o Balanço Geral do Estado de Minas Gerais, para fins de prestação de contas do Excelentíssimo Senhor Governador à Assembleia Legislativa e ao povo mineiro.

O relatório tem por objetivo evidenciar o desempenho da Administração Pública Estadual, mediante análise das demonstrações contábeis e dos demais relatórios de natureza orçamentária, financeira e patrimonial, de forma consolidada e também individualizada, da Administração Direta, Autarquias e Fundações, Fundos Estaduais, bem como elucidar, por meio de análises descritivas, tabelas analíticas e gráficos específicos, o comportamento das contas públicas.

Os resultados apresentados espelham, nas demonstrações contábeis, a origem e aplicação dos recursos públicos nas ações empreendidas pelo Governo, através das políticas públicas em prol dos interesses da sociedade mineira.

Belo Horizonte, 21 de março de 2011.

Maria da Conceição Barros de Rezende
Diretora da Superintendência Central de Contadoria Geral
CRC-MG 68.609



Sumário

1	Orçamento	3
1.1	Alterações Orçamentárias	4
2	Balanço Orçamentário	6
3	Despesa Orçamentária Fiscal	8
3.1	Despesas Correntes	10
3.2	Despesas de Capital	13
3.3	Despesa por Projetos Estruturadores e Áreas de Resultados	15
3.3.1	Projeto Estruturadores por Grupo de Despesas	23
3.3.2	Projeto Estruturadores por Unidade Orçamentária	24
3.3.3	Projeto Estruturadores por Fonte de Recursos	25
4	Receita Orçamentária Fiscal	26
4.1	Receitas Correntes	27
4.2	Receitas de Capital	38
5	Balanço Financeiro	41
6	Balanço Patrimonial	45
6.1	Ativo	46
6.2	Passivo	55
7	Demonstrativo das Variações Patrimoniais	60
7.1	Variações Ativas	60
7.2	Variações Passivas	63
8	Indicadores Fiscais e Constitucionais	65
8.1	Indicadores Fiscais da LRF	65
8.1.1	Relatório de Gestão Fiscal – RGF	66
8.1.1.1	Despesas de Pessoal	66
8.1.1.2	Dívida Consolidada Líquida – DCL	67
8.1.1.3	Operações de Crédito	68
8.1.2	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO	70
8.1.2.1	Balanço Orçamentário	71
8.1.2.2	Despesa por Função e Subfunção	71
8.1.2.3	Receita Corrente Líquida	72
8.1.2.4	Resultado Primário	73
8.1.2.5	Resultado Nominal	73
8.2	Indicadores Constitucionais	73
8.2.1	Aplicação de Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde	74
8.2.2	Aplicação de Recursos com Programas de Saúde e Investimentos em Transportes e Sistema Viário	77
8.2.3	Aplicação de Recursos no Amparo e Fomento à Pesquisa	77
8.2.4	Aplicação de Recursos em Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE	77
9	Notas Explicativas	78
10	Considerações Finais	80
	Legislação Básica	81
	Realização	88
	Equipe Técnica	89
	Bibliografia	90
	Siglário	91



1 – Orçamento

O orçamento é instrumento de planejamento de qualquer entidade, pública ou privada, e representa o fluxo de ingresso e aplicação de recursos em determinado período¹.

A Constituição Federal estabelece que o planejamento do setor público brasileiro deve ser consolidado a partir de três instrumentos, os quais devem ser articulados, interdependentes e compatíveis entre si, promovendo um planejamento de médio e curto prazo, sendo eles:

- Plano Plurianual – tratado pela Constituição Mineira como Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
- Lei de Orçamento Anual – LOA.

Nos instrumentos de planejamento mencionados, o ato de planejar implica em adequar corretamente os recursos financeiros, físicos e humanos, observando os objetivos estabelecidos e envolvendo não apenas a formulação de um plano, mas também coordenando as ações a ele associadas, de forma a acompanhar a execução e avaliar seus resultados, voltados aos interesses da sociedade.

Nesse contexto, para o exercício de 2010, foi sancionada a Lei Estadual 18.693, de 04 de janeiro de 2010, que consolida o Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais, estimando as Receitas em R\$ 41.113.937.207,00 (quarenta e um bilhões, cento e treze milhões, novecentos e trinta e sete mil e duzentos e sete reais) e fixando as Despesas em igual importância.

Flávio Cruz, em comentários à Lei Federal 4.320, define que o Orçamento Fiscal compreende as receitas e despesas dos Poderes constituídos, do Ministério Público, órgãos e entidades da administração direta e indireta, seus fundos e as fundações mantidas pelo Poder Público.

Na Lei orçamentária a partir do exercício de 2009, considerou-se a Categoria Econômica 7 – Receitas Correntes Intraorçamentárias – Contribuição Patronal, e a Modalidade 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal, no grupo de despesa Pessoal e Encargos Sociais a fim de permitir a eliminação da dupla contagem no levantamento dos balanços e demais demonstrações contábeis. Para 2010 este montante foi de R\$ 1.637.716.594,00 (Um bilhão, seiscentos e trinta e sete milhões, setecentos e dezesseis mil e quinhentos e noventa e quatro reais), tanto para a receita quanto para a despesa.

Os dados da tabela 01 demonstram sinteticamente o comparativo do planejamento orçamentário do Estado no biênio 2009/2010, evidenciando em 2010 um acréscimo de 4,63% em relação ao exercício anterior.

¹ Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público/ STN – 2ª Edição.



Tabela 01 – Comparativo do Planejamento Orçamentário
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

R\$ milhares

Previsão da Receita				Fixação da Despesa			
Descrição	2009	2010	AH % (1)	Descrição	2009	2010	AH % (1)
Receitas Correntes	40.928.805	43.017.018	5,10	Despesas Correntes	32.725.258	34.831.738	6,44
Receitas Capital	2.413.968	2.581.445	6,94	Despesas Capital	5.969.791	5.984.479	0,25
Deduções Correntes	(4.364.543)	(4.484.526)	2,75	Reserva Contingência	283.181	297.720	5,13
Subtotal	41.461.559	41.113.937	(0,84)	Subtotal	38.978.230	41.113.937	5,48
Receitas Intraorçamentárias	1.881.214	1.637.717	(12,94)	Despesas Intraorçamentárias	1.881.214	1.637.717	(12,94)
Total	40.859.445	42.751.654	4,63	Total	40.859.445	42.751.654	4,63

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AH – Análise Horizontal (2010/2009);

2) Despesas com Pessoal e Encargos na Modalidade 91.

A previsão orçamentária para o exercício de 2010 teve em sua composição recursos ordinários² no montante de R\$ 20,465 bilhões e recursos vinculados³ de R\$ 22,286 bilhões. Do total da receita ordinária, a de origem Tributária representou próximo de 83% dos recursos, seguida pelas Transferências da União em torno de 12%, do total das receitas previstas para o exercício.

Da despesa fixada, 85% dos recursos foram destinados a atender Despesas Correntes, sendo que a maior parcela coube a gastos com Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes. A despesa fixada oriunda de recursos constitucionais vinculados aos municípios representou 18% do total da despesa fiscal excluída a contribuição patronal (modalidade 91). Para os investimentos, foram destinados no orçamento R\$ 3,529 bilhões, que representaram 8,6% do orçamento total, englobando recursos ordinários e vinculados.

1.1 – Alterações Orçamentárias

Tabela 02 – Demonstrativo das Alterações Orçamentárias da Despesa
Estado de Minas Gerais – 2010

R\$ milhares

Código	Descrição	Crédito Inicial	Crédito Adicional	Crédito Autorizado
1	Pessoal e Encargos Sociais	18.302.319	2.839.988	21.142.308
2	Juros e Encargos da Dívida	1.879.638	369.773	2.249.410
3	Outras Despesas Correntes	16.287.498	1.716.997	18.004.494
4	Investimentos	3.529.257	1.403.808	4.933.065
5	Inversões Financeiras	1.194.883	266.295	1.461.178
6	Amortização da Dívida	1.260.339	130.284	1.390.622
9	Reserva de Contingência	297.720	(293.846)	3.874
Total		42.751.654	6.433.298	49.184.951

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/STE/SCCG/SEF

²Recursos disponíveis para livre aplicação – Manual de Receita Nacional.

³Recursos vinculados a algum órgão ou programação específica – Manual de Receita Nacional.



Ao longo do exercício financeiro, o Orçamento Inicial teve um acréscimo de 15,04%, correspondente a Créditos Adicionais no valor de R\$ 6.433.297.548,92 (seis bilhões, quatrocentos e trinta e três milhões, duzentos e noventa e sete mil, quinhentos e quarenta e oito reais e noventa e dois centavos), evidenciados na tabela 02, dos quais parte refere-se a Créditos Especiais destinados a despesas de pecúlio e seguro coletivo registradas no Fundo de Assistência ao Pecúlio dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais – Funapec, no valor de R\$ 30.124.000,00 (trinta milhões cento e vinte quatro mil reais).

Destacam-se nos Créditos Suplementares, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais como as que apresentaram maior percentual de aporte, seguidas pelas dos grupos Outras Despesas Correntes e Investimentos.

A análise a seguir dispõe sobre o comportamento da execução orçamentária em 2010.



2 – Balanço Orçamentário

Com previsão legal no art. 102 da Lei Federal 4320/64, bem como, no disposto no art. 52 da Lei Complementar Federal 101/2000, o Balanço Orçamentário evidencia a comparação das receitas previstas com a arrecadada e das despesas fixadas com aquelas executadas durante o ano, bem como o resultado orçamentário do exercício.

Tabela 03 – Balanço Orçamentário Fiscal
Estado de Minas Gerais – 2010

R\$ milhares

Receitas Orçamentárias						
Categoria Econômica Origem	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Valor Arrecadado(c)	Diferença (c – b)	AH % (1) (c/a)	AH % (1) (c/b)
Receitas Correntes	38.532.492	38.739.368	42.581.566	3.842.199	10,51	9,92
11 – Receitas Tributárias – Líquidas	25.360.524	25.360.524	27.523.661	2.163.137	8,53	8,53
Receitas Tributárias Brutas	29.223.375	29.223.375	31.745.459	2.522.084	8,63	8,63
Deduções Receitas Tributárias (2)	(3.862.851)	(3.862.851)	(4.221.798)	(358.947)	9,29	9,29
12 – Receitas de Contribuições	1.774.102	1.830.466	1.702.356	(128.110)	(4,04)	(7,00)
13 – Receitas Patrimoniais	1.039.818	1.077.918	1.674.868	596.949	61,07	55,38
14 – Receitas Agropecuárias	5.117	5.117	7.270	2.153	42,07	42,07
15 – Receitas Industriais	130.348	130.348	202.095	71.747	55,04	55,04
16 – Receitas de Serviços	483.581	502.437	478.661	(23.776)	(1,02)	(4,73)
17 – Transferências Correntes – Líq.	8.831.274	8.909.990	9.458.933	548.943	7,11	6,16
Transferências Correntes	9.380.164	9.458.881	10.004.418	545.538	6,66	5,77
Deduções Transf. Correntes (2)	(548.891)	(548.891)	(545.485)	3.405	(0,62)	(0,62)
19 – Outras Rec. Correntes – Líq.	907.728	922.567	1.533.722	611.155	68,96	66,25
Outras Receitas Correntes	980.512	995.351	1.681.859	686.508	71,53	68,97
Deduções Outras Rec. Correntes (2)	(72.785)	(72.785)	(148.137)	(75.353)	103,53	103,53
Receitas de Capital	2.581.445	3.109.855	2.504.208	(605.647)	(2,99)	(19,48)
21 – Operações de Crédito	1.827.949	2.106.893	1.598.425	(508.469)	(12,56)	(24,13)
22 – Alienação de Bens	25.638	27.348	33.522	6.174	30,75	22,57
23 – Amortização de Empréstimos	507.806	514.719	506.705	(8.014)	(0,22)	(1,56)
24 – Transferências de Capital	207.107	447.950	364.984	(82.966)	76,23	(18,52)
25 – Outras Receitas de Capital	12.945	12.945	572	(12.373)	(95,58)	(95,58)
Receitas Intraorçamentárias	1.637.717	1.637.717	1.532.179	(105.537)	(6,44)	(6,44)
72 – Receitas de Contribuições	1.637.717	1.637.717	1.532.179	(105.537)	(6,44)	(6,44)
Total	42.751.654	43.486.940	46.617.953	3.131.014	9,04	7,20

Despesas Orçamentárias						
Categoria Econômica Grupo de Despesa	Crédito Inicial (a)	Crédito Autorizado (b)	Despesa Realizada (c)	Diferença (c – b)	AH % (1) (c/a)	AH % (1) (c/b)
Despesas Correntes	34.831.738	39.641.303	38.244.545	(1.396.759)	9,80	(3,52)
1 – Pessoal e Encargos Sociais	16.664.603	19.387.399	18.920.484	(466.915)	13,54	(2,41)
2 – Juros e Encargos da Dívida	1.879.638	2.249.410	2.242.733	(6.678)	19,32	(0,30)
3 – Outras Despesas Correntes	16.287.498	18.004.494	17.081.328	(923.167)	4,87	(5,13)
Despesas de Capital	5.984.479	7.784.865	6.076.568	(1.708.297)	1,54	(21,94)
4 – Investimentos	3.529.257	4.933.065	3.993.566	(939.499)	13,16	(19,04)
5 – Inversões Financeiras	1.194.883	1.461.178	845.683	(615.495)	(29,22)	(42,12)
6 – Amortização da Dívida	1.260.339	1.390.622	1.237.319	(153.304)	(1,83)	(11,02)
Reserva de Contingência	297.720	3.874	-	(3.874)	(100,00)	(100,00)
Despesas Intraorçamentárias	1.637.717	1.754.909	1.730.061	(24.848)	5,64	(1,42)
1 – Pessoal e Encargos Sociais	1.637.717	1.754.909	1.730.061	(24.848)	5,64	(1,42)
Subtotal	42.751.654	49.184.951	46.051.174	(3.133.777)	7,72	(6,37)
<i>Superávit</i>			566.779			
Total	42.751.654	49.184.951	46.617.953	(2.566.998)	9,04	(5,22)

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AH – Análise Horizontal;

2) Dedução para o Fundeb.



A Lei Complementar 101/2000⁴, incluiu o balanço orçamentário no conjunto de demonstrativos que compõem o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, objetivando ampliar a transparência das informações da Administração Pública, apresentando de forma mais detalhada o comportamento bimestral das receitas e despesas orçamentárias e comparando-as com os montantes dispostos no Orçamento além de evidenciar o resultado em cada período.

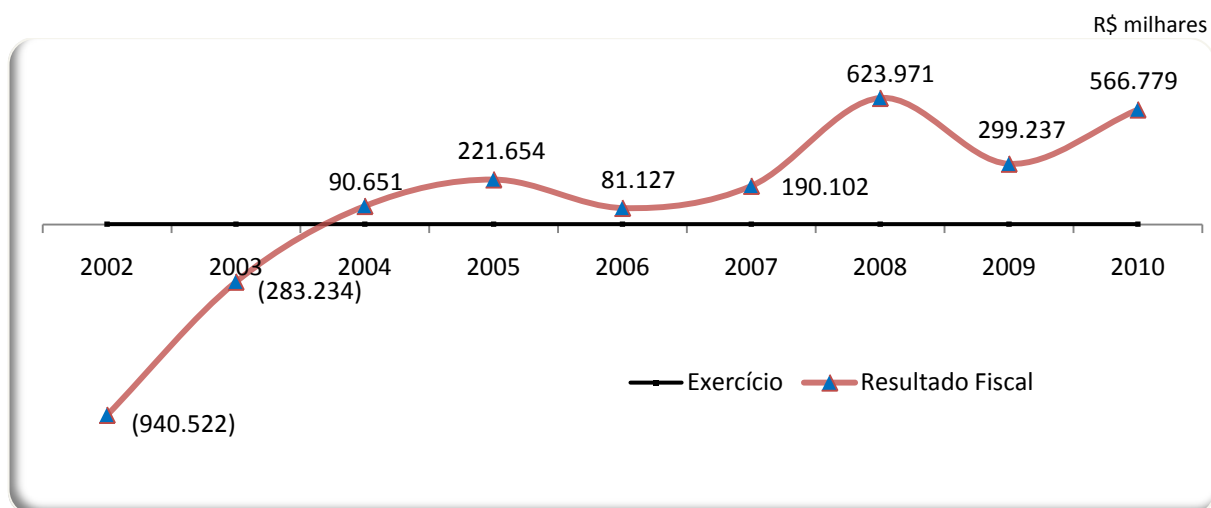
Neste contexto, a tabela 03 apresenta de forma resumida o Balanço Orçamentário Fiscal do Estado de Minas Gerais referente ao exercício de 2010, elaborado em consonância com os procedimentos estabelecidos no Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais editado pela Portaria 462/09 da STN.

Observa-se na tabela anterior que a receita orçamentária arrecadada foi de R\$ 46,618 bilhões no exercício de 2010, com arrecadação nominal superior a 9% em relação à previsão inicial, dos quais o maior crescimento nominal encontra-se nas receitas tributárias.

Quanto à despesa no montante de R\$ 46,051 bilhões, representou uma execução próxima a 8% acima do valor fixado pela Lei Orçamentária, com maior expressividade do montante realizado na despesa corrente, sobretudo em Pessoal e Encargos e Outras Despesas Correntes. Já o resultado fiscal do exercício de 2010 foi um superavitário em R\$ 567 milhões.

No gráfico a seguir, é demonstrada a trajetória do resultado orçamentário do Estado de Minas Gerais no período de 2002-2010, comprovando o firme propósito do governo mineiro em manter o equilíbrio das contas públicas.

Gráfico 01 – Resultado Orçamentário Fiscal
Estado de Minas Gerais – 2002/2010



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Demonstra-se a seguir a efetiva execução dos recursos da despesa e receita estabelecida no orçamento do exercício de 2010.

⁴ Art.53 da Lei de Responsabilidade Fiscal.



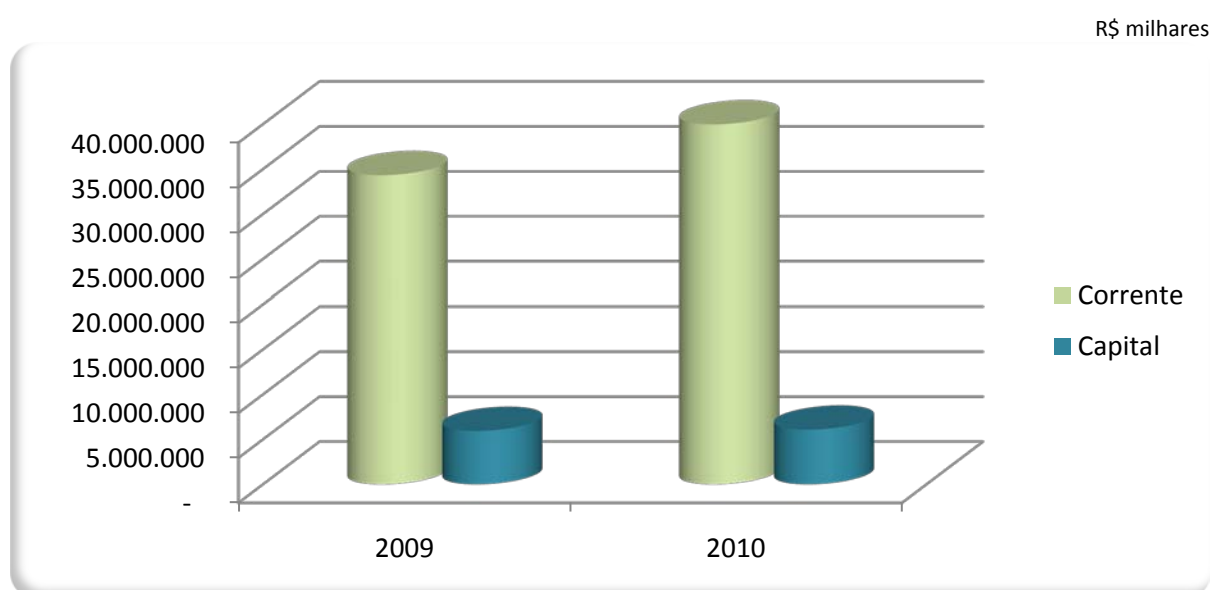
3 – Despesa Orçamentária Fiscal

A despesa orçamentária representa todas as aplicações realizadas pelo governo nas ações públicas, tais como, gastos com investimento, pessoal, despesas necessárias à manutenção administração pública, etc., cujos recursos foram devidamente fixados na Lei Orçamentária Anual, classificados nas categorias econômicas Corrente e de Capital.

Conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN⁵, as despesas correntes são aquelas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, e as despesas de capital são as que contribuem e ensejam o registro de incorporação de ativo imobilizado, intangível ou investimento, bem como o registro de desincorporação de um passivo no caso da dívida pública.

Em 2010, o montante da despesa orçamentária fiscal foi de R\$ 46,051 bilhões, 14,37% superior ao exercício de 2009, incluídas as despesas intraorçamentárias no valor de R\$ 1,730 bilhão, conforme detalhamento disposto na tabela 04, sendo que as despesas correntes representaram 86,80% e as de capital 13,20% do total executado, mantendo-se esta distribuição estável quando comparada com o exercício anterior.

Gráfico 02 – Comparativo Despesa Realizada por Categoria Econômica
Estado de Minas Gerais – 2009/2010



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

⁵ Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público/STN – 2ª Edição.



Tabela 04 – Comparativo da Execução Orçamentária por Grupo de Despesa
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

Descrição	R\$ milhares				
	2009	AV % (1)	2010	AV % (1)	AH % (2)
Despesas Correntes	34.329.236	85,26	39.974.606	86,80	16,44
1 – Pessoal e Encargos Sociais	17.576.558	43,65	20.650.545	44,84	17,49
2 – Juros e Encargos da Dívida	2.197.016	5,46	2.242.733	4,87	2,08
3 – Outras Despesas Correntes	14.555.662	36,15	17.081.328	37,09	17,35
Despesas de Capital	5.934.225	14,74	6.076.568	13,20	2,40
4 – Investimentos	3.585.388	8,90	3.993.566	8,67	11,38
5 – Inversões Financeiras	1.250.816	3,11	845.683	1,84	(32,39)
6 – Amortização da Dívida	1.098.021	2,73	1.237.319	2,69	12,69
Total	40.263.461	100,00	46.051.174	100,00	14,37

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

A tabela seguinte evidencia a despesa executada no Estado, por fonte de recursos, nos exercícios de 2009 e 2010.

Tabela 05 – Comparativo da Execução Orçamentária por Fonte de Recursos
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

Fonte Recursos	R\$ milhares				
	2009	AV % (1)	2010	AV % (1)	AH % (2)
10 Recursos Ordinários	20.620.916	51,21	23.310.602	50,62	13,04
20 Recursos Const. Vinculados aos Municípios	6.762.624	16,80	8.109.121	17,61	19,91
23 Fundeb	3.829.183	9,51	4.481.424	9,73	17,03
60 Recursos Diretamente Arrecadados	1.647.784	4,09	1.838.781	3,99	11,59
12 Operações de Crédito Contratuais – Swap	-	-	1.023.275	2,22	-
22 Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	843.337	2,09	895.255	1,94	6,16
43 Contribuição do Servidor para o Funfip	846.882	2,10	860.724	1,87	1,63
42 Contribuição Patronal para o Funfip	706.503	1,75	763.719	1,66	8,10
49 Cont. Patronal do Estado aos Institutos de Previdência	631.622	1,57	714.241	1,55	13,08
27 Taxa de Segurança Pública	635.519	1,58	713.116	1,55	12,21
50 Cont. do Serv. do Estado aos Institutos de Previdência	507.469	1,26	559.711	1,22	10,29
Demais	3.231.623	8,03	2.781.207	6,04	(13,94)
Total	40.263.461	100,00	46.051.174	100,00	14,37

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

Do total da despesa de 2010, aproximadamente 80% foram executados com recursos ordinários, constitucionais vinculados aos municípios e decorrentes do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica – Fundeb, totalizando R\$ 35,901 bilhões.

Do montante da despesa decorrente de recursos ordinários (fonte 10) evidenciado na tabela 05, grande parte destinou-se ao pagamento de pessoal e encargos em torno de R\$ 14,140 bilhões. Além disso, parte das despesas de custeio do Estado, destinada à



manutenção de suas atividades, no valor de R\$ 3,537 bilhões, teve como origem os recursos ordinários. Dentre essas despesas podemos citar: saúde, previdência social e segurança pública, nos valores de R\$ 940 milhões, R\$ 734 milhões e R\$ 569 milhões respectivamente. O gastos com juros e encargos da dívida, no montante de R\$ 2,048 bilhões, foi inferior em 6,6% ao dispêndio de 2009 com recursos próprios. Há de mencionar, que o montante dos investimentos realizados pelo Estado em 2011 com recursos do Tesouro Estadual no valor de R\$ 3,584 bilhões, foi superior em cerca de 5% ao do exercício de 2009.

Os recursos decorrentes do Fundeb foram executados R\$ 3,088 bilhões na remuneração de profissionais do magistério, representando 68,91% do total arrecadado.

Da fonte 60, Recursos Diretamente Arrecadados, no valor de R\$ 1,839 bilhão, cerca de 66%, equivalentes ao valor de R\$ 1,212 bilhão, foram realizados principalmente nos seguintes detalhamentos de despesa:

- ✓ **Concessão de empréstimo e financiamento**, registros efetuados pelos Fundos Estaduais (Findes e Fundese);
- ✓ **Outros serviços de terceiros pessoa física e jurídica**, executados principalmente pelo Ipsemg, Funed e Fhemig;
- ✓ **Obras e Instalações**, pelo DER e Setop.

3.1 – Despesas Correntes

As despesas correntes são aquelas cujos recursos são utilizados na manutenção dos equipamentos e no funcionamento dos serviços públicos em geral, constituindo nas despesas operacionais dos entes, que compreende os gastos com pessoal, juros e encargos da dívida e demais despesas correntes.

Tabela 06 – Comparativo da Execução da Despesa Corrente
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

Descrição do Grupo	R\$ milhares			
	2009	2010	AV % (1)	AH % (2)
1 – Pessoal e Encargos Sociais	17.576.558	20.650.545	51,66	17,49
2 – Juros e Encargos da Dívida	2.197.016	2.242.733	5,61	2,08
3 – Outras Despesas Correntes	14.555.662	17.081.328	42,73	17,35
Total	34.329.236	39.974.606	100,00	16,44

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

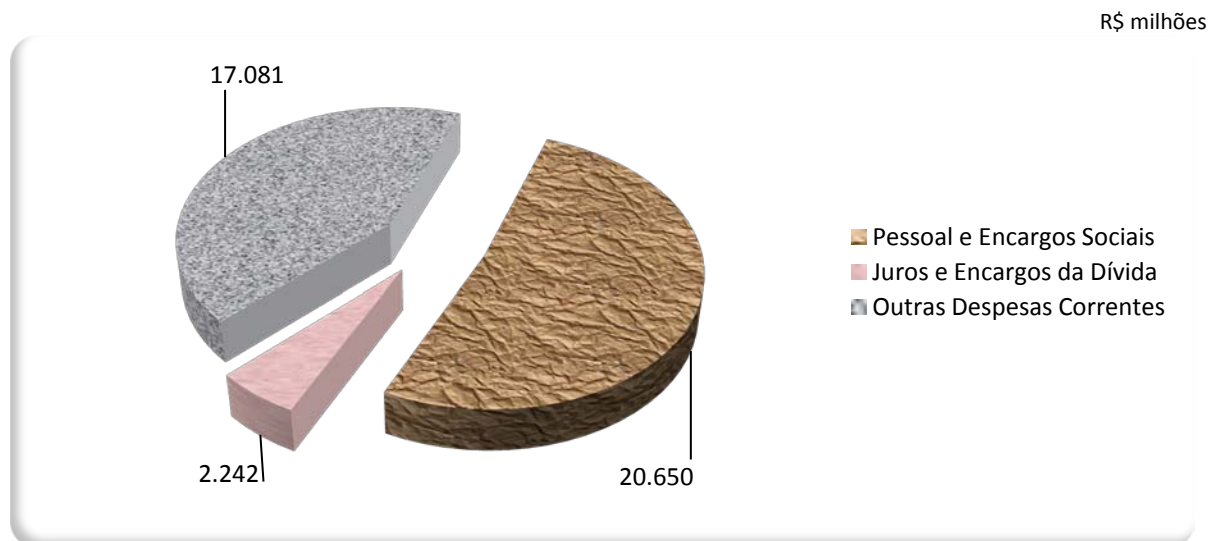
Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

As despesas correntes do exercício de 2010 apresentaram crescimento nominal de 16,44%, se comparadas ao exercício anterior, tendo como principal composição as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, com participação importante na pauta dos gastos governamentais. Esse grupo registrou em seu cômputo os elementos relativos a pessoal ativo no valor de R\$ 13,412 bilhões, pessoal terceirizado R\$ 411 milhões e R\$ 6,828 bilhões com inativos, que representaram 44,84%, R\$ 20,650 bilhões, do total da despesa fiscal e 51,66% da Categoria Corrente.

O gráfico a seguir apresenta a despesa corrente distribuída por grupo de despesa.

Gráfico 03 – Distribuição das Despesas Correntes por Grupo
Estado de Minas Gerais – 2010



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Já as Outras Despesas Correntes, em 2010, participaram com 37,09%, R\$ 17,081 bilhões, do total da despesa fiscal, e cresceram 17,34% quando confrontados com o exercício anterior. Aproximadamente 86% das despesas realizadas nesse grupo foram concentradas nos elementos destacados na tabela 07, sendo:

Tabela 07 – Comparativo das Outras Despesas Correntes por Elemento
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

R\$ milhares

Código	Descrição por Elemento	2009	2010	AV % (1)	AH % (2)
3	Pensões	1.396.600	1.650.172	9,66	18,16
30	Material de Consumo	855.478	838.542	4,91	(1,98)
39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	3.008.125	3.397.846	19,89	12,96
81	Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	6.789.323	8.162.561	47,79	20,23
	Demais Elementos	2.506.137	3.032.206	17,75	20,99
Total		14.557.670	17.081.328	100,00	17,34

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;
2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

Dentre as despesas destacadas na tabela anterior, é importante relatar:

✓ **Pensões**

- Representaram em 2010 9,66% do grupo de outras despesas correntes, totalizaram R\$ 1,650 bilhão com acréscimo de 18,16% em relação a 2009. Este elemento refere-se basicamente a despesas com pessoal civil na cifra de R\$ 1,029 bilhão, R\$ 578 milhões a pessoal militar e R\$ 48 milhões a convênios com prefeituras e cartórios.



✓ **Material de Consumo**

- Com o valor executado de R\$ 839 milhões e participação próxima, de 5% do referido grupo, apresentou um decréscimo de 1,98%, ou seja, R\$ 17 milhões, quando comparado ao exercício de 2009, com destaque para:
 - aquisição de medicamentos, que teve participação relevante, ou seja, 55% dos gastos deste elemento, R\$ 462 milhões. Destes, R\$ 456 milhões foram executados pelo Fundo Estadual de Saúde;
 - aquisição de material médico hospitalar no valor de R\$ 63 milhões, distribuídos nos projetos atividades relacionados a: assistência à saúde no Hospital Governador Israel Pinheiro (Hospital da Previdência) no valor de R\$ 12 milhões; ao complexo de urgência e emergência e ao desenvolvimento em programa de sangue e derivados com R\$ 10 milhões cada, bem como, nos projetos relacionados a medicamentos básicos e assistência hospitalar ambulatorial/programação pactuada integrada com execução de R\$ 5 milhões cada, dentre outras;
 - R\$ 59 milhões referem-se à execução relativa ao projeto atividade aquisição e distribuição de leite pasteurizado realizado pelo Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de MG;
 - R\$ 54 milhões foram gastos com combustível, sendo que R\$ 39 milhões foram executados pela Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil;
 - R\$ 31 milhões com materiais de laboratório e produtos químicos em geral executados em sua maioria pelo Hemominas, Fhemig, Ipsemg e Funed.

✓ **Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

- Grande parte da execução deste elemento de despesa decorre de serviços relacionados abaixo, que juntos totalizaram a cifra de R\$ 2,547 bilhões:
 - serviços de saúde com recursos do SUS;
 - serviços médicos odontológicos e laboratoriais;
 - serviços de tecnologia da informação englobando os executados pela Prodemge;
 - curso de capacitação e formação para o cidadão principalmente no atendimento ao ensino médio profissionalizante executados pela Secretaria de Educação;
 - publicidade;
 - tarifas públicas (telefone, água e energia), e
 - fornecimento de alimentação para detentos e rede Fhemig em sua maioria.



✓ Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas

- Refere-se a repasses da Cota Parte aos Municípios da arrecadação das receitas tributárias, dívida ativa, multas e juros de ICMS e IPVA, bem como, das transferências constitucionais recebidas da União (IPI e Cide), executados em sua totalidade pela Secretaria de Fazenda – Encargos Gerais do Estado.

3.2 – Despesas de Capital

As despesas de capital são aquelas realizadas com o objetivo de formar e ou adquirir ativos reais, nelas inclusas as ações de governo destinadas à execução de obras, compra de bens móveis, imóveis, equipamentos em geral, bem como, amortização de dívidas de longo prazo. Totalizaram em 2010 R\$ 6,077 bilhões, representando cerca de 13% da despesa total do Estado, crescendo 2,40% quando se compara à realização de 2009.

Tabela 08 – Comparativo da Execução da Despesa de Capital
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

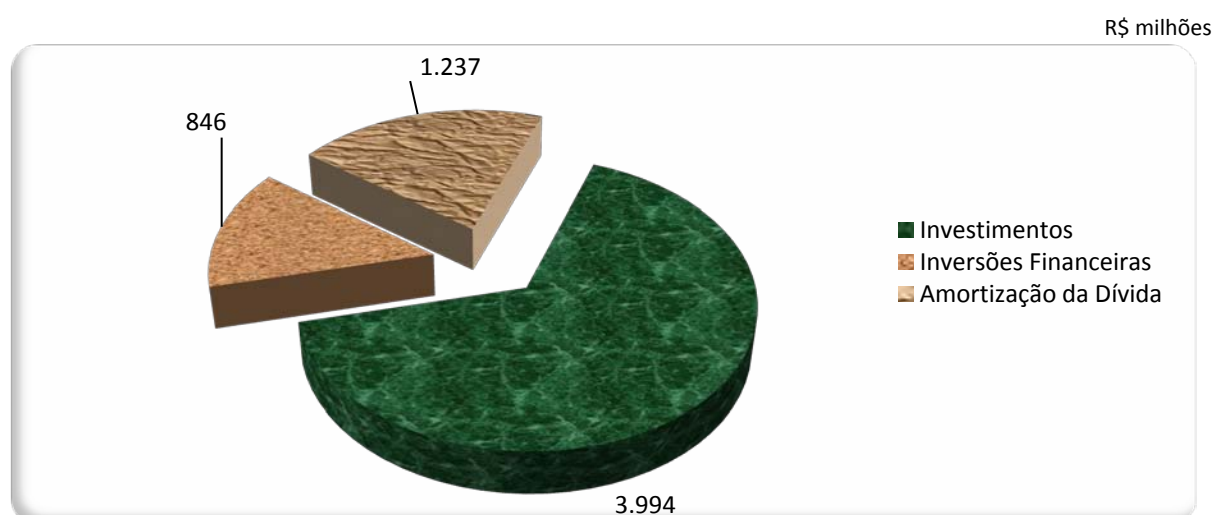
Descrição por Grupo	R\$ milhares			
	2009	2010	AV % (1)	AH % (2)
4 – Investimentos	3.585.388	3.993.566	65,72	11,38
5 – Inversões Financeiras	1.250.816	845.683	13,92	(32,39)
6 – Amortização da Dívida	1.098.021	1.237.319	20,36	12,69
Total	5.934.225	6.076.568	100,00	2,40

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

Gráfico 04 – Distribuição das Despesas de Capital por Grupo
Estado de Minas Gerais – 2010



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Dentre a categoria Despesas de Capital, os Investimentos foram os mais expressivos representando cerca de 67%, com crescimento de 2,40% em relação ao exercício de 2009. Oportuno destacar os elementos de despesa que constituíram a realização deste grupo.



- ✓ **Obras e Instalações**, com o montante de R\$ 1,897 bilhão, representaram 47,49% do total executado em 2010, distribuídos principalmente nas seguintes unidades:
 - Departamento de Estradas de Rodagem – R\$ 1,165 bilhão, que representou cerca de 60% da execução deste elemento, foi realizado principalmente nos projetos destinados a:
 - melhoria da acessibilidade de municípios de pequeno porte, com 38,95% do montante;
 - recuperação de rodovias com 7,75%;
 - conservação de rodovias Estaduais e Federais delegadas, pavimentações e melhoramentos de ligações faltantes e manutenção de rodovias, com participação de 9,38%.
 - Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas – R\$ 257 milhões distribuídos em:
 - ações na urbanização de favelas e revitalização do Arrudas;
 - duplicação da Avenida Antônio Carlos;
 - desenvolvimento do modal aeroviário;
 - estruturação física do centro da juventude, dentre outros.
 - Fundo Estadual de Desenvolvimento do Transporte – R\$ 145 milhões, executados em recuperação de rodovias e adequação e aumento da capacidade viária.
 - Fundação Rural Mineira – Ruralminas, com execução de R\$ 85 milhões, quase sua totalidade na implantação de barragens e gerenciamento ambiental.

- ✓ **Auxílios**, R\$ 1,646 bilhão executado principalmente pelas unidades orçamentárias:
 - Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas - R\$ 642 milhões basicamente em investimentos especiais em municípios estratégicos.
 - Fundo Estadual de Saúde – R\$ 413 milhões destinados a:
 - atender ações de fortalecimento da rede municipal de saúde;
 - implantação e operação dos sistemas de água e esgoto, unidades básicas de saúde – Programa Saúde da Família, implementação da rede de urgência e emergência e implantação e manutenção da farmácia de Minas.
 - Fundação de Amparo à Pesquisa – R\$ 183 milhões tendo como principais ações:
 - a indução, inovação e transferência do conhecimento e o fomento a projeto de pesquisa;
 - a capacitação de pesquisadores das instituições estaduais e apoio às pesquisas voltadas para o fortalecimento da saúde, da educação, da ciência, tecnologia e inovação no Estado de Minas Gerais.
 - Secretaria de Estado de Educação – R\$ 255 milhões em ações de melhoria da infraestrutura física, mobiliário e equipamentos escolares do ensino médio e fundamental e das escolas rurais.

Na composição das despesas com Inversões Financeiras, que totalizaram R\$ 846 milhões, foram constituídas em sua maioria pelas despesas decorrentes de:



✓ Concessões de empréstimos e financiamentos

- R\$ 293 milhões, por meio do Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento – Findex, que REM como objetivo dar suporte financeiro a programas de financiamento ao desenvolvimento e à expansão do parque industrial mineiro e das atividades produtivas e de serviços nele integradas;
- R\$ 255 milhões foram destinados a aumento de capital social de empresas nas quais o governo detém participação no capital social;
- R\$ 112 milhões realizados em obras e instalações para a construção de unidades habitacionais pelo Fundo Estadual de Habitação;
- R\$ 129 milhões em concessões de empréstimos pelo Fundese, principalmente nos programas do Geraminas, que têm o objetivo dar suporte às microempresas e à empresa de pequeno porte, competitivas.

Completando a análise dos grupos da despesa de capital, o relacionado à Amortização da Dívida de Longo Prazo inclui também a análise relativa ao grupo de despesa Juros e Encargos da Dívida. Ambos referem-se a diversos contratos e apresentaram um crescimento de 5,61% na comparação com o exercício anterior, conforme tabela 09.

Tabela 09 – Comparativo da Execução do Serviço da Dívida
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

Descrição por Grupo	R\$ milhares			
	2009	2010	AV % (1)	AH % (2)
Juros e Encargos da Dívida	2.197.016	2.242.733	64,45	2,08
Contratos da Lei 9496	1.378.472	1.421.704	40,85	3,14
Resíduo 9496	73.588	74.141	2,13	0,75
Resíduo Saneamento Sistema Financeiro	541.343	555.946	15,98	2,70
Saneamento Sistema Financeiro	25.952	25.752	0,74	(0,77)
Demais Contratos	177.662	165.189	4,75	(7,02)
Amortização da Dívida	1.098.021	1.237.319	35,55	12,69
Contratos da Lei 9496	422.193	504.831	14,51	19,57
Saneamento Sistema Financeiro	248.900	289.515	8,32	16,32
Demais Contratos	426.928	442.972	12,73	3,76
Total	3.295.036	3.480.051	100,00	5,61

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

Finalizando a análise, as despesas com serviços da dívida pública totalizaram R\$ 3,480 bilhões, sendo de Juros e Encargos em torno de R\$ 2,243 bilhões, mantendo-se constante ao valor de 2009. Quanto às despesas com Amortização da Dívida, atingiram R\$ 1,237 bilhão, com acréscimo próximo de 13% em relação ao exercício de 2009.

3.3 – Despesas por Projetos Estruturadores e Áreas de Resultados

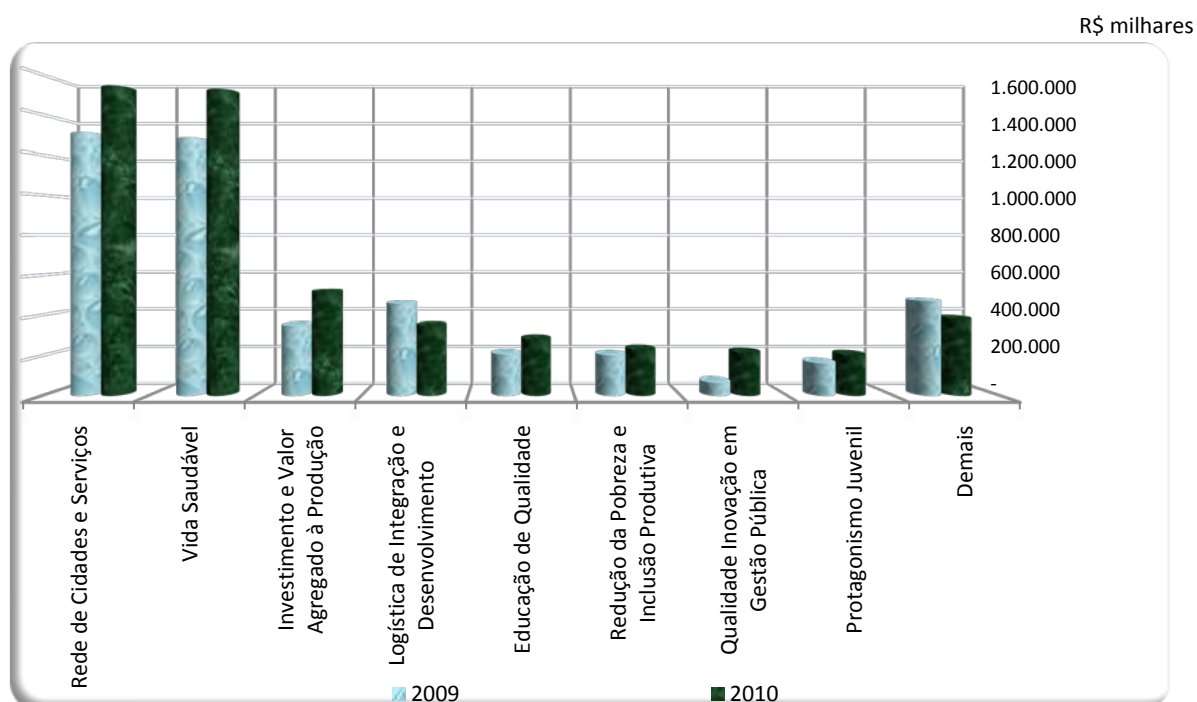
Conforme definido no PMDI 2007-2023, os resultados pretendidos pelo Governo Mineiro são traduzidos em indicadores finalísticos mensuráveis e agrupados, em função da sinergia e da otimização da capacidade de coordenação intersetorial, em 13 Áreas de Resultados.



Desse modo, cada Área de Resultado possui um conjunto de Objetivos Estratégicos, Indicadores Finalísticos, Projetos Estruturadores, Agenda Setorial do Choque de Gestão e Metas de Desempenho Setorial que materializam a estratégia de Minas para o período 2007-2023. O PPAG 2008-2011 transpõe, na forma de Programas Estruturadores, a estratégia principal do PMDI.

A execução de despesas com projetos estruturadores foi superior em 16,64% neste exercício em comparação à execução de 2009, atingindo o montante de R\$ 5,262 bilhões, conforme evidenciada no gráfico 05 e tabela 10.

Gráfico 05 – Comparativo da Despesa com Projetos Estruturadores
 Estado de Minas Gerais – 2009/2010



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
 Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Tabela 10 – Comparativo da Despesa com Projetos Estruturadores por Áreas de Resultados
 Estado de Minas Gerais – 2009/2010

Áreas de Resultados	R\$ milhares				
	2009	AV % (1)	2010	AV % (1)	AH % (2)
Educação de Qualidade	207.326	4,60	283.521	5,39	36,75
Investimento e Valor Agregado à Produção	349.731	7,75	518.662	9,86	48,30
Logística de Integração e Desenvolvimento	458.227	10,16	350.913	6,67	(23,42)
Qualidade e Inovação em Gestão Pública	65.060	1,44	216.081	4,11	232,13
Rede de Cidades e Serviços	1.310.266	29,05	1.544.907	29,36	17,91
Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva	202.711	4,49	230.946	4,39	13,93
Vida Saudável	1.284.285	28,47	1.528.319	29,05	19,00
Demais	633.504	14,04	588.381	11,18	(18,38)
Total	4.511.110	100,00	5.261.730	100,00	16,64

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
 Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF
 Notas: 1) AV – Análise Vertical;
 2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).



A seguir destaca-se os objetivos estratégicos de cada Área de Resultado por Projeto Estruturador, de acordo com informações constantes do PMDI, bem como as despesas executadas nos mesmos em 2010:

✓ **Rede de Cidades e Serviços**

A área de resultado Rede de Cidades e Serviços tem como objetivo estratégico:

- Superar a pobreza crônica nas novas gerações através da educação;
- Promover a inclusão produtiva da população adulta;
- Reduzir o analfabetismo;
- Promover a segurança alimentar nutricional nas fases do ciclo da vida desde o nascimento até a terceira idade;
- Promover interação integrada nos espaços de concentração de pobreza;
- Condições adequadas de Saneamento, bem como, saúde em todas as fases do ciclo (nascimento até a terceira idade);
- Buscar a erradicação do trabalho infantil;
- Fortalecer a agricultura familiar.

Nesta área de resultado, destaca-se, a execução de obras pelo DER no valor de R\$ 700 milhões, em melhoria da acessibilidade de municípios de pequeno porte, e no auxílios a municípios estratégicos efetuados pela Setop no valor de R\$ 535 milhões.

Tabela 11 – Comparativo da Execução da Ação Rede Cidades e Serviços
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

		R\$ milhares				
Descrição por Projeto Atividade		2009	AV % (1)	2010	AV % (1)	AH % (2)
1306	Melhoria da Acessibilidade de Municípios de Pequeno Porte	984.986	76,19	748.437	48,45	(24,02)
1342	Investimentos Especiais em Municípios Estratégicos	990	0,08	548.067	35,48	55.270,78
1343	Urbanização de Favelas e Revitalização do Arrudas/Tereza Cristina	72.975	5,64	72.500	4,69	(0,65)
4171	Duplicação da Av. Antônio Carlos	140.000	10,83	44.232	2,86	(68,41)
4141	Desenvolvimento do Modal Aeroviário	17.157	1,33	37.197	2,41	116,80
1165	Obras de Infraestrutura Urbana na RMBH	-	-	17.346	1,12	-
1186	Modernização da Infraestrutura Esportiva - Reforma do Mineirão	-	-	16.418	1,06	-
1307	Melhoria de Ligações e Acessos em Rodovias do Vale do Rio Doce	41.000	3,17	-	-	(100,00)
1352	Melhoria de Acesso aos Parques	14.770	1,14	2.260	0,15	(84,70)
	Demais	20.882	1,62	58.451	3,78	179,91
Total		1.292.759	100,00	1.544.907	100,00	19,50

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).



✓ Vida Saudável

Esta área de resultado foi a segunda com maior participação no exercício de 2010, cujo crescimento foi de 19%, sendo executado pelo Fundo Estadual de Saúde R\$ 848 milhões em serviços de saúde com recursos do SUS e R\$ 355 milhões referentes a repasses a municípios, cujos objetivos estratégicos são:

- Reduzir a mortalidade infantil;
- Universalizar o acesso e reduzir as disparidades regionais no atendimento à saúde;
- Ampliar a longevidade da população com doenças do aparelho circulatório e diabetes;
- Promover hábitos de vida saudável;
- Ampliar o acesso ao saneamento básico.

Tabela 12 – Comparativo da Execução da Ação Vida Saudável
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

		R\$ milhares				
Descrição por Projeto Atividade		2009	AV % (1)	2010	AV % (1)	AH % (2)
4067	Assistência Hospitalar e Ambulatorial /Programação Pactuada Integrada	879.908	68,51	990.354	64,80	12,55
4638	Rede de Urgência e Emergência	50.912	3,96	121.480	7,95	138,61
1079	Implantação e Operação dos Sistemas de Água e Esgoto	-	-	100.121	6,55	-
4308	Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais Sistema Único de Saúde Pró-Hosp	123.371	9,61	96.998	6,35	(21,38)
1116	Ampliação da Cobertura Populacional PSF	55.620	4,33	51.669	3,38	(7,10)
1127	Financiamento de Reforma, Construção e Equip. Unidades Básicas de Saúde do PSF	39.575	3,08	51.128	3,35	29,19
4202	Implementação e Manutenção Rede Viva Vida	32.647	2,54	45.002	2,94	37,85
4081	Sistema Estadual de Transporte em Saúde	41.250	3,21	19.534	1,28	(52,64)
	Demais	61.001	4,75	52.032	3,40	(14,70)
Total		1.284.285	100,00	1.528.319	100,00	19,00

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

✓ Investimento e Valor Agregado à Produção

Com crescimento de 48,30% em relação ao exercício de 2009, executados principalmente pelo Findes e Fundese com concessões de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 410 milhões nos projetos Pró-Invest, Pró-Giro e Geraminas. A área de resultado Investimento e Valor Agregado à Produção tem como principais objetivos estratégicos:

- Implementar política inovadora e sustentável de fomento;
- Implementar promoção agressiva de novos investimentos e desenvolvimento de empresas e cooperativas, com ênfase na agregação de valor;
- Ampliar a taxa de investimento da economia mineira;



- Construir um ambiente de negócios favorável e atrativo aos investimentos produtivos: simplificar a relação do setor público com o setor privado; conferir maior agilidade e efetividade ao licenciamento ambiental.

Tabela 13 – Comparativo da Execução da Ação Investimento e Valor Agregado
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

		R\$ milhares				
Descrição por Projeto Atividade	2009	AV % (1)	2010	AV % (1)	AH % (2)	
1349 Fines Pró-Invest - Apoio ao Desenvolvimento e à Modernização do Parque Industrial Mineiro	193.087	55,21	165.333	31,88	(14,37)	
1348 Fines Pró-Giro - Apoio ao Desenvolvimento Produtivo Integrado	90.513	25,88	122.469	23,61	35,31	
4175 Fundese Geraminas	-	-	97.151	18,73	-	
1280 Implantação e Operação das Unidades de Atendimento Integrado - UAI	35.012	10,01	51.103	9,85	45,96	
4186 Fundese Empresa Mineira Competitiva	-	-	25.580	4,93	-	
4654 Atração de Investimentos para a Cadeia Mineral, Siderúrgica e Automotiva	8.627	2,47	23.040	4,44	167,06	
Demais	22.493	6,43	33.985	6,55	51,09	
Total	349.731	100,00	518.662	100,00	48,30	

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

✓ **Logística Integração e Desenvolvimento**

Com execução na ordem de R\$ 351 milhões, contemplou os seguintes objetivos estratégicos:

- Reduzir os Custos de Transportes e Ampliar o Acesso a Mercados da Produção Mineira, Através da Oferta de uma Malha Viária Suficiente, Adequada e Segura.
- Superar Gargalos e Melhorar a Qualidade da Infraestrutura de Transportes, para Ampliar a Inserção Competitiva da Economia Mineira e o Desenvolvimento das Regiões de Baixo Dinamismo.

A Ação de Logística Integração e Desenvolvimento, embora apresente neste exercício participação relevante no total da despesa realizada se comparado com o exercício anterior, apresentou um decréscimo de 23,42%. Foi executada em quase sua totalidade com investimentos sendo R\$ 303 milhões na recuperação e melhoria de rodovias.

Conforme tabela a seguir, a maior execução na citada área de resultado foi com manutenção e recuperação de rodovias pelo DER no montante de R\$ 274 milhões e adequação e aumento da capacidade viária com R\$ 26 milhões executados pelo Funtrans.



Tabela 14 – Comparativo da Execução da Ação Logística Integração e Desenvolvimento
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

		R\$ milhares				
Descrição por Projeto	Atividade	2009	AV % (1)	2010	AV % (1)	AH % (2)
1076	Recuperação de Rodovias	329.925	72,00	150.102	42,77	(54,50)
1157	Pavimentação e Melhoramento de Ligações Faltantes	-	-	47.205	13,45	-
4130	Manutenção de Rodovias	36.491	7,96	43.292	12,34	18,64
1353	Pavimentação e Restauração de Rodovias no Triângulo e Alto Paranaíba	12.941	2,82	36.921	10,52	185,31
1158	Adequação e Aumento da Capacidade Viária	-	-	25.683	7,32	-
4217	Controle do Transporte de Cargas	12.593	2,75	17.228	4,91	36,80
4218	Fiscalização e Controle de Velocidade – Funtrans	5.932	1,29	14.040	4,00	136,67
1356	Adequação e Aumento da Capacidade Viária	35.008	7,64	-	-	(100,00)
	Demais	25.336	5,53	16.443	4,69	(35,10)
Total		458.227	100,00	350.913	100,00	(23,42)

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

✓ Educação de Qualidade

Com despesas superior a 69% em 2010 se comparado ao exercício de 2009, a área Educação de Qualidade executou no exercício em análise, o correspondente a R\$ 351 milhões, cujos objetivos estratégicos estão assim descritos:

- Reduzir as disparidades regionais de aprendizado em Minas Gerais;
- Promover um salto de qualidade no ensino, orientado por padrões internacionais;
- Promover um salto na escolaridade média da população, formada em um sistema eficiente, com altos níveis de equidade e orientado por padrões internacionais de custo e qualidade.



Tabela 15 – Comparativo da Execução da Ação Educação de Qualidade
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

		R\$ milhares				
Descrição por Projeto Atividade	2009	AV % (1)	2010	AV % (1)	AH % (2)	
1024	Melhoria da Infraestrutura Física, Mobiliário e Equipamentos Escolares – Ensino Fundamental	77.270	37,27	150.102	42,77	94,26
1109	Melhoria da Infraestrutura Física, Mobiliário e Equipamentos Escolares – Ensino Médio	52.453	25,30	47.205	13,45	(10,01)
1372	Melhoria da Infraestrutura Física das Escolas Rurais	13.315	6,42	43.292	12,34	225,15
4034	Ampliação da Oferta de Alimentação Escolar nas Escolas de Tempo Integral	15.709	7,58	36.921	10,52	135,03
4452	Escola em Rede – Ensino Fundamental	16.546	7,98	25.683	7,32	55,22
4046	Avaliação da Educação Básica (Proeb e Proalfa)	9.543	4,60	17.228	4,91	80,52
4476	Escola em Rede – Ensino Médio	10.337	4,99	14.040	4,00	35,82
	Demais	12.152	5,86	16.443	4,69	35,31
Total		207.326	100,00	350.913	100,00	69,26

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

A principal execução foi efetuada pela Secretaria de Estado de Educação, especialmente na Melhoria da Infraestrutura Física, Mobiliário e Equipamentos Escolares – Ensino Médio e Fundamental, no valor R\$ 210 milhões.

✓ Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

A área de resultado Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva possui os seguintes objetivos estratégicos:

- Promover a intervenção integrada nos espaços de concentração da pobreza;
- Saúde a todas as fases do ciclo de vida individual, desde o nascimento até à terceira idade, e condições adequadas de saneamento básico;
- Incentivar a implantação do sistema único de assistência social – Suas;
- Superar a pobreza crônica das novas gerações, através da educação;
- Promover a inclusão produtiva da população adulta;
- Reduzir o analfabetismo;
- Buscar a erradicação do trabalho infantil no estado;
- Fortalecer a agricultura familiar;
- Promover a segurança alimentar nutricional em todas as fases do ciclo de vida individual, desde o nascimento até a terceira idade.

Com uma despesa executada na ordem de R\$ 231 milhões em 2010, essa área de resultado teve como fator relevante o Programa Lares Habitação Popular executado pelo Fundo Estadual de Habitação.



Tabela 16 – Comparativo da Execução da Ação Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

						R\$ milhares
Descrição por Projeto Atividade	2009	AV % (1)	2010	AV % (1)	AH % (2)	
1001 Programa Lares Habitação Popular	105.471	52,03	107.397	46,50	1,83	
1176 Intervenções Urbanas e Habitacionais	16.493	8,14	33.046	14,31	100,36	
1368 Construção da Rede de Distribuição de Energia Elétrica	-	-	17.710	7,67	-	
1302 Construção, Reformas e Melhorias em Unidades Habitacionais	117	0,06	13.452	5,82	11.441,28	
4236 Co financiamento de Serv. para Mun. na Execução de Proteção Especial	12.397	6,12	13.239	5,73	6,79	
4234 Co financiamento de Serviços e Benefícios para Mun. na Execução de Proteção Básica	12.401	6,12	11.383	4,93	(8,21)	
4272 Co financiamento para Municípios em Serviços no Atendimento às Crianças e Adolescentes em Especial	10.247	5,06	9.285	4,02	(9,39)	
4152 Apoio à Agricultura Familiar	11.353	5,60	356	0,15	(96,86)	
1360 Universalização do Atendimento Rural de Energia Elétrica em Municípios não Atendidos pela Cemig	10.196	5,03	-	-	(100,00)	
Demais	24.035	11,86	25.079	10,86	4,34	
Total	202.711	100,00	230.946	100,00	13,93	

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

✓ Qualidade e Inovação na Gestão Pública

A área de Qualidade e Inovação na Gestão Pública encerrou o exercício de 2010 com uma despesa total de R\$ 55 milhões, distribuída nos seguintes objetivos estratégicos:

- Ampliar a transparência e o controle social das ações de governo, implementando a governança social;
- Incorporar inovações e disseminar boas práticas de gestão nas instituições públicas;
- Aprimorar a governança corporativa (empresas públicas, autarquias e fundações);
- Aprofundar a profissionalização de servidores públicos;
- Aumentar a utilização do governo eletrônico, dando ênfase à prestação de serviços ao público;
- Aumentar a presença do terceiro setor na prestação de serviços;
- Efetivar política de prestação de contas à sociedade, tornando o orçamento público e sua execução acessíveis à população;
- Manter o compromisso com o equilíbrio fiscal, aprimorando a prevenção e a mitigação de riscos de gestão.



A qualidade e inovação na gestão pública em 2010 atingiu o montante de R\$ 216 milhões, superior em 232% ao executado no exercício anterior, distribuído em diversos projetos estruturadores conforme demonstrado na tabela 17.

Tabela17 – Comparativo da Execução da Ação Qualidade e Inovação na Gestão Pública
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

		R\$ milhares				
Descrição por Projeto Atividade	2009	AV % (1)	2010	AV % (1)	AH % (2)	
1160 Implantação da Cidade Administrativa	48.961	75,25	190.838	88,32	289,78	
1219 Desapropriação e Melhorias das Áreas do Entorno da Cidade Administrativa	-	-	9.636	4,46	-	
4116 Política e Modelo de Governança de Tecnologia de Informação e Comunicação	397	0,61	4.197	1,94	957,79	
1195 Contratações de Serviços e Bens para o Estado	-	-	3.800	1,76	-	
2026 Programa de Desenvolvimento Profissional para Gestores	4.288	6,59	-	-	(100,00)	
2016 Execução de Políticas Públicas via Parcerização com Terceiro Setor	3.528	5,42	2.575	1,19	(27,01)	
2107 Formação, Qualificação e Capacitação de Recursos Humanos pela Escola de Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho	3.951	6,07	-	-	(100,00)	
Demais	3.936	6,05	5.035	2,33	27,91	
Total	65.060	100,00	216.081	100,00	232,13	

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

Informações complementares relativas às ações desenvolvidas nas áreas de resultado encontram-se disponíveis no endereço eletrônico:

<http://www.mg.gov.br/governomg/comunidade/governomg/conheca-minas/minas-em-numeros/5146>

3.3.1 – Projetos Estruturadores por Grupo de Despesas

Tabela 18 – Comparativo dos Projetos Estruturadores por Grupo de Despesa
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

		R\$ milhares				
Grupo de Despesa	2009	AV % (1)	2010	AV % (1)	AH % (2)	
Correntes	1.756.659	38,94	1.989.175	37,80	13,24	
Outras Despesas Correntes	1.756.659	38,94	1.989.175	37,80	13,24	
Capital	2.754.451	61,06	3.272.555	62,20	18,81	
Investimentos	2.364.206	52,41	2.716.458	51,63	14,90	
Inversões Financeiras	390.245	8,65	556.097	10,57	42,50	
Total	4.511.110	100,00	5.261.730	100,00	16,64	

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).



Observa na tabela 18, que a despesa realizada no grupo corrente foi executada principalmente no elemento Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, deste, em torno de 63%, com serviços de Saúde executados com recursos do SUS.

A despesa de capital representou 62,20% do total executado, destaca-se o dispêndio de R\$ 2,716 bilhões relativo a investimento e R\$ 556 milhões em inversões financeiras.

3.3.2 – Projetos Estruturadores por Unidade Orçamentária

Tabela 19 – Comparativo da Despesa com Projetos Estruturadores – por Unidades Orçamentárias
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

Descrição por Unidade Orçamentária	R\$ milhares				
	2009	AV % (1)	2010	AV % (1)	AH % (2)
Fundo Estadual de Saúde	1.288.248	28,56	1.510.694	28,71	17,27
Departamento de Estradas e Rodagem Est. MG	1.490.790	33,05	1.058.899	20,12	(28,97)
Secretaria de Est. de Transporte e Obras Públicas	291.494	6,46	804.836	15,30	176,11
Secretaria de Estado de Educação	329.988	7,31	392.129	7,45	18,83
Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento	287.941	6,38	293.976	5,59	2,10
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão	108.220	2,40	277.551	5,27	156,47
Demais Unidades	714.430	15,84	923.645	17,55	29,28
Total	4.511.110	100,00	5.261.730	100,00	16,64

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

Segue a análise com maior detalhe da execução por projetos estruturadores pelas principais unidades em volume de recursos, conforme tabela 19:

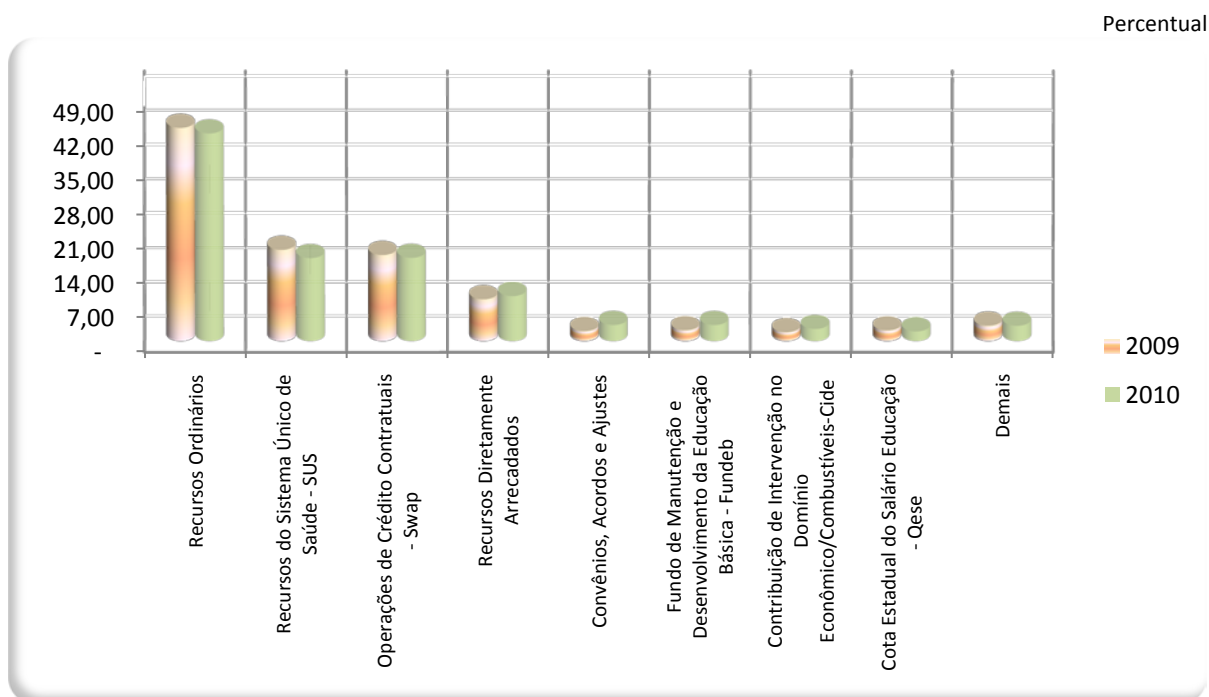
- O Fundo Estadual de Saúde executou especialmente nos projetos relativos à assistência hospitalar e ambulatorial, rede de urgência e emergência, Pró-Hosp e implantação e operação dos sistemas de água e esgoto;
- O Departamento de Estradas e Rodagem, o montante de R\$ 1,059 bilhão na melhoria da acessibilidade de municípios de pequeno porte, recuperação de rodovias, pavimentação e melhoria de ligações faltantes, dentre outros;
- A Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas destinou R\$ 805 milhões a Projetos Estruturadores, 77% deste montante foram executados com investimentos especiais em municípios estratégicos e em projetos de reurbanização de favelas e revitalização do Arrudas;
- A Secretaria de Estado de Educação aplicou recursos no valor de R\$ 392 milhões em melhoria da infraestrutura física, mobiliário e equipamentos escolares dos ensinos médio e fundamental e atendimento ao ensino médio profissionalizante, em sua maioria;
- O Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento o valor de R\$ 294 milhões em programas de apoio ao desenvolvimento produtivo integrado, apoio ao desenvolvimento do parque industrial mineiro e o Fines integração;
- A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão com aporte de R\$ 278 milhões, principalmente na implantação da Cidade Administrativa e na implantação e operação das unidades de atendimento integrado UAI.



3.3.3 – Projetos Estruturadores por Fonte de Recursos

Do total realizado em 2010 de R\$ 5,262 bilhões, relativo a projetos estruturados em torno de 85% foram distribuídos nas fontes relacionadas aos recursos ordinários livres na cifra de R\$ 2,230 bilhões, operações de crédito com R\$ 898 milhões, recursos vinculados ao SUS na ordem de R\$ 895 milhões e nas fontes relacionadas a recursos diretamente arrecadados R\$ 485 milhões.

Gráfico 06 – Comparativo da Despesa com Projetos Estruturadores – por Fontes de Recursos
Estado de Minas Gerais – 2009/2010



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Finalizando a análise da despesa, destaca-se a aplicação de recursos pelo Estado nas áreas da Educação e Saúde. Foi aplicado na primeira R\$ 7,179 bilhões, superior em 17,05 % ao aplicado em 2009, ou seja, R\$ 1,046 bilhão. Quanto à segunda, a aplicação atingiu o montante de R\$ 3,477 bilhões, cumprindo o percentual estabelecido na Constituição Federal, cuja análise encontra-se de forma detalhada no capítulo destinado aos Indicadores Constitucionais e Legais deste relatório.



4 – Receita Orçamentária Fiscal

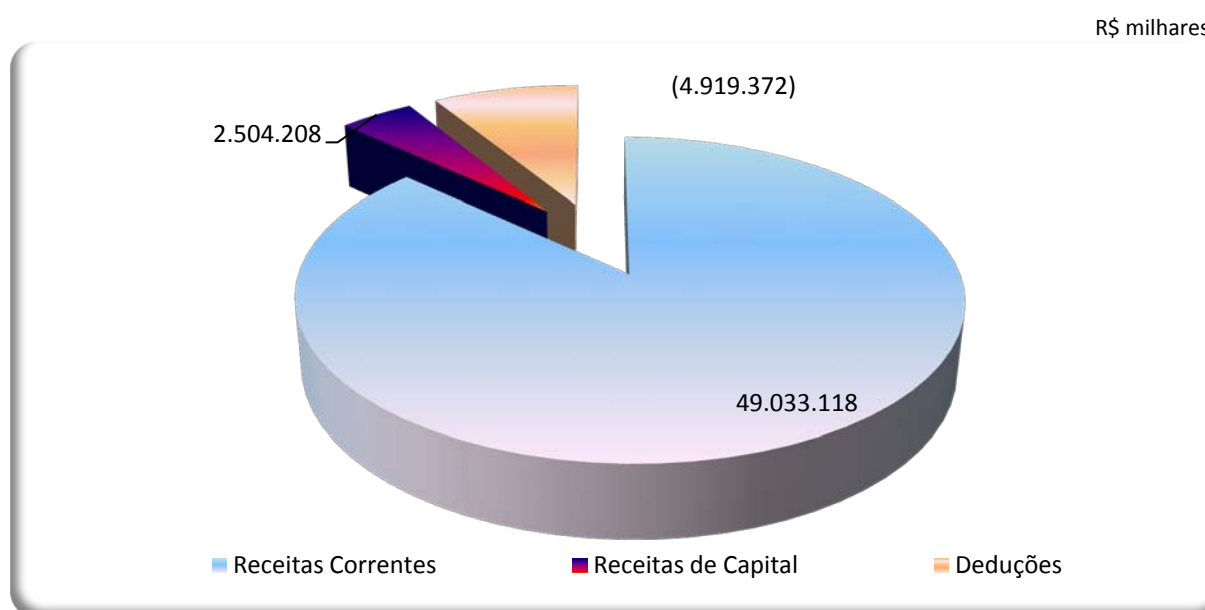
A análise a seguir evidenciará a movimentação ocorrida na Receita Orçamentária Fiscal, que é constituída pela entrada de recursos nos cofres públicos, através dos órgãos e entidades da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos Estaduais e Empresas Estatais Dependentes.

A Receita Orçamentária constitui-se em duas grandes categorias, as Correntes e as de Capital. As Receitas Correntes são aquelas originadas nas atividades operacionais da administração pública, tais como, receita tributária, transferências correntes, de serviços, de contribuições, patrimonial, dentre outras. No tocante às Receitas de Capital, estas advêm da realização de operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras.

Ao observar o comportamento no exercício de 2010 da Receita Orçamentária Fiscal arrecadada, registrou-se um total de R\$ 46,618 bilhões, identificando-se desta forma um acréscimo da ordem de R\$ 6,055 bilhões em relação ao exercício de 2009, ou seja 14,93%, já consideradas as deduções ocorridas na receita corrente por conta do Fundeb e da remuneração dos investimentos do regime próprio de previdência em renda fixa, esta última ocorrida no exercício de 2010.

O gráfico a seguir evidencia a repartição da receita total arrecadada e as deduções ocorridas no período.

Gráfico 07 – Demonstrativo da Receita Orçamentária Fiscal e Deduções
Estado de Minas Gerais – 2010



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Nota: 1) Valores brutos para Receitas Correntes.

Observando-se a composição da Receita Total por categoria, identifica-se que as Receitas Correntes foram responsáveis pelo percentual de 97,63%, ao passo que as Receitas de Capital atingiram 5,37%, sendo que destes percentuais já foram excluídos os valores



referentes às deduções da receita corrente, Fundeb e Remuneração de Investimentos, conforme tabela a seguir.

Tabela 20 – Comparativo da Receita Orçamentária Fiscal e Deduções
Estado de Minas Gerais –2009/2010

R\$ milhares				
Descrição	2009	2010	AV % (1)	AH % (2)
Receitas Correntes	42.518.743	49.033.118	105,18	15,32
11 Receita Tributária	26.800.687	31.745.459	68,10	18,45
ICMS	22.002.958	26.272.150	56,36	19,40
IPVA	2.075.812	2.288.466	4,91	10,24
IRRF	1.285.647	1.564.591	3,36	21,70
ITCD	195.566	259.155	0,56	32,52
Taxas	1.240.704	1.361.097	2,92	9,70
12 Receita de Contribuições (3)	2.907.654	3.234.535	6,94	11,24
13 Receita Patrimonial	2.010.633	1.678.820	3,60	(16,50)
14 Receita Agropecuária	5.122	7.270	0,02	41,94
15 Receita Industrial	91.764	202.095	0,43	120,23
16 Receita de Serviços	493.874	478.661	1,03	(3,08)
17 Transferências Correntes	8.826.212	10.004.418	21,46	13,35
19 Outras Receitas Correntes	1.382.796	1.681.859	3,61	21,63
Receitas de Capital	2.150.477	2.504.208	5,37	16,45
21 Operações de Crédito	1.305.742	1.598.425	3,43	22,42
22 Alienação de Bens	25.912	33.522	0,07	29,37
23 Amortização de Empréstimos	450.511	506.705	1,09	12,47
24 Transferências de Capital	362.958	364.984	0,78	0,56
25 Outras Receitas de Capital	5.355	572	0,00	(89,32)
Deduções da Receita Corrente	(4.106.523)	(4.919.372)	(10,55)	19,79
91 Dedução para o Fundeb – Impostos	(3.548.017)	(4.221.798)	(9,06)	18,99
93 Dedução de Receita – Remuneração de Invest.	-	(3.952)	(0,01)	-
97 Dedução para o Fundeb – Multas	(491.977)	(545.485)	(1,17)	10,88
99 Dedução para o Fundeb – Dívida Ativa	(66.529)	(148.137)	(0,32)	122,67
Total	40.562.698	46.617.953	100,00	14,93

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009);

3) Inclui os valores da Receita Intraorçamentária.

4.1 – Receitas Correntes

As Receitas Correntes atingiram em 2010 uma arrecadação superior a R\$ 49 bilhões, suplantando em 15,32% os valores consignados no exercício anterior, consideradas as receitas intraorçamentárias no montante de R\$ 1,532 bilhão, alocado na classificação relativa às Contribuições Sociais, conforme tabela 20. Tal *performance* foi impulsionada pela principal fonte de arrecadação do governo, a Receita Tributária, que respondeu por 64,74% daquele montante, atingindo a cifra de R\$ 31,746 bilhões, com crescimento de 18,45% entre os exercícios de 2009 e 2010.

Representando acima de 20% da categoria, as Transferências Correntes somaram pouco mais de R\$ 10 bilhões, restando às demais receitas valores da ordem de R\$ 7,283 bilhões, que representaram 14,85%. Tais indicações estão apresentadas na tabela 20 e gráfico 08.



Tabela 21 – Comparativo das Receitas Correntes
Estado de Minas Gerais –2009/2010

		R\$ milhares			
	Descrição	2009	2010	AV % (1)	AH % (2)
11	Receita Tributária	26.800.687	31.745.459	64,74	18,45
12	Receita de Contribuições (3)	2.907.654	3.234.535	6,60	11,24
13	Receita Patrimonial	2.010.633	1.678.820	3,42	(16,50)
14	Receita Agropecuária	5.122	7.270	0,01	41,94
15	Receita Industrial	91.764	202.095	0,41	120,23
16	Receita de Serviços	493.874	478.661	0,98	(3,08)
17	Transferências Correntes	8.826.212	10.004.418	20,40	13,35
19	Outras Receitas Correntes	1.382.796	1.681.859	3,43	21,63
Total		42.518.743	49.033.118	100,00	15,32

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

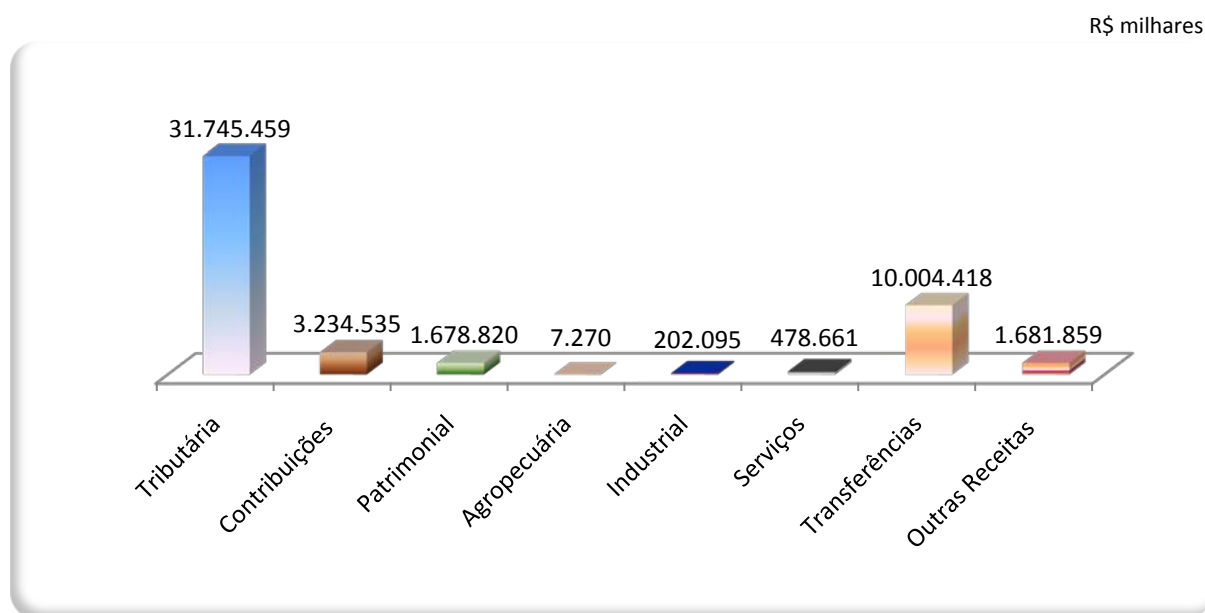
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009);

3) Inclui os valores da Receita Intraorçamentária.

Gráfico 08 – Demonstrativo das Receitas Correntes
Estado de Minas Gerais –2010



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Com relevante importância no montante da arrecadação, as Receitas Tributárias atingiram em 2010 o patamar de R\$ 31,745 bilhões, superando os valores do exercício anterior em 18,45%.

Em análise dos recursos arrecadados através de impostos, destaque para o ICMS, maior fonte de receita estadual, que recolheu aos cofres públicos a importância de R\$ 26,272 bilhões em 2010, que supera a do exercício anterior em 19,40%.



No bojo das Receitas Tributárias, em 2010, o ICMS participou com 82,76%, enquanto o IPVA contribuiu com 7,21%, o IRRF e o ITCD juntos, com cerca de 5,75%, restando às Taxas um percentual de 4,29% de participação, demonstradas na tabela e gráfico seguintes.

Tabela 22 – Comparativo da Receita Tributária Bruta
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

Descrição	R\$ milhares			
	2009	2010	AV % (1)	AH % (2)
Impostos	25.559.983	30.384.362	95,71	18,87
ICMS	22.002.958	26.272.150	82,76	19,40
IPVA	2.075.812	2.288.466	7,21	10,24
IRRF	1.285.647	1.564.591	4,93	21,70
ITCD	195.566	259.155	0,82	32,52
Taxas	1.240.704	1.361.097	4,29	9,70
Total	26.800.687	31.745.459	100,00	18,45

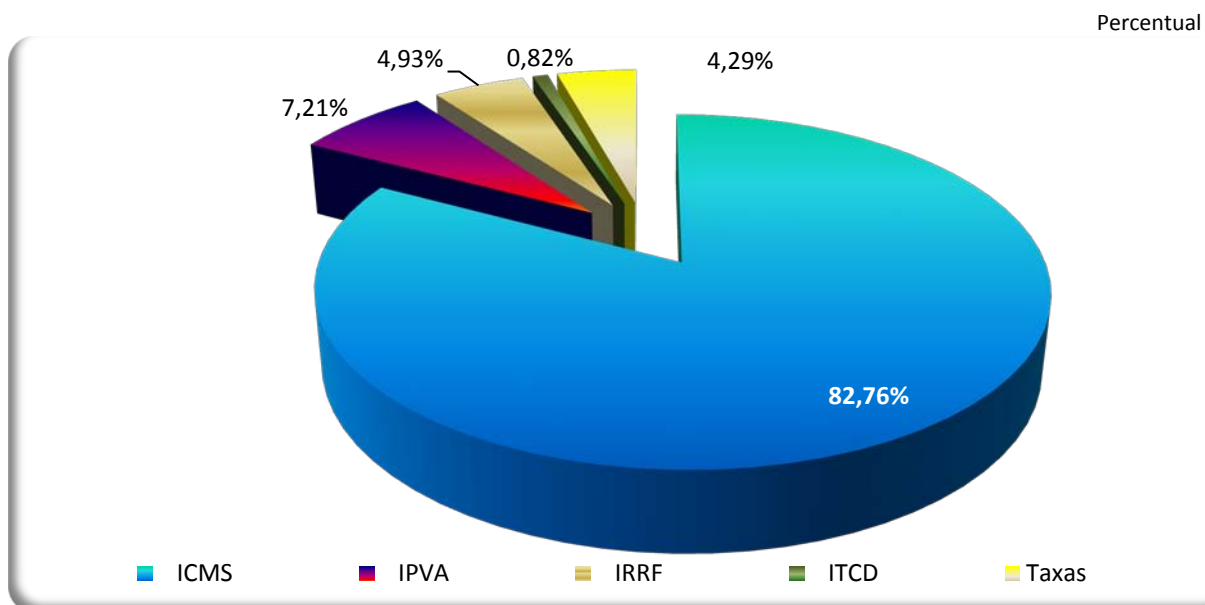
Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

Gráfico 09 – Demonstrativo da Receita Tributária Bruta
Estado de Minas Gerais – 2010



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Por se tratar de valores expressivos no total da Receita Tributária, evidenciou-se na tabela 22, a variação mensal do ICMS entre os exercícios analisados, que apontou, no montante de 2010, elevação da ordem de 19% em relação ao ano anterior. Cabe destaque nesta comparação, o bom momento da economia mineira em 2010 com relação à *performance* deprimida em 2009, em decorrência da crise vivenciada nos dois exercícios anteriores.

Na comparação entre os meses de 2010, registrou-se valores mensais na casa dos R\$ 2,014 bilhões em janeiro e a partir de abril, com ênfase para o mês de agosto, que representou destacadamente 10,82% da arrecadação anual de ICMS e crescimento nominal de 52,78% em relação ao exercício anterior, atingindo R\$ 2,842 bilhões, espelhando desta forma o



resultado do Programa de Parcelamento Especial – PPE (cerca de R\$ 700 milhões). No último quadrimestre o montante daquele imposto obteve arrecadação mensal acima de R\$ 2,2 bilhões, encerrando o ano com valor superior a R\$ 26 bilhões, conforme mencionado na tabela a seguir.

Tabela 23 – Comparativo Mensal da Arrecadação do ICMS
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

R\$ milhares

Descrição	Arrecadação do ICMS		AV % (1)	AH % (2)
	2009	2010		
Janeiro	1.721.185	2.014.265	7,67	17,03
Fevereiro	1.623.746	1.871.032	7,12	15,23
Março	1.604.086	1.901.761	7,24	18,56
Abril	1.767.713	2.131.226	8,11	20,56
Mai	1.721.020	2.097.431	7,98	21,87
Junho	1.780.497	2.120.302	8,07	19,08
Julho	1.776.506	2.245.844	8,55	26,42
Agosto	1.860.105	2.841.848	10,82	52,78
Setembro	1.995.981	2.265.221	8,62	13,49
Outubro	2.042.632	2.230.455	8,49	9,20
Novembro	2.081.619	2.282.769	8,69	9,66
Dezembro	2.027.870	2.269.997	8,64	11,94
Total	22.002.958	26.272.150	100,00	19,40

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

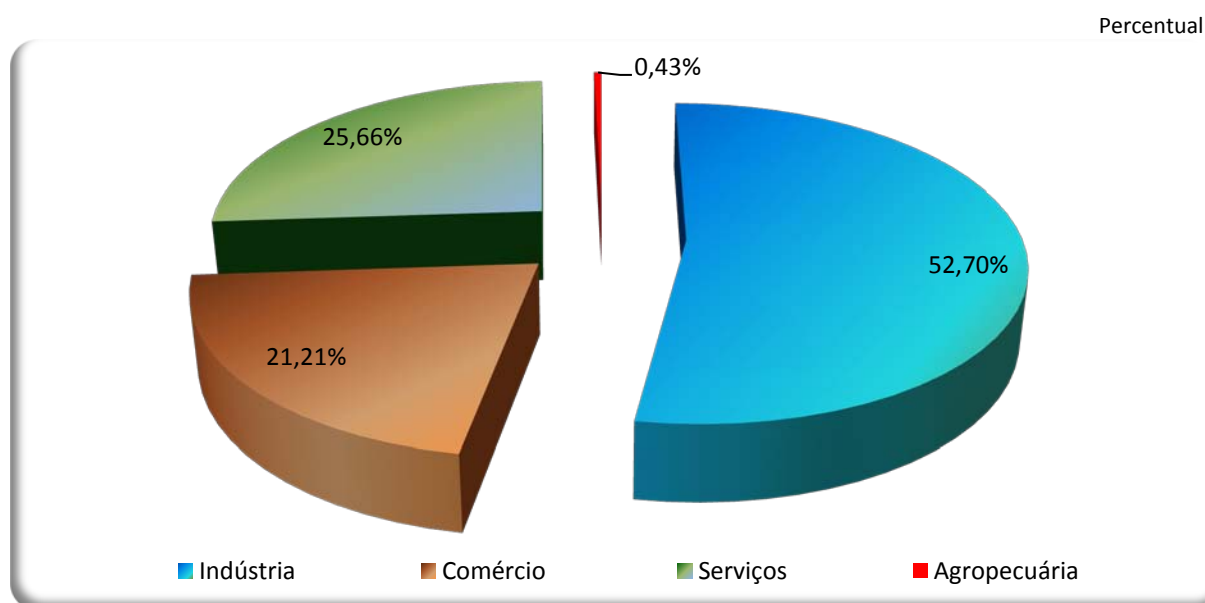
Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

Analisando por outro prisma a composição do ICMS, por setor econômico, com base nas informações da Divisão de Tratamento da Informação – DTI/DINF/SAIF/SEF-MG, disponibilizadas no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda, observou-se que em 2010, o setor industrial teve uma participação de 52,70%, sendo que a produção de combustíveis superou 16% daquele total, com cifras acima de R\$ 4,0 bilhões, enquanto que material de transporte/outras equipamentos de transportes e metalurgia básica, juntos, contribuíram com 11,60%, ou seja R\$ 3,0 bilhões, ao passo que aproximadamente R\$ 6,540 bilhões foram pulverizados nos demais setores da indústria.



Gráfico 10 – Demonstrativo Arrecadação do ICMS por Setor Econômico
Estado de Minas Gerais – 2010



Fonte: Divisão de Tratamento de Informações – DTI/DINF/SAIF/SEF-MG – Sítio da SEF
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

O setor de serviços representou 25,66%, com valores na casa de R\$ 6,7 bilhões, tendo nos serviços de comunicação com 9,68% e valores acima de R\$ 2,5 bilhões, seguido da distribuição de energia elétrica com R\$ 2,4 bilhões e 9,30%, as maiores representações na arrecadação de ICMS desse setor.

Por fim, o setor comercial contribuiu com 21,21%, ou seja R\$ 5,6 bilhões, sendo que a relevância ficou por conta do comércio atacadista com 12,10%, que apresentou valores próximos de R\$ 3,2 bilhões, seguido de perto pelo comércio varejista que atingiu R\$ 2,4 bilhões.

Referindo-se às demais receitas tributárias, quais sejam, IPVA, IRRF, ITCD e Taxas, atingiram um total de R\$ 5,473 bilhões, valor superior em 14,08% ao do exercício anterior, ou seja, R\$ 676 milhões, destaque para o imposto sobre a propriedade de veículos automotores que representa o segundo maior imposto em arrecadação no Estado.

O IPVA em 2010 representou 7,21% do total das receitas de impostos com arrecadação da ordem de R\$ 2,288 bilhões, superando o ano anterior em 10,24%, ou seja R\$ 213 milhões. Observou-se ainda de um lado a redução nos valores do imposto, em decorrência da retração nos preços dos veículos, mas por outro, o aumento da frota que contribuiu para o incremento da arrecadação.

Concentrando sua arrecadação no primeiro trimestre do exercício, o IPVA somou neste período R\$ 1,727 bilhão, com destaque para o mês de janeiro com R\$ 996 milhões, ficando os meses de fevereiro e março com arrecadação de R\$ 348 milhões e R\$ 383 milhões respectivamente.

Para efeito de cálculo das alíquotas, que variaram de 1 a 4% do valor venal do veículo, tomou-se por base para os novos o preço constante no documento fiscal de vendas, e para



os usados a cotação do preço médio de mercado no final do exercício anterior, cotação esta realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe.

No exercício de 2010 os valores consignados nas rubricas Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, representado pelo Imposto de Renda Retido nas Fontes – IRRF, e Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações de Bens e Direitos – ITCD refletiram um crescimento de 21,70% e 32,52% respectivamente, se comparados com o ano anterior, representando 5,75% da Receita Tributária, conforme tabela 22.

Completando os valores da Receita Tributária, tem-se nas Taxas uma execução da ordem de R\$ 1,361 bilhão, que representou pouco mais de 4% do total desta origem, registrando elevação de 9,70% em relação ao exercício de 2009. Neste contexto, identificou-se, nas Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia em 2010, recursos da ordem de R\$ 1,061 bilhão, com participação de 77,92% daquele total, restando pouco mais de 22% para as Taxas pela Prestação de Serviços.

No exercício do Poder de Polícia, a Taxa de Segurança Pública de competência da Polícia Civil elevou em R\$ 41 milhões sua arrecadação em comparação ao ano de 2009, montando em R\$ 407 milhões, seguida pela Taxa de Licenciamento de Veículos do Detran, que somou em 2010 a quantia de R\$ 297 milhões, restando cerca de R\$ 46 milhões para a Taxa de Incêndio e R\$ 52 milhões para as Taxas de Segurança do CBMMG e da PMMG, Ocupação de Faixa de Domínio, Fiscalização Ambiental e Outras. Destaca-se também a Taxa de Fiscalização Judiciária, que no exercício em análise atingiu o patamar de R\$ 259 milhões, representando mais de 24% do total das taxas pelo exercício do Poder de Polícia.

Da mesma forma, ao analisar as Taxas pela Prestação de Serviços, que somaram R\$ 300 milhões em 2010, identifica-se maior movimentação na rubrica Gerenciamento e Construções de Rodovias com R\$ 63 milhões, seguida da Taxa Judiciária com valores de R\$ 39 milhões e Taxa de Gerenciamento de Transporte Coletivo Metropolitano com R\$ 35 milhões, sendo o gerenciamento de rodovias e de transporte coletivo ambos a cargo do DER, e na Taxa Florestal com R\$ 33 milhões, restando pouco mais de R\$ 76 milhões para as outras taxas relativas à prestação de serviços.

Tratando-se da segunda maior arrecadação dentre as Receitas Correntes, a origem das Transferências Correntes registraram os repasses de recursos realizados por outra esfera de governo, decorrentes de obrigação constitucional e/ou convênios, como também os recursos advindos de pessoas físicas e jurídicas ao Estado. Estes valores atingiram em 2010 um volume acima de R\$ 10 bilhões, superando em 13% os valores do exercício anterior. Tal arrecadação significou percentual de 21,46% do total da Receita Orçamentária Fiscal, evidenciada na tabela 24, identificadas pelas subdivisões nas rubricas; Transferências da União, Transferências Multigovernamentais, Transferências de Convênios e Demais Transferências.

Observando os valores dispostos na tabela a seguir, destaque para as Transferências da União, com 52,97% de participação no total das Transferências Correntes representadas por valores da ordem de R\$ 5,3 bilhões e incremento de 12% em relação ao exercício anterior. Sendo que os recursos do Fundo de Participação dos Estados – FPE superaram em 2010 a cifra de R\$ 2,172 bilhões, seguido pelos valores das transferências de recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasse Fundo a Fundo no patamar de R\$ 1,152 bilhão.



As transferências relativas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE somaram R\$ 516 milhões, dos quais R\$ 312 milhões encontram-se no Salário Educação – Qese, ao passo que, coube à transferência do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI R\$ 488 milhões, valor superior ao do exercício anterior em cerca de 43%.

Tabela 24 – Comparativo das Transferências Correntes
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

Descrição	R\$ milhares			
	2009	2010	AV % (1)	AH % (2)
Transferências da União	4.727.419	5.299.609	52,97	12,10
FPE	2.016.018	2.172.910	21,72	7,78
SUS – Repasse Fundo a Fundo	1.151.850	1.152.190	11,52	0,03
FNDE	426.798	515.576	5,15	20,80
IPI	340.194	487.723	4,88	43,37
Demais Transferências da União	792.559	971.209	9,71	22,54
Transferências Multigovernamentais	3.846.123	4.468.456	44,66	16,18
Transferências de Convênios	224.702	210.855	2,11	(6,16)
Demais Transferências	27.967	25.497	0,25	(8,83)
Total	8.826.212	10.004.418	100,00	13,35

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

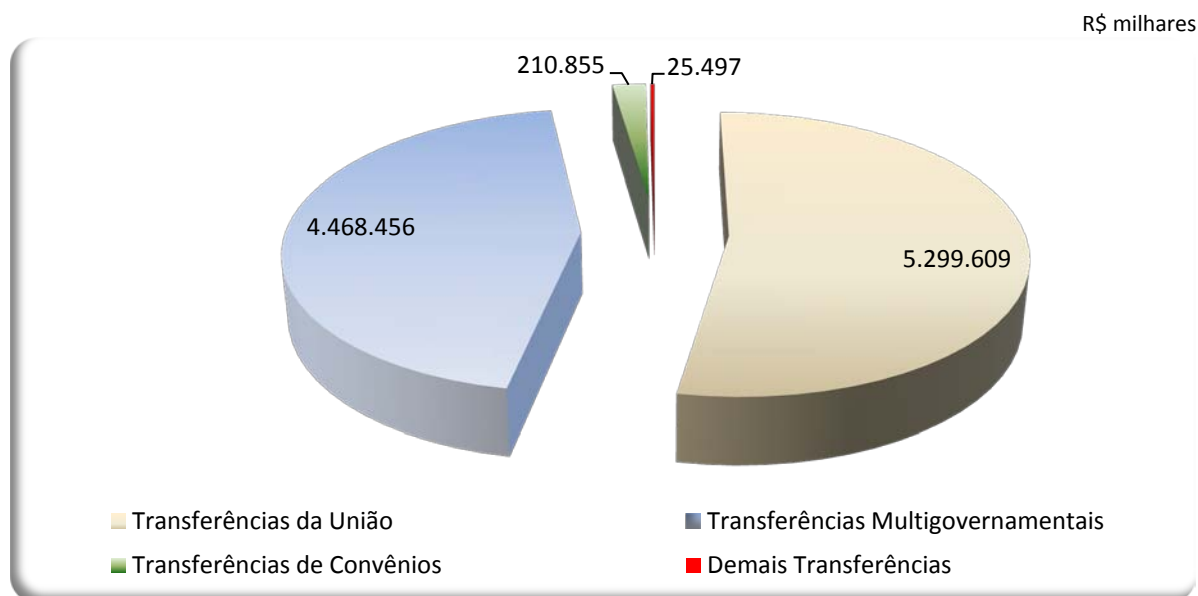
2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

As Transferências Multigovernamentais representaram em 2010 44,66% do grupo das transferências, totalizando R\$ 4,468 bilhões, refletindo acréscimo de 16,18% em relação a 2009. Foram basicamente representadas pelas Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais do Magistério – Fundeb, sendo que esta movimentação de recursos foi insuficiente para compensar o repasse do Estado ao Fundeb de R\$ 4,915 bilhões, que desta forma, gerou uma perda para o Governo do Estado de Minas Gerais de R\$ 447 milhões, em 2010.

As Transferências de Convênios, no montante de R\$ 211 milhões, registraram retração da ordem de 6% em relação a 2009, representando em 2010 pouco mais de 2% do total das transferências. Dentre os convênios mais expressivos da receita corrente, identificou-se os convênios da União com o Estado, que representaram 63,48% daquele total, destacando-se os valores destinados ao programa de combate à fome, com recursos de R\$ 63 milhões, notadamente para os advindos do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à fome destinados ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene no valor de aproximadamente R\$ 57 milhões.

Em seguida, observou-se a movimentação das transferências de convênios dos municípios e de suas entidades que atingiu o patamar de R\$ 52 milhões, sendo que, 87,25% deste volume de recursos, ou seja, R\$ 46 milhões foram identificados nos convênios entre diversos municípios e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais – Emater.

Gráfico 11 – Demonstrativo das Transferências Correntes
Estado de Minas Gerais –2010



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Coube ainda aos convênios do Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro com o Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais – Ipem-MG valor superior a R\$ 26 milhões; convênio entre Federação Nacional de Empresas de Seguros Privados e Polícia Civil do Estado de Minas Gerais em montante de R\$ 22 milhões e ainda cerca de R\$ 11 milhões destinados aos convênios com outras instituições privadas.

Complementando as transferências de convênios, cerca de R\$ 51 milhões estão registrados em diversos compromissos da esfera federal, em sua maioria, com os inúmeros órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado.

A Receita de Contribuição registra no seu cômputo valores basicamente consignados na Contribuição Patronal e Contribuição do Servidor, que tem como objetivo fazer face às despesas de previdência e de saúde dos servidores do Estado e seus dependentes.

Importante mencionar a criação através da Lei 18.682 de 12/2009 do Fundo de Assistência ao Pecúlio dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais – Funapec, regulamentado pelo Decreto 45.514 de 12/2010, que se destina a assegurar o pagamento de pecúlio, seguro coletivo e seguro de cônjuge contratados pelos servidores do Estado e seus dependentes, de acordo com a legislação específica, apresentando no exercício de 2010, execução da ordem de R\$ 99 milhões.

A arrecadação total da rubrica Receita de Contribuição atingiu a casa dos R\$ 3,235 bilhões, representando 6,94 % da Receita Orçamentária Fiscal, com variação positiva de 11,24% se comparada com o exercício de 2009.

A Contribuição Patronal em 2010, conforme tabela 25. com valores destinados à previdência da ordem de R\$ 1,211 bilhão e a saúde com R\$ 320 milhões, representou 47,34% do total desta origem de receita, ao passo que a Contribuição do Servidor acumulou até o final do



exercício valores superiores a R\$ 1,602 bilhão, sendo que 73,82% deste total, ou seja, R\$ 1,183 bilhão, foram destinados à previdência, restando R\$ 420 milhões para a saúde.

Importante ressaltar que o montante destinado à previdência, que basicamente é composto pelas contribuições para a aposentadoria, atingiu 76,40% do total, ficando cerca de 23,60% para custeio da saúde.

Embora tenha espelhado uma variação superior a cem por cento em relação ao exercício de 2009, as Demais Contribuições, que atingiram em 2010 cerca de R\$ 101 milhões, representaram no conjunto das contribuições o percentual de 3,12%. Tal variação ocorreu na unidade orçamentária 4451 – Fundo de Assistência ao Pecúlio dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais, que registrou recursos da contribuição de seguro coletivo e contribuição a pecúlio.

Tabela 25 – Comparativo da Receita de Contribuição
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

Descrição	R\$ milhares			
	2009 (1)	2010 (1)	AV % (2)	AH % (3)
Contribuição Patronal	1.444.295	1.531.117	47,34	6,01
Para Previdência	1.146.625	1.211.107	37,44	5,62
Para Saúde	297.671	320.010	9,89	7,50
Contribuição do Servidor	1.417.179	1.602.360	49,54	13,07
Para Previdência	1.019.836	1.182.792	36,57	15,98
Para Saúde	397.342	419.568	12,97	5,59
Demais Contribuições	46.180	101.058	3,12	118,83
Total	2.907.654	3.234.535	100,00	11,24

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) Inclui o valor da Receita Intraorçamentária;

2) AV – Análise Vertical;

3) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

Examinando os valores contidos na Receita Patrimonial do exercício em análise, observou-se uma retração da ordem de 16,50% em relação aos números apresentados em 2009, em especial nas Receitas de Concessões e Permissões, pormenorizada a seguir.

A arrecadação em 2010 girou em torno de R\$ 1,679 bilhão, contribuindo com aproximadamente 4% no total da Receita Orçamentária Fiscal, e identificado na tabela a seguir o desmembramento da origem analisada.

Tabela 26 – Comparativo da Receita Patrimonial
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

Descrição	R\$ milhares			
	2009	2010	AV % (1)	AH % (2)
Receitas Imobiliárias	20.824	21.417	1,28	2,85
Receita de Valores Mobiliários	1.503.302	1.493.934	88,99	(0,62)
Receita de Concessões e Permissões	482.480	158.521	9,44	(67,14)
Outras Receitas Patrimoniais	4.026	4.947	0,29	22,88
Total	2.010.633	1.678.820	100,00	(16,50)

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).



Os valores mais expressivos nesta origem de receita estão identificados na Receita de Valores Mobiliários, que atingiu o patamar de R\$ 1,494 bilhão no exercício vigente, montante este ligeiramente inferior ao registrado em 2009. Destaque para os Dividendos de Outras Sociedades de Economia Mista, que significaram 48,45%, ou seja, R\$ 813 milhões, da receita mobiliária.

Identificou-se, na classificação referente à Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor, o valor de R\$ 3,952 milhões, como dedução da receita corrente, em decorrência de perda de rendimentos no fundo CEF novo Brasil no mês de Julho de 2010 no valor de R\$ 76,55 e perda de aplicação de NTN do banco Santander nos meses de outubro e novembro no valor de R\$ 1,980 milhão e R\$ 1,972 milhão, respectivamente, registrados na Unidade Orçamentária 4431 – Fundo de Previdência do Estado de Minas – Funpemg.

Quanto às Receitas de Concessões e Permissões, estas somaram em 2010 R\$ 159 milhões, representando 9,5% do total da origem analisada, identificando um decréscimo da ordem de 67% em relação ao exercício anterior. Tal redução ocorreu tendo em vista que, nos registros de 2009, constaram valores referentes a exploração dos serviços para pagamento de fornecedores nas unidades 9999 – EMG – Administração Direta e 1021 – Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o que não ocorreu em 2010.

Analisando conjuntamente as receitas Agropecuária, Industrial e de Serviços, constatou-se que a *performance* deste grupo de receitas atingiu o patamar de 1,48% do total da Receita Orçamentária Fiscal, acumulando valores da ordem de R\$ 688 milhões, montante este superior ao do exercício anterior em 16,46%, evidenciados na tabela 27.

No setor Industrial, destaque para a receita de produtos farmacêuticos e veterinários com valor superior a R\$ 134 milhões, montante este concentrado na unidade orçamentária 2261 – Fundação Ezequiel Dias – Funed. Da mesma forma, analisando o setor de Serviços, destaque para os hospitalares, desenvolvidos a cargo da unidade orçamentária 2271 – Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig, que montaram em R\$ 134 milhões, representando 28% daquele setor. Na tabela a seguir identificou-se os totais das referidas receitas.

Tabela 27 – Comparativo das Receitas Agropecuária, Industrial e de Serviços
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

Descrição	R\$ milhares		
	2009	2010	AH % (1)
Receita Agropecuária	5.122	7.270	41,94
Receita Industrial	91.764	202.095	120,23
Receita de Serviços	493.874	478.661	(3,08)
Total	590.761	688.026	16,46

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Nota: 1) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

Por fim em relação às Receitas Correntes, tem-se neste momento a apreciação dos valores consignados nas Outras Receitas Correntes, compostas basicamente pelos registros de demais receitas de natureza corrente não especificadas nas origens de receitas anteriores,



que em 2010 representou 3,61% do total da Receita Orçamentária Fiscal e variação positiva de 21,63% em relação ao exercício anterior.

Analisando um pouco mais as outras receitas correntes, que atingiram o montante de R\$ 1,682 bilhão, destaque para a Receita de Dívida Ativa que auferiu em 2010 recursos superiores a R\$ 732 milhões, conforme tabela 28, valor este que representou 43,54% deste total, com movimentação superior a duzentos e setenta por cento em relação ao ano anterior. Composta em sua maioria pelos valores consignados na Receita da Dívida Ativa Tributária do ICMS, com cifra acima de R\$ 652 milhões, esta receita justificou a variação ocorrida entre os exercícios analisados tendo em vista o Programa de Parcelamento Especial de Crédito Tributário – PPS, relativo ao ICMS, instituído em 2010.

Continuando a análise, observou-se em Multas e Juros de Mora um montante arrecadado de R\$ 671 milhões, espelhando crescimento acima de 28% em relação a 2009, e representando 40% das outras receitas correntes. Destaque para os valores das Multas e Juros de Mora dos Tributos com R\$ 379 milhões, ou seja, 54,46% do conjunto de multas, dos quais, coube ao ICMS R\$ 267 milhões, que refletiu o resultado do Programa de Parcelamento Especial – PPE.

As Indenizações e Restituições, que somaram R\$ 178 milhões, tiveram acréscimo de 27% em relação a 2009, contribuindo com pouco mais de 10% para a composição da origem no exercício em análise.

Composta em quase sua totalidade pelos valores registrados nas Restituições, dentre as classificação mais expressivas, destacaram-se a Compensação Financeira entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência, que atingiram o patamar de R\$ 63 milhões, registrados na unidade orçamentária 4431 – Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais – FUNPEMG, e os valores registrados nas unidades 9999 – EMG – Administração Direta com R\$ 72 milhões, R\$ 19 milhões na 1261 – Secretaria de Estado da Educação e R\$ 15 milhões na unidade 3071 – Fundação de Amparo à pesquisa de MG – Fapemig.

As Receitas Diversas atingiram o total de R\$ 100 milhões no exercício atual, sendo que aproximadamente R\$ 49 milhões foram alocados na rubrica Outras Receitas oriundos de depósitos administrativos; R\$ 35 milhões em Outras Receitas Diversas (compensação ambiental, reposição florestal e pesca, assistência complementar do Fundhab) e R\$ 17 milhões em rendas de loterias.

Tabela 28 – Comparativo das Outras Receitas Correntes
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

Descrição	R\$ milhares			
	2009	2010	AV % (1)	AH % (2)
Multas e Juros de Mora	522.889	671.464	39,92	28,41
Indenizações e Restituições	139.840	177.899	10,58	27,22
Receita da Dívida Ativa	194.743	732.209	43,54	275,99
Receitas Diversas	525.323	100.287	5,96	(80,91)
Total	1.382.796	1.681.859	100,00	21,63

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).



4.2 – Receitas de Capital

Responsável pelos registros provenientes da captação de recursos por intermédio de operações de crédito e da conversão em espécie de bens e direitos, a categoria Receitas de Capital identificou em sua arrecadação valores, para fazer face às despesas de capital, demonstrados no gráfico 12 e análise a seguir.

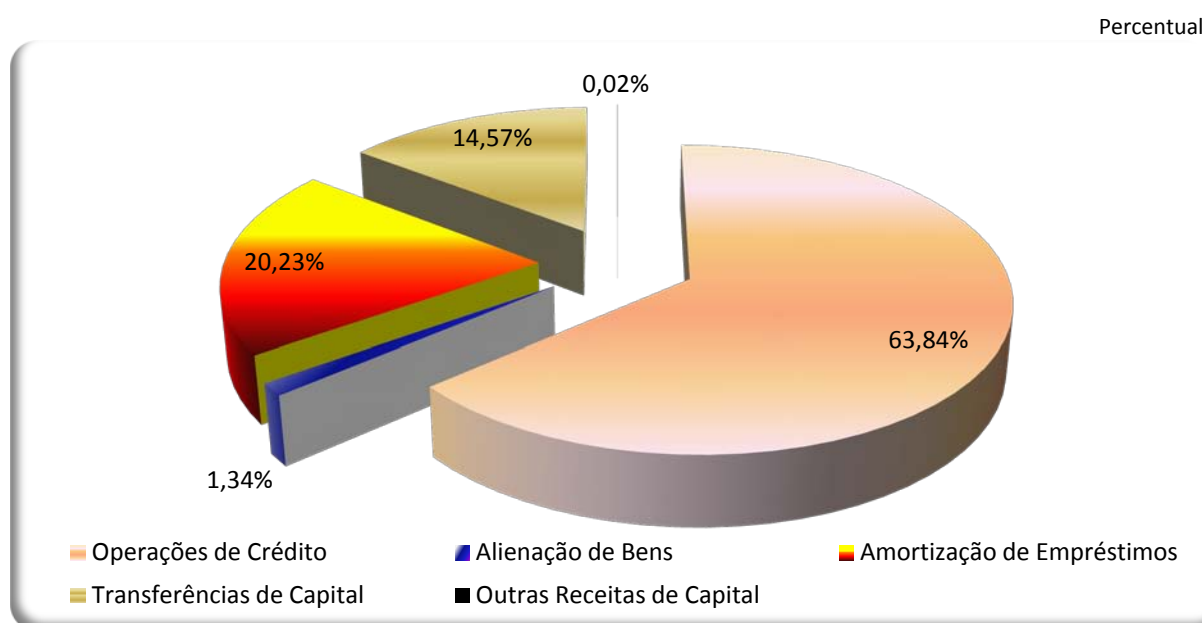
Representando 5,37% do total da Receita Orçamentária Fiscal, com um volume de recursos da ordem de R\$ 2,504 bilhões, as Receitas de Capital superaram neste exercício em 16,45% os valores apresentados em 2009.

Destacaram-se nesta categoria, os lançamentos realizados nas Operações de Crédito, que abarcaram 63,83% daquele total, ou seja, R\$ 1,598 bilhão, superior em 22% à realização ocorrida em 2009.

Os apontamentos verificados nas Operações de Crédito Externas alcançaram o montante de R\$ 1,337 bilhão, com destaque para os valores contraídos junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Bird no patamar de R\$ 1,019 bilhão, para fazer face ao programa de parceria para o desenvolvimento de Minas Gerais II, em projetos de melhoria de acessibilidade a municípios de pequeno porte e de recuperação de rodovias, e recursos da ordem de R\$ 318 milhões advindos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com aplicações nos programas estaduais, tais como, Pronoroeste, Processo – fase I e II e Profisco.

Couberam às Operações de Crédito Internas, recursos próximos a R\$ 227 milhões, com aplicação nos programas Prodetur, Sistema Rodoviário Vale do Aço e BNDES – PEF II Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal.

Gráfico 12 – Demonstrativo das Receitas de Capital
Estado de Minas Gerais – 2010



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF



A Receita de Amortização de Empréstimos foi responsável em 2010 por recursos da ordem R\$ 507 milhões, representando 20,23% do total das Receitas de Capital, demonstrando uma variação positiva de 12,47% em relação a 2009.

Cerca de 84% do montante das amortizações de empréstimos, estão concentrados na classificação referente à Amortização de Financiamentos de Projetos, representados por R\$ 425 milhões, destinados em especial ao Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento – Findes, sendo cerca de R\$ 250 milhões para suporte financeiro a programas ligados ao desenvolvimento e à expansão do parque industrial mineiro, ao passo que R\$ 155 milhões foram direcionados ao Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais – Fundese, criado para atender a programas de fomento e desenvolvimento às médias, pequenas e micro empresas e cooperativas no Estado, e o restante dos recursos, em torno de R\$ 20 milhões, foram pulverizados em diversos outros fundos estaduais.

As outras amortizações de empréstimos, na modalidade de contratos, superaram o valor de R\$ 5,0 milhões, apresentando um crescimento de 34% em relação a 2009.

Identificou-se, nos valores consignados nas Amortizações de Financiamentos Diversos, o montante de R\$ 76 milhões, sendo que 53,47% destes encontram-se na unidade orçamentária 2121 – Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM com R\$ 41 milhões, seguido do Fundo Estadual da Habitação – FEH com R\$ 26 milhões, ou seja, 34,68%, ficando pouco mais de R\$ 9 milhões a cargo da EMG – Administração Direta – Tesouro Estadual em decorrência do retorno dos valores do principal de financiamento de fundos extintos.

Tabela 29 – Comparativo das Receitas de Capital
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

Descrição	2009	2010	R\$ milhares	
			AV % (1)	AH% (2)
Operações de Crédito	1.305.742	1.598.425	63,83	22,42
Alienação de Bens	25.912	33.522	1,34	29,37
Amortização de Empréstimos	450.511	506.705	20,23	12,47
Transferências de Capital	362.958	364.984	14,57	0,56
Outras Receitas de Capital	5.355	572	0,02	(89,32)
Total	2.150.477	2.504.208	100,00	16,45

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

Continuando a análise da categoria Receitas de Capital, identificou-se uma movimentação de recursos referentes às Transferências de Capital, que atingiram em 2010 o patamar de R\$ 365 milhões, ligeiramente superior ao do exercício de 2009.

Importante destacar dentre estas transferências, os valores consignados nos Convênios com cifras acima de R\$ 263 milhões. Ênfase naqueles realizados com a União, que representaram cerca de R\$ 141 milhões, sendo que, 33,60%, ou seja, R\$ 47 milhões deste total estão concentrados na Secretaria de Transportes e Obras Públicas – Setop, destinados a programas de saneamento, advindos da Caixa Econômica Federal.



Outros valores, cerca de R\$ 12 milhões, concentraram-se na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig, referentes a convênio com o Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento – CNPQ e Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, enquanto que R\$ 11 milhões foram destinados a programas relacionados ao meio ambiente, a cargo do Instituto Mineiro de Gestão da Águas – Igam, e igual valor destinado ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem – DER oriundos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit. O restante dos recursos foram pulverizados em diversos convênios de forma a atender várias unidades orçamentárias do Estado.

Nas demais transferências de convênios, realizadas por Estados, Municípios e Instituições privadas, os registros apontaram arrecadação da ordem de R\$ 122 milhões, com visibilidade maior no Departamento Estadual de Estradas de Rodagem – DER, que absorveu montante de R\$ 100 milhões em convênio com a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig, destinados a programas de Infraestrutura.

Finalizando as Transferências de Capital, tem-se nas Intergovernamentais realizações superiores a R\$ 100 milhões, sendo que, os valores consignados entre o Ministério da Integração Nacional e a Ruralminas foram destinados à construção de barragens e atingiram o montante de R\$ 71 milhões.

Nos valores constantes na Alienação de Bens e nas Outras Receitas de Capital, constatou-se uma arrecadação acima de R\$ 34 milhões em 2010, suplantando em 9% as realizações ocorridas em 2009.

As Alienações de Bens Móveis contribuíram com R\$ 30 milhões para aquele total, com destaque para o valor de R\$ 22 milhões, registrado na rubrica referente ao saneamento do sistema financeiro estadual, em especial ao Credireal e Bemge, através de recursos advindos do contrato BIRD/7547 registradas na unidade EMG/Administração Direta – Tesouro Estadual, sendo o restante advindo de Outras Alienações de Bens Móveis e Alienações de Bens Imóveis distribuídos entre as várias unidades orçamentárias do Estado, juntamente com as Demais Receitas de Capital.

Nos capítulos seguintes serão realizadas análises dos Balanços Financeiro, Patrimonial, das Demonstrações de Variações Patrimoniais, bem como análise dos indicadores fiscais do exercício de 2010.



5 – Balanço Financeiro

Este demonstrativo tem por finalidade específica cumprir a Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e assim determina:

Art. 103. O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Parágrafo único. Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

Assim sendo, no gráfico 13, retrata o fluxo dos recursos financeiros no exercício, que é formado pela receita e despesa orçamentárias, além da movimentação dos recebimentos e pagamentos extraorçamentários, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Sinteticamente pode ser assim entendido:

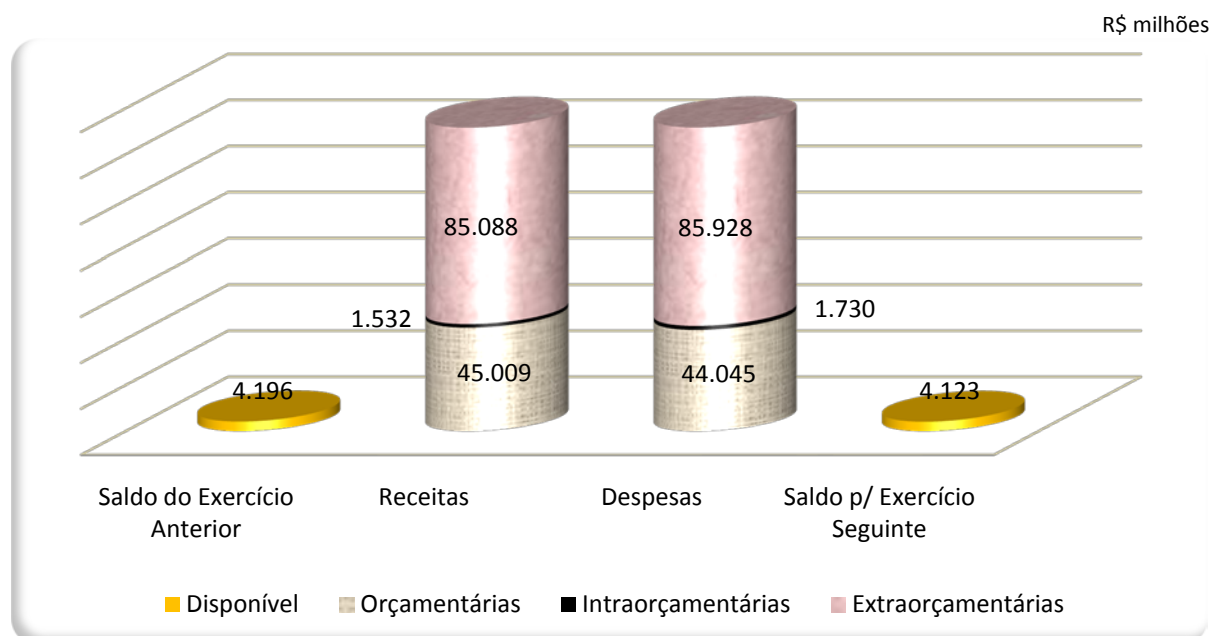
Saldo financeiro do exercício anterior;

(+) Entradas (orçamentárias e extraorçamentárias);

(-) Saídas (orçamentárias e extraorçamentárias);

(=) Saldo financeiro para o exercício seguinte.

Gráfico 13 –Balanço Financeiro – Movimentação dos Recursos (1)
Estado de Minas Gerais –2010



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Nota: 1) Não constam os dados das Empresas Estatais Dependentes.



Na tabela a seguir, o Balanço Financeiro é apresentado sucintamente, constando os registros das operações do Estado de Minas Gerais, exercício de 2010, no qual se encontra consolidado os dados dos órgãos dos Poderes do Estado, excluídas as Empresas Estatais Dependentes, tendo em vista que os prazos legais de encerramento de seus balanços diferem dos órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e Fundos Estaduais.

Tabela 30 – Demonstrativo Resumido do Balanço Financeiro Consolidado (1)
Estado de Minas Gerais – 2010

R\$ milhares

Receita			Despesa		
Descrição	Valor	AV % (2)	Descrição	Valor	AV % (2)
Receitas Orçamentárias	45.008.920	33,14	Despesa Orçamentária	44.044.533	32,43
Receitas Intraorçamentárias	1.532.179	1,13	Despesas Intraorçamentárias	1.730.061	1,27
Extra-Orçamentária	85.087.882	62,65	Extra-Orçamentária	85.593.799	63,02
Contas de Gestão Financeira Anual	72	0,00	Ajustes do Ativo Disponível	2.944	0,00
Saldo de Exercício Anterior	4.196.276	3,09	Contas de Gestão Financeira Anual	271.822	0,20
	-	-	Valores Pendentes a Curto Prazo	59.436	0,04
			Saldo Para o Exercício Seguinte	4.122.734	3,04
Total	135.825.329	100,00	Total	135.825.329	100,00

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) Não constam os dados das Empresas Estatais Dependentes;

2) AV – Análise Vertical.

Representando 33,14% das entradas, os Ingressos Orçamentários foram constituídos pelas Receitas Correntes no montante de R\$ 42,507 bilhões, já consideradas as deduções que somaram R\$ 4,919 bilhões, e pelas de Capital no valor de R\$ 2,502 bilhões.

As Receitas Intraorçamentárias somaram R\$ 1,532 bilhão, 1,13% da Receita do Balanço Financeiro, provenientes no exercício de 2010 de Contribuições Sociais.

Uma análise detalhada da Receita encontra-se no tópico Receita Orçamentária Fiscal, cujo total é de R\$ 46,618 bilhões, neste incluídos os valores arrecadados pelas Empresas Estatais Dependentes e os da Intraorçamentária.

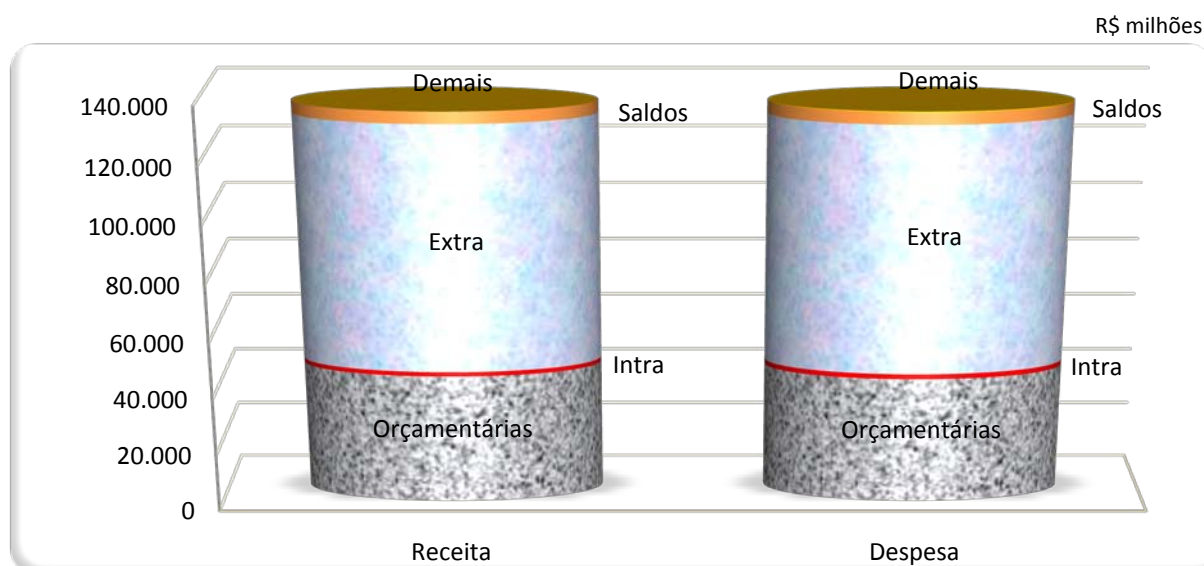
Dos Dispêndios Orçamentários, no valor de R\$ 44,045 bilhões, que representaram 32,43% das saídas, 74,59%, ou seja, R\$ 32,852 bilhões foram gastos nas funções de Governo Encargos Especiais, Segurança Pública, Previdência Social, Educação e Saúde.

As despesas Intraorçamentárias, no valor R\$ 1,730 bilhão, foram destinadas a gastos no Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais e representaram 1,27% da despesa total apurada no Balanço Financeiro.

A análise da Execução Orçamentária da Despesa Fiscal, no valor de R\$ 46,051 bilhões, está disposta no tópico relativo à Despesa Orçamentária Fiscal deste relatório. Nos valores lá apresentados estão incluídos as despesas referentes às Empresas Estatais Dependentes, bem como, as Intraorçamentárias, e, portanto, diferem dos informados na tabela do Balanço Financeiro.



Gráfico 14– Demonstrativo da Síntese da Movimentação dos Recursos (1)
Estado de Minas Gerais – 2010



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Nota: 1) Não constam os dados das Empresas Estatais Dependentes.

É possível visualizar no gráfico 14, que as movimentações de maior volume no Balanço Financeiro foram as extraorçamentárias. Destas, as de maior relevância ficaram por conta das Obrigações Liquidadas a Pagar (OLPs), com R\$ 50,369 bilhões, 37,08% da Receita e R\$ 50,171 bilhões, 36,94% das despesas, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 31 – Demonstrativo do Detalhamento do Subgrupo Extraorçamentário (1)
Estado de Minas Gerais – 2010

Descrição	R\$ milhares			
	Receitas	AV % (2)	Despesas	AV % (2)
Investimentos dos RPPS	-	-	285.503	0,33
Créditos em Circulação	-	-	152.261	0,18
Depósitos	12.216.521	14,36	12.181.303	14,23
Consignações/Retenções/Descontos em Pagtos.	5.311.947	6,24	5.323.229	6,22
Depósitos de Diversas Origens	6.904.574	8,11	6.858.073	8,01
Obrigações em Circulação	72.871.361	85,64	72.974.731	85,26
Obrigações Liquidadas a Pagar	50.369.498	59,20	50.170.916	58,62
Credores – Entidades e Agentes	60.866	0,07	60.301	0,07
Restos a Pagar	1.424.800	1,67	1.727.316	2,02
Unidade Tesouraria – Rec. de Ctas. Arrecadoras	13.367.536	15,71	12.809.765	14,97
Transf. Financ. a Comp. Cta. Arrecad. UT	5.872	0,01	5.872	0,01
(R) Recursos de Ctas. Arrec. Cent. na Conta Única	7.642.791	8,98	8.200.561	9,58
Total	85.087.882	100,00	85.593.799	100,00

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) Não constam os dados das Empresas Estatais Dependentes;

2) AV – Análise Vertical.

A movimentação de maior relevância nos Depósitos de Diversas Origens, com aproximadamente R\$ 7 bilhões das receitas e das despesas, ocorreu na conta Receitas a Restituir, que correspondeu aos montantes de R\$ 5,435 bilhões e R\$ 5,447 bilhões das



receitas e das despesas, respectivamente, do Balanço Financeiro de 2010. Desses dois últimos, R\$ 5,351 bilhões das receitas e R\$ 5,363 bilhões das despesas foram movimentados pela Unidade Orçamentária 1911 – EGE/SEF, sendo que R\$ 5,304 bilhões de cada são referentes à movimentação do Fundeb.

Além das Obrigações Liquidadas a Pagar e dos Depósitos de Diversas Origens, destacam-se as Consignações/Retenções/Descontos em Pagamentos, devido principalmente à movimentação do Imposto Sobre a Renda Retido na Fonte que foi responsável pela movimentação do montante de R\$ 1,646 bilhão e R\$ 1,650 bilhão dos ingressos e dos dispêndios, respectivamente, e também os Descontos em Pagamentos para os Institutos de Previdência com R\$ 1,006 bilhão e R\$ 1,009 bilhão e as Contribuições ao Fundo Financeiro Previdenciário (Funfip) com R\$ 874 milhões e R\$ 899 milhões.

Os Valores em Trânsito Exigíveis – Unidade de Tesouraria – Conta Única, que foram registrados nos itens Unidade Tesouraria – Recursos de Contas Arrecadoras, Transferência Financeira a Compensar – Conta Arrecadora Unidade Tesouraria e na Retificadora Recursos de Contas Arrecadoras Centralizados na Conta Única, referem-se a valores de diversas Unidades Orçamentárias do Estado que transitaram pela Conta Única do Tesouro Estadual.

A Conta Única é movimentada em estrita observância ao princípio de Unidade de Tesouraria (art. 56 da Lei 4320/64). Foi instituída pelo Estado de Minas Gerais nos termos da Lei 6.194, de 26 de novembro de 1973, e segundo seu art. 1º, abrange a execução orçamentária e financeira de recursos à disposição das autarquias não financeiras e das demais entidades da administração indireta que recebam transferências do Estado.

Os valores de R\$ 1,727 bilhão na receita e R\$ 1,425 na despesa retratam a movimentação dos Restos a Pagar Não Processados. Ainda que evidenciados no Balanço como Receita Extraorçamentária, não caracterizam propriamente um ingresso de recurso financeiro e sim um mecanismo de compensação estabelecido no § único, do art. 103, da Lei Federal 4.320/64.

Por fim, embora tendo apresentado superávit orçamentário, o valor do Disponível que era de R\$ 4,196 bilhões, em 31 de dezembro de 2009, fechou o exercício de 2010 com o saldo de R\$ 4,123 bilhões, portanto, com uma redução acima de R\$ 70 milhões, como consequência da movimentação extraorçamentária e intraorçamentária.



6 – Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial constitui uma das principais peças contábeis e tem por finalidade demonstrar qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial, ou seja, seus bens, direitos e obrigações. Na área pública, as Contas de compensação também são evidenciadas no Balanço Patrimonial.

Esse Balanço é estruturado de forma que as contas fiquem ordenadas e uniformes, permitindo uma adequada análise da situação patrimonial, sendo as do Ativo classificadas pela ordem crescente de liquidez e as do Passivo em ordem crescente dos prazos relacionados às exigibilidades.

A tabela 32 evidencia a síntese do Balanço Patrimonial Consolidado, exercício de 2010, do Estado de Minas Gerais, considerando os saldos patrimoniais da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Estaduais, com as respectivas compensações financeiras.

Para fins de consolidação, não foram considerados os dados das Empresas Estatais Dependentes, uma vez que tais empresas são regidas pela Lei 6.404/76 e Lei 11.638/2007 e os prazos legais de encerramento de seus balanços são diferentes dos órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e Fundos Estaduais

Tabela 32 – Síntese do Balanço Patrimonial Consolidado (1)
Estado de Minas Gerais – 2010

R\$ milhares					
Ativo	2010	AV % (2)	Passivo	2010	AV % (2)
Ativo Circulante	7.278.555	8,80	Passivo Circulante	3.641.779	4,40
Ativo Realizável a L. Prazo	14.596.286	17,65	Passivo Exigível a L. Prazo	68.748.172	83,11
Ativo Permanente	10.351.463	12,51			
Soma do Ativo Real	32.226.304	38,96	Soma do Passivo Real	72.389.951	87,51
			Passivo a Descoberto	(40.163.647)	(48,55)
Ativo Compensado	50.492.625	61,04	Passivo Compensado	50.492.625	61,04
Total	82.718.929	100,00	Total	82.718.929	100,00

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) Não constam os dados das Empresas Estatais Dependentes;

2) AV – Análise Vertical.

Na elaboração do Balanço Patrimonial foram realizadas Compensações Financeiras no valor de R\$ 1,272 bilhão, visando expurgar efeitos de duplicidades geradas a partir de transações internas, ou seja, direitos e obrigações, envolvendo Órgãos/Entidades do próprio Estado. Evidencia-se por meio da tabela 33 a demonstração dessas compensações.



Tabela 33 – Demonstrativo das Compensações Financeiras (1)
Estado de Minas Gerais – 2010

R\$ milhares

Código	Descrição das Contas	Saldo em 2010	Valores a compensar	Saldo após as compensações
131.00.00.00.00	Créditos Financeiros a Receber – Operações Intragovernamentais	2.518.174	2.518.174	-
231.00.00.00.00	Créditos Financeiros a Liberar – Operações Intragovernamentais	2.518.174	2.518.174	-
113.03.03.02.01	Dívida Ativa – Principal	44.625	44.625	-
113.03.03.02.02	Dívida Ativa – Multas e Encargos	20.794	20.794	-
122.02.99.01.00	Contribuições e Outros Créditos a Receber	1.303.068	760.345	542.722
122.03.02.01.00	Dívida Ativa Não Tributária – Principal	645.422	308.945	336.477
122.03.02.02.00	Dívida Ativa Não Tributária – Multas e Encargos	340.148	137.337	202.812
222.99.01.00.00	Renegociações de Obrigações Previdenciárias	1.274.149	1.272.046	2.103

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Nota: 1) Não constam os dados das Empresas Estatais Dependentes.

6.1 – Ativo

A tabela 34 evidencia o comparativo do Ativo do Estado de Minas Gerais nos exercícios 2010/2009, compreendido pelos bens e direitos, representados pelos subgrupos circulante, realizável a longo prazo, permanente e compensado.

Tabela 34 – Comparativo do Ativo por Grupo
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

R\$ milhares

Ativo	2009	2010	AV % (1)	AH % (2)
Circulante	6.718.795	7.278.555	8,80	8,33
Realizável a Longo Prazo	13.742.736	14.596.286	17,65	6,21
Permanente	9.620.646	10.351.463	12,51	7,60
Soma do Ativo Real	30.082.177	32.226.304	38,96	7,13
Compensado	42.313.646	50.492.625	61,04	19,33
Total	72.395.823	82.718.929	100,00	14,26

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA /SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical

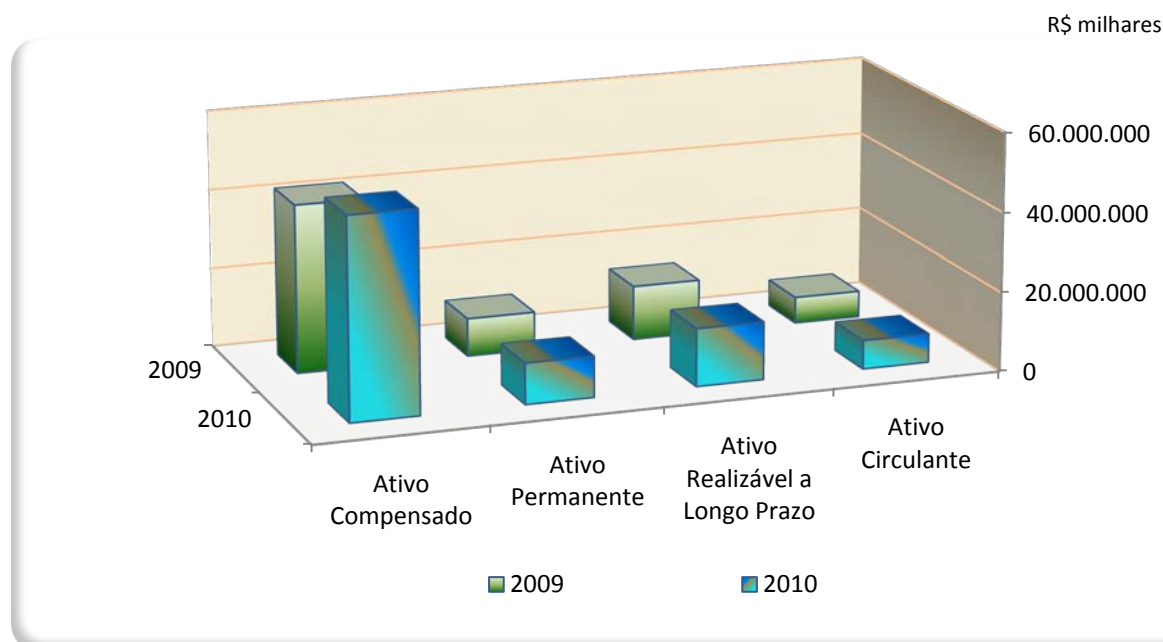
2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

Percebe-se um acréscimo de 14,26% no Ativo Total em relação ao exercício anterior, decorrente de seus subgrupos, que será abordado de forma individualizada no decorrer da análise.

Visualiza-se, por meio do gráfico 15, o comparativo do Ativo do Estado de Minas Gerais nos exercícios de 2010/2009.



Gráfico 15 – Comparativo do Ativo por Grupo
Estado de Minas Gerais – 2009/2010



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA /SCCG/STE/SEF

Pela tabela 35, apresenta-se de forma resumida a síntese da composição do Ativo Circulante referente aos exercícios de 2009/2010, identificado pelos seus subgrupos.

Tabela 35 – Comparativo do Ativo Circulante
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

Ativo Circulante	R\$ milhares			
	2009	2010	AV % (1)	AH % (2)
Disponível	5.366.711	5.578.672	76,65	3,95
Créditos em Circulação	449.401	660.504	9,07	46,97
Bens e Valores em Circulação	902.658	1.039.379	14,28	15,15
Valores Pendentes a Curto Prazo	26	-	-	-
Total	6.718.795	7.278.555	100,00	8,33

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

O Ativo Circulante, que compreende os créditos e valores a curto prazo, encerrou o exercício de 2010 com um montante de aproximadamente R\$ 7,278 bilhões. Verifica-se maior relevância nas disponibilidades, que representaram 76,65% do total do Ativo Circulante, seguidas pelo grupo Bens e Valores em Circulação com participação de 14,28%. Comparando-se os saldos final e inicial do exercício, verifica-se um acréscimo de 8,33%, influenciado pelos subgrupos citados.

O Disponível, grupo que se refere às disponibilidades imediatas, composto pelas contas Caixa, Bancos Conta Movimento, Aplicações Financeiras, Recursos de Movimentações da Unidade de Tesouraria e Recursos de Contas Arrecadoras, apresentou acréscimo de 3,95% em relação ao exercício de 2009.



Para fins de análise, visando possibilitar a comparação das aplicações do Regime Próprio de Previdência Social, considerou-se como classificados no Ativo Disponível, classificação contábil 1.1.1.00.00.00.00, os valores de 2009 registrados em 1.1.5.00.00.00.00 Investimentos dos Regimes Próprios de Previdência. Através do comparativo detalhado da tabela a seguir verificamos as variações ocorridas no Grupo Disponível.

Tabela 36 – Comparativo do Ativo Disponível
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

Descrição	R\$ milhares			
	2009	2010	AV % (1)	AH % (2)
Caixa	342	474	0,01	38,59
Bancos Conta Movimento	3.329.905	3.328.902	59,67	(0,03)
Recursos da Conta Única	2.356.319	2.258.426	40,48	(4,15)
Recursos Diretamente Arrecadados	371.454	433.450	7,77	16,69
Recursos/Transferências Vinculadas	382.788	397.283	7,12	3,79
Recursos de Convênios	215.955	238.336	4,27	10,36
Recursos de Operações de Crédito	3.389	1.406	0,03	(58,50)
Aplicações Financeiras	872.235	773.546	13,87	(11,31)
Recursos Diretamente Arrecadados	697.476	605.836	10,86	(13,14)
Recursos/Transferências Vinculadas	35.394	27.127	0,49	(23,36)
Recursos de Convênios	139.366	140.523	2,52	0,83
Recursos de Operações de Crédito		61	0,00	-
Aplicações do RPPS	1.170.434	1.455.938	26,10	24,39
Recursos de Mov. Unidade Tesouraria	1.385.619	1.969.408	35,30	42,13
(R) Recursos de Contas Arrecadoras	(1.391.825)	(1.949.596)	(34,95)	40,07
Total	5.366.711	5.578.672	100,00	3,95

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

Dentre as disponibilidades, em 2010, destacaram-se os Bancos Conta Movimento e as Aplicações Financeiras. Observa-se que o valor mais expressivo apurado foi em Bancos Conta Movimento, que representou 59,67% do total, uma vez que abrange os recursos da Conta Única, que giraram em torno de R\$ 2,258 bilhões e participaram com 40,48% do Disponível total.

As Aplicações Financeiras participaram com 13,87% do total do disponível, com destaque para os Recursos Diretamente Arrecadados, que representaram 78,32% do saldo delas. Estes recursos tiveram uma redução de 13,14% em relação ao ano anterior, originária das reduções ocorridas nos Institutos de Previdência Ipsemg e IPSM.

Os investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor, com um saldo de R\$ 1,456 bilhão, representaram 26,10% do total do Disponível, apurando-se um acréscimo de 24,39% em relação a 2009, decorrente de registros efetuados pelo Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais – Funpemg, cujas aplicações são em Títulos do Tesouro Nacional e Fundo em Cotas de Fundos de Investimentos.

A Unidade de Tesouraria, instituída pelo art. 56 da Lei Federal 4.320/64⁶, que dispõe que a arrecadação de todas as receitas será centralizada em um só caixa, foi adotada pelo Estado

⁶ Art. 56 – O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.



em conformidade com a Lei Estadual 6.194/93, alterada pelo art. 9º da Lei 11.730/94, para a execução financeira das receitas e despesas do Estado, envolvendo os órgãos e entidades que a integram. Tomando-se por base o conceito do sistema de caixa único, tornou-se necessário eliminar os efeitos das duplicidades no saldo do disponível por meio de conta redutora 111.99.01 – Recursos de Contas Arrecadoras, uma vez que tais registros são efetuados pelos órgãos e entidades em suas contas internas.

No que se refere ao grupo dos Créditos em Circulação, no montante de R\$ 660 milhões, evidenciado na tabela 35 do Ativo Circulante, percebe-se que foi responsável por 9,07% do total do Circulante, com uma variação positiva de 46,97% se comparado com o exercício anterior. As contas Títulos e Direitos de Créditos, Contribuições e Outros Créditos a Receber e Depósito-Quitação de Sentença Judicial Precatório/RPV representaram cerca de 87% do total dos Créditos em Circulação, a saber:

- A conta Títulos e Direitos de Créditos, que tem por finalidade registrar os direitos a receber junto a terceiros, teve em seu saldo registros das unidades Encargos Gerais do Estado/SEF e Imprensa Oficial do Estado, sendo que os registros efetuados pela primeira referem-se a processo de privatização do sistema financeiro bancário e atualizações destes saldos patrimoniais. Os da Imprensa Oficial decorrem de serviços prestados ao Estado cujos devedores são unidades do próprio Estado;
- As Contribuições e Outros Créditos a Receber, que registram os créditos previdenciários e os direitos das unidades perante terceiros, apresentaram um acréscimo de 173% em relação ao ano anterior, decorrente principalmente dos registros efetuados pela Funed com 89,29% do total da conta, oriundos de novos créditos relativos à Secretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Saúde, sendo este devedor responsável por 79% do saldo da conta, relativo à prestação de serviços financeiros.

Visando adequação dos procedimentos contábeis adotados em 2010, as contas do grupo Créditos em Circulação relacionadas com precatórios sofreram alteração em sua descrição, bem como, a inserção de nova conta no grupo, conforme se segue:

- Criou-se a conta Depósito-Quitação de Sentença Judicial Precatório/RPV, que tem a finalidade de registrar a liberação de recursos financeiros a favor da Justiça e do Trabalho para fazer face à quitação de precatórios, seu saldo refere-se a registros efetuados pela EGE – Encargos Gerais, Departamento de Estradas e Rodagem – DER e Instituto de Previdência dos Servidores Militares – IPSM;
- A descrição da conta Agentes Pagadores Sentenças Judiciais/Unidade de Tesouraria foi alterada para Sentenças Judiciais – Precatório – Unidade Tesouraria – Outras Fontes, cuja finalidade é registrar o direito do Tesouro Estadual junto às Autarquias e Fundações, referentes aos precatórios de responsabilidade destas quitados com recursos do Tesouro;
- E a conta Sentença/Depósitos Judiciais foi alterada para Sentenças Judiciais – Precatórios/Depósito Judicial, cujos registros foram concentrados na Unidade EGE – Encargos Gerais com 99,85% e apresentaram uma variação negativa de 34,02% se comparados com o ano anterior, devido à transferência para unidade beneficiada sentença judicial/precatório agente pagador anterior a EC 62/09.



Retomando a tabela 35, o subgrupo Bens e Valores em Circulação representaram 14,28% do total do Ativo Circulante. Do seu saldo, 92,30% decorreram de Material de Consumo, de Medicamentos e Produtos Laboratoriais e da Dívida Ativa Tributária.

A conta referente a Material de consumo possui registros de diversas unidades orçamentárias, tais como, Fundo Estadual de Saúde, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Defesa Social, Polícia Civil, Funed, Fhemig, Hemominas e IEF. O saldo nessas unidades totalizou R\$ 187 milhões, ou seja, 80,31% do saldo da conta de Material de Consumo, que apresentou redução de 0,29% com relação a 2009.

Quanto à conta Medicamentos e Produtos Laboratoriais, partindo de um saldo inicial de R\$ 334 milhões e encerrando o exercício com R\$ 505 milhões, registrou acréscimo de 51% em relação ao ano anterior. Isso se deve principalmente aos registros efetuados pelo Fundo Estadual de Saúde, que representaram 90,93% do saldo da conta.

Finalizando o Grupo Bens e Valores em Circulação, os valores registrados em Dívida Ativa Tributária representaram 21,28% do saldo do grupo. Esses valores foram contabilizados integralmente pela Unidade EGE – Encargos Gerais/SEF no valor de R\$ 221 milhões.

A tabela seguinte evidencia o Ativo Realizável a Longo Prazo, de forma comparativa nos exercícios de 2009 e 2010.

Tabela 37 – Comparativo do Ativo Realizável a Longo Prazo
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

Descrição	R\$ milhares			
	2009	2010	AV % (1)	AH % (2)
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	155.891	140.180	0,96	(10,08)
Depósitos, Cauções e Garantias	154.044	138.333	0,95	(10,20)
Depósitos Judiciais	1.847	1.847	0,01	(0,02)
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	13.586.846	14.456.106	99,04	6,40
Dívida Ativa	1.956.697	2.165.190	14,83	10,66
Tributária	1.511.889	1.626.685	11,14	7,59
Principal	5.175.160	5.061.224	34,67	(2,20)
Multas e Juros	21.611.805	21.444.697	146,92	(0,77)
(R) Provisão perda de Dívida Ativa Tributária	(25.275.076)	(24.879.236)	(170,45)	(1,57)
Não Tributária	444.808	538.505	3,69	21,06
Principal	332.528	336.477	2,31	1,19
Multas e Juros	112.280	202.812	1,39	80,63
(R) Provisão p/ perda de Dívida Ativa Não Tributária		(784)	(0,01)	
Créditos a Inscrever em Dívida Ativa	7.577.232	7.323.154	50,17	(3,35)
Créditos a Receber	4.052.917	4.967.762	34,03	22,57
Devedores por Enc. de Ass. à Saúde – Segurados	15.468	15.729	0,11	1,69
Empréstimos e Financiamentos	4.037.449	4.952.033	33,93	22,65
Empréstimos e Financiamentos	292.897	269.340	1,85	(8,04)
Emp. e Fin. – Fundos de Desenvolvimento	2.172.168	2.521.119	17,27	16,06
Concessão de Financiamentos Habitacionais	464.878	816.409	5,59	75,62
Títulos e Direito de Crédito	906.052	888.754	6,09	(1,91)
Contribuições e Outros Créditos a Receber	201.454	456.411	3,13	126,56
Contribuições e Outros Créditos a Receber	295.262	542.722	3,72	83,81
(R) Provisão para Perda de Créditos a Receber	(93.808)	(86.311)	(0,59)	(7,99)
Total	13.742.736	14.596.286	100,00	6,21

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).



O Ativo Realizável a Longo Prazo, que tem por finalidade demonstrar os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, apresentou um saldo de R\$ 14,596 bilhões em 31/12/2010, representando 17,65% do Ativo Total. Este grupo teve um acréscimo de 6,21% se comparado com o exercício anterior, decorrente principalmente da variação positiva dos saldos de Dívida Ativa 10,66%, Créditos a Receber 22,57%, Concessão de Financiamentos Habitacionais 75,62% e Outros Créditos a Receber com 126,56% em relação ao exercício anterior.

A Dívida Ativa Tributária apresentou acréscimo de 10,66% em seu saldo, decorrente principalmente da redução da provisão para perda de Dívida Ativa. Seu saldo foi registrado integralmente pela Unidade EGE – Encargos Gerais/SEF e é referente a processos tributários, tanto do principal quanto de Multas e Juros.

O grupo Dívida Ativa Não Tributária encerrou o exercício de 2010 com um saldo de R\$ 538 milhões, grande parte dos registros foram efetuados pelas unidades Orçamentárias IPSEMG – 56,46% e IEF – 32% do referido saldo, decorrentes de parcelamentos de contribuições não quitados por alguns municípios e demais Devedores da Dívida Ativa.

No tocante aos Créditos a Inscrever em Dívida Ativa Tributária, estes referem-se à fase administrativa e controle de legalidade e contribuíram com 50,17% para a formação do Ativo Realizável a Longo Prazo.

Outro subgrupo relevante são os Créditos a Receber, que participaram com 34,03% do total do realizável a longo prazo, registraram acréscimos de 22,57% se comparados ao exercício de 2009. São estes os principais fatores que impactaram neste subgrupo em 2010:

- Os créditos a Receber referem-se a devedores por encargos de assistência à saúde-segurado, decorrentes dos registros efetuados pelos Institutos de Previdência Ipsemg e IPSM, sendo este último responsável por 86,56% do saldo da conta;
- Os Empréstimos e Financiamentos encerraram o exercício de 2010 com um saldo de R\$ 269 milhões, contabilizados pelos Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento – Finds e o Fundo Estadual de Habitação - FEH e EGE – Encargos Diversos/SEF, sendo que este contribuiu com 99% do total, oriundos de empréstimos bancários e agrícolas da MinasCaixa e empréstimos do BDMG, decorrente de financiamento de fundos extintos, Somma e Fundeurb e Crédito a Receber – Carteira Comercial e Rural da MinasCaixa;
- Os Empréstimos e Financiamentos – Fundo de Desenvolvimento participaram com 17,27% para a formação do Realizável a Longo prazo. Esta conta teve variação positiva de 16,06% em relação a 2009, decorrente principalmente de encargos contratuais de empréstimos concedidos pelo Findes, que tem por objetivo dar suporte financeiro a programas de financiamento ao desenvolvimento e à expansão do parque industrial mineiro e das atividades produtivas e de serviços nele integradas, nele encontram-se 83% do saldo desta conta.
- A Concessão de Financiamentos Habitacionais apresentou um crescimento de 75,62% em relação a 2009, oriundo principalmente das incorporações de bens e direitos. 43,95% do saldo da conta decorreram do Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais.



- Quanto aos Títulos e Direitos de Crédito, fecharam o exercício com o saldo de R\$ 888 milhões, 92,39% deste registrado na Unidade EGE – Encargos Diversos/SEF, decorrentes de títulos relativos à Cemig, Banco Itaú, BDMG e bancos extintos, Bemge, Credireal.
- A conta Contribuições e os Outros Créditos a Receber que demonstrou os valores apurados em levantamentos de contribuições previdenciárias descontada dos servidores e não recolhidas e outros direitos do Estado representou 3,72% do Ativo Realizável a Longo Prazo, cujos valores a receber encontram-se registrados em sua grande parte no Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais.
- As Provisões para Perda de Créditos a Receber referem-se a registros efetuados pela unidade Encargos Gerais do Estado - Secretaria de Fazenda e à constituição de provisões para perdas por parte do Instituto de Previdência do Legislativo – Iplemg.

No que tange ao grupo Depósitos Realizáveis a Longo Prazo, merece destaque a conta Depósitos, Cauções e Garantias, que contribuiu com 98,68% para a formação do grupo. Conta esta que apresentou uma redução de 10,20% em relação ao ano anterior a seu saldo refere-se a depósitos oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional relativos a 2003, decorrentes de caução dada em dinheiro à União, tendo em vista negociação de dívida externa feita por esta junto aos credores de cada Estado, valor este a ser utilizado para amortização da dívida a vencer em 11/04/2024, referente a última parcela da dívida, conforme nota de lançamento contábil 339/2004.

Continuando a análise do Ativo, temos o Ativo Permanente, que tem por finalidade evidenciar a composição dos bens, direitos e valores com característica de constituir o patrimônio físico destinado à manutenção das atividades operacionais. Demonstramos a seguir um comparativo de seus subgrupos;

Tabela 38 – Comparativo do Ativo Permanente
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

	R\$ milhares			
Ativo Permanente	2009	2010	AV % (1)	AH % (2)
Investimentos	4.865.046	5.247.801	50,70	7,87
Participações Societárias	4.698.130	4.990.367	48,21	6,22
Títulos e Valores	141.394	141.395	1,37	0,00
Unidades Habitacionais em Construção	25.523	116.039	1,12	354,64
Imobilizado	4.755.600	5.103.662	49,30	7,32
Bens Patrimoniais	3.907.831	4.198.689	40,56	7,44
Obras em Andamento	869.339	927.609	8,96	6,70
Depreciação, Amortizações e Exaustões	(21.570)	(22.636)	(0,22)	4,94
Total	9.620.646	10.351.463	100,00	7,60

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

O Ativo Permanente, constituído pelos grupos Investimentos e Imobilizado, representou 12,51% do total do Ativo, incluídos neste total os saldos das contas de compensação,



conforme estrutura do Balanço Patrimonial da Administração Pública, e apresentou uma variação nominal positiva de 7,60% em relação ao ano anterior.

Observa-se na tabela 38, que os Investimentos contribuíram com 50,70% para a formação do Ativo Permanente e cresceram 7,87% em relação ao ano anterior, decorrente principalmente das Participações Societárias. Os Investimentos mais relevantes encontram-se registrados nas participações na Companhia de Desenvolvimento Econômico, BDMG, Copasa e Cemig, sendo que a primeira representou 34,66% do total das participações com acréscimo de 17,22%, se comparada com o exercício anterior.

A participação na Cohab, que representou em 2010 0,37% do total das participações, teve uma redução de 73,38% em relação ao exercício de 2009. Representada por um saldo inicial de R\$ 69 milhões e encerrando 2010 com um saldo de R\$ 18 milhões, devido à redução do capital social com absorção de prejuízos acumulados ao longo do ano, conforme ata da assembleia extraordinária, e nota de lançamento contábil 6 e 7/2011.

Evidencia-se na tabela 39 a composição das Participações Societárias.

Tabela 39 – Comparativo das Participações Societárias
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

Descrição	R\$ milhares			
	2009	2010	AV % (1)	AH % (2)
Companhia Desenv. Econômico Minas Gerais – Codemig	1.475.609	1.729.669	34,66	17,22
Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa	1.167.652	1.167.652	23,40	-
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BDMG	987.350	1.007.377	20,19	2,03
Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig	717.719	786.892	15,77	9,64
MGI – Minas Gerais Participações S/A	139.205	139.205	2,79	-
Companhia de Tecnologia da Informação – Prodemge	76.218	76.218	1,53	-
Companhia de Habitação Estado Minas Gerais – Cohab	69.649	18.538	0,37	(73,38)
Outras Participações	64.728	64.816	1,30	0,14
Total	4.698.130	4.990.367	100,00	6,22

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

Finalizando a análise dos Investimentos, observa-se, por meio da tabela 38, uma variação positiva de 354,64%, decorrente de construção de novas unidades habitacionais contabilizadas pela unidade Fundo Estadual de Habitação, objetivando construir unidades habitacionais para famílias de baixa renda em diversos municípios mineiros. Isso é comprovado pela execução da despesa no elemento/item 51/11 – Obras e Instalações e também incorporações de Bens/Direitos de Restos a Pagar.

O Ativo Imobilizado contribuiu com 49,30% para a formação do ativo Permanente, que representam os bens, créditos e valores cuja mobilidade ou alienação dependa de autorização legislativa, conforme definido no § 2º, do art. 105, da Lei 4.320/64. Apresentamos a seguir detalhamento do Imobilizado.



Tabela 40 – Comparativo do Imobilizado – Bens Móveis e Imóveis
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

R\$ milhares

Descrição	2009		2010	
	Bens Móveis	Bens Imóveis	Bens Móveis	Bens Imóveis
Obras e Instalações	-	367.971	-	373.220
Equipamento e Material Permanente	2.396.704		2.607.609	
Aquisições de Imóveis		1.088.700		1.163.430
Depreciação	(1.259)	(20.311)	(1.295)	(21.342)
A Classificar	36	54.420	10	54.420
Total	2.395.480	1.490.780	2.606.325	1.569.728

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

As Obras em Andamento, conforme tabela 40, contribuíram com aproximadamente 9% para a formação do saldo do grupo, que apresentou acréscimo de 6,70% em relação a 2009, reflexo dos novos investimentos em melhoria de vias públicas, empreendimentos de requalificação urbana e ambiental do Ribeirão do Arrudas, dentre outros.

O Compensado, tanto do Ativo quanto do Passivo, também compõe o Balanço Patrimonial da Administração Pública. Embora seu valor seja expressivo não integra o patrimônio, visto que sua função precípua é o controle e decorre do registro de situações que possam no futuro vir ou não a afetá-lo. Destaque para o Ativo Compensado, que representou 61,04% do Ativo Total, conforme detalhado na tabela 41.

Tabela 41 – Detalhamento do Ativo Compensado
Estado de Minas Gerais – 2010

R\$ milhares

Descrição	2009	2010	AV % (1)	AH % (2)
Bens e Direitos do Estado s/Responsabilidade de Terceiros	34.605.767	42.553.688	84,28	22,97
Responsabilidade de Terceiros	22.854.471	32.430.161	64,23	41,90
Garantias de Valores e Bens	746.570	672.866	1,33	(9,87)
Obrigações de Conveniados e de Contratados	10.955.539	9.394.858	18,61	(14,25)
Diversos Responsáveis em Apuração	49.186	55.803	0,11	13,45
Outras Compensações Ativas	7.707.879	7.938.937	15,72	3,00
Obras em Andamento não Patrimoniáveis	2.164.593	3.144.157	6,23	45,25
Parcerias Público Privadas – PPP	2.626.719	2.631.275	5,21	0,17
Contratos Parcerias Público Privadas – Sistema Prisional	2.111.476	2.111.476	4,18	0,00
Garantias Conc. Parc. Privado a Executar – Sist. Prisional	409.519	409.519	0,81	-
Garantias Ofertadas Parc. Privado Exec. – Sist. Prisional	105.724	110.281	0,22	4,31
Contrapartida Bens e Direitos de Terceiros Sob Responsabilidade do Estado	2.916.567	2.163.505	4,28	(25,82)
Total	42.313.646	50.492.625	100,00	19,33

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

Observa-se, que os maiores valores registrados são decorrentes de Bens e Direitos sob Responsabilidade de Terceiros, distribuídos em sua maioria nos valores relativos à Responsabilidade de Terceiros e Obrigações de Conveniados e de Contratados. Tais como termo de compromisso de caixa escolar, contratos de serviço, aluguel e obras.



6.2 – Passivo

Transpondo para a análise do Passivo, que é o conjunto dos elementos patrimoniais representativos das obrigações estatais para com terceiros, verifica-se por meio da **tabela 42**, que este grupo encerrou o exercício de 2010 com um saldo de R\$ 82 bilhões, incluí o passivo compensado.

Tabela 42 – Comparativo do Passivo por Grupo
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

Passivo	R\$ milhares			
	2009	2010	AV % (1)	AH % (2)
Passivo Circulante	4.132.641	3.641.779	4,40	(11,88)
Passivo Exigível a Longo Prazo	60.382.842	68.748.172	83,11	11.385,38
Créditos Financeiros a Liberar – Operações Intragovernamentais	18.276	-	-	(100,00)
Soma do Passivo Real	64.533.758	72.389.951	87,51	12,17
Saldo Patrimonial	(34.451.581)	(40.163.647)	(48,55)	16,58
Passivo Compensado	42.313.646	50.492.625	61,04	19,33
Total	72.395.823	82.718.929	100,00	14,26

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

Partindo de uma análise geral, observa-se que o Passivo apresentou um acréscimo de 14,26% se comparado a 2009. O grupo do exigível a longo prazo representou 83,11%, o mais expressivo do passivo total. Em segundo plano ficou o passivo compensado seguido pelo circulante, este representou 4,40% do passivo total.

Apresentado por meio da tabela 43, o Passivo Circulante compreende contas consideradas como dívida fluante, que são valores Exigíveis e Pendentes a curto prazo, cujo pagamento independe de novas autorizações orçamentárias compreendendo as obrigações em circulação, depósitos e valores pendentes, conforme tabela a seguir.

Tabela 43 – Comparativo do Passivo Circulante
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

Passivo Circulante	R\$ milhares			
	2009	2010	AV % (1)	AH % (2)
Obrigações em Circulação	3.739.719	3.273.267	89,88	(12,47)
Depósitos	318.816	353.867	9,72	10,99
Valores Pendentes a Curto Prazo	74.106	14.644	0,40	(80,24)
Total	4.132.641	3.641.779	100,00	(11,88)

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

As obrigações em circulação representaram 89,88% do passivo circulante total, tendo sofrido uma redução de 12,47% de 2009 para 2010. São compostas, em quase sua totalidade, pelos restos a pagar processados – obrigações liquidadas a pagar e restos a pagar não processados, conforme tabela 43.



Tabela 44 – Demonstrativo de Restos a Pagar Processados e Não Processados
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

Descrição	Processado	Não Processado	Total	R\$ milhares
				AV % (1)
Pessoal e Encargos Sociais	1.547.285	8.996	1.556.280	47,61
Outras Despesas Correntes	130.045	640.889	770.934	23,59
Investimentos	168.123	637.020	805.143	24,63
Inversões Financeiras	5.930	130.185	136.115	4,16
Total	1.851.383	1.417.089	3.268.472	100,00

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Nota: 1) AV – Análise Vertical.

Pessoal e Encargos Sociais representou 47,61% do total dos Restos a Pagar, representando quase sua totalidade, sendo que R\$ 1,409 bilhões refere-se à despesa com folha de salários e encargos sociais de dezembro/2010 e R\$ 138 milhões decorrem de anos anteriores, destes, R\$ 134 referem-se à contribuição patronal registrados pelas unidades Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Funfip. Com relação à folha de dezembro, o pagamento ocorreu no início de janeiro de 2011, ficando a pagar valores referentes à contribuição patronal no valor de R\$ 156 milhões. Quanto ao saldo dos restos a pagar não processados, 80% são inscrições da Assembleia Legislativa decorrentes em grande parte de Despesas de Exercícios Anteriores, e o restante de Contrato de Pessoal Terceirizado, Indenizações e Restituições Trabalhistas, Ressarcimento de Pessoal Requisitado da Administração Estadual diluído em diversas Unidades Orçamentárias.

O saldo de Outras Despesas Correntes participou com 23,59% do valor total dos Restos a Pagar, distribuído em várias unidades orçamentárias. Nos Processados destaca-se as inscrições realizadas pelo Fundo Estadual de Saúde, EGE Encargos Diversos/SEF e Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, que participaram com 25,44%, 22,13% e 27,82%, respectivamente, sendo a maior parte proveniente de Contribuições, Subvenções Sociais, Distribuição Constitucional e Legal aos Municípios decorrente de tributos arrecadados pelo Estado e Outros Serviços de Terceiros.

Quanto ao saldo dos Restos a Pagar Não Processados, o valor mais expressivo encontra-se inscrito pelo Fundo Estadual de Saúde, referente a serviços de saúde executados com recursos do SUS.

Cabe destacar também os Investimentos, cuja representatividade foi de 24,63% do total dos Restos a Pagar, sendo a maior parte do saldo decorrente de auxílios e obras e instalações-execução de obras por contrato de bens não patrimoniáveis.

Contribuindo com aproximadamente 10% para a formação do passivo circulante, conforme tabela 43, verifica-se os Depósitos, nesta subdivisão com destaque para a composição do saldo das contas :

- Outros Consignatários/Retenções, esta conta encerrou 2010 com um saldo de R\$ 115 milhões, distribuído em diversas unidades orçamentárias, Funfip, PMMG, TJMG e Seplag/FPC, que juntas participaram com 84,97% desse total;



- Multas de Trânsito, referem-se a depósitos registrados pelas unidades Polícia Civil e EGE-Encargos Diversos/SEF, de diversos municípios;
- Depósitos de Terceiros, com saldo de R\$ 68 milhões, pulverizado em várias unidades orçamentárias, cabendo destaque ao saldo registrado pelo Tribunal de Justiça, responsável por 69% do valor total da obrigação em questão.

Quanto aos valores pendentes a curto prazo, de acordo com a tabela 43 (passivo circulante), observa-se um percentual de 0,40% do total do Passivo Circulante, com destaque para o saldo da conta contábil Receitas de Exercícios Futuros, com cerca de R\$ 11 milhões registrados pela Unidade EGE – Encargos Diversos/SEF, relativos à receita de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA cujo fato gerador refere-se ao exercício de 2011.

Na sequência, conforme tabela 45 observa-se a composição do passivo exigível a longo prazo, que representa as obrigações exigíveis em prazo superior a doze meses, contribuindo com 83,11% para a formação do Passivo Total em 2010. As obrigações exigíveis a longo prazo representaram quase a totalidade do grupo em questão, com acréscimo de 13,86% de um ano para o outro, destacando-se as operações de crédito internas e externas, que perfizeram um montante de R\$ 65 bilhões aproximadamente.

Tabela 45 – Comparativo da Composição do Exigível a Longo Prazo
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

Descrição	R\$ milhares			
	2009	2010	AV % (1)	AH % (2)
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	4.792	1.546	0,002	(67,74)
Reserva Técnica Atuarial	4.792	1.546	0,002	(67,74)
Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	60.378.049	68.746.627	99,998	13,86
Operações de Crédito Internas	54.561.248	61.408.959	89,32	12,55
Operações de Crédito Externas	1.844.663	3.066.806	4,46	66,25
Provisões Matemáticas Previdenciárias	1.346.077	1.583.195	2,30	17,62
Outras Exigibilidades	2.626.062	2.687.668	3,91	2,35
Renegociações de Obrigações Previdenciárias	760.753	2.103	-	(99,72)
Reserva Atuarial de Benefícios	234.748	287.041	0,42	22,28
Sentenças Judiciais – Precatórios	1.613.293	2.380.508	3,46	47,56
Outras Obrigações Assumidas pelo Estado	17.268	18.016	0,03	4,33
Total	60.382.842	68.748.172	100,00	13,85

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

A seguir, nas tabelas 46 e 47, destacamos a composição das Operações de Crédito Internas e Externas, que se referem a contratos administrados pela Superintendência Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública/ Secretaria de Estado de Fazenda.



Tabela 46 – Composição das Operações de Crédito Internas
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

Descrição	R\$ milhares			
	2009	2010	AV % (1)	AH % (2)
Refinanciamento Lei Federal 9496/97	17.934.592	19.331.070	31,48	7,79
Saneamento Bancos Estaduais Lei Federal 9496/97	8.789.068	9.429.612	15,36	7,29
CRC Cessão Crédito Cemig	4.329.078	5.070.376	8,26	17,12
Refinanciamento Lei 8727	724.923	585.536	0,95	(19,23)
Contrato STN – Banco do Brasil S/A – DMLP	362.407	319.839	0,52	(11,75)
Resíduo da Lei 9496/97	16.246.545	19.313.647	31,45	18,88
Resíduo Limite Saneamento Sist. Financ. Est. Lei 9496/97	5.691.175	6.665.512	10,85	17,12
Outras	483.460	693.367	1,13	43,42
Total	54.561.248	61.408.959	100,00	12,55

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

Tabela 47 – Composição das Operações de Crédito Externas
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

Descrição	R\$ milhares			
	2009	2010	AV % (1)	AH % (2)
Bird – Reconstrução e Desenvolvimento	1.646.477	2.545.214	82,99	54,59
BID	98.389	428.368	13,97	335,38
JBIC – Projeto Jaíba II	99.431	92.889	3,03	(6,58)
Outras	366	335	0,01	(8,37)
Total	1.844.663	3.066.806	100,00	66,25

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

Do montante do passivo exigível de longo prazo, relativo às Operações de Crédito Internas e Externas, deve-se mencionar que no exercício de 2010, R\$ 1,174 bilhões representaram novos empréstimos. O restante da variação do saldo entre os exercícios de 2009 e 2010 refere-se à atualização dos saldos da dívida, de acordo com os índices definidos em contratos.

Referindo-se ainda às obrigações exigíveis a longo prazo, verifica-se o saldo da conta contábil Provisões Matemáticas Previdenciárias, que se refere a valores apropriados pelo Estado, de acordo com as notas técnicas atuariais, para fazer face à totalidade dos compromissos líquidos do plano previdenciário para com seus segurados.

Essas obrigações estão subdivididas em Provisões para Benefícios Concedidos, Provisões para Benefícios a Conceder e Provisões Atuariais para Ajustes do Plano, contribuindo com 2,30% para a formação do Passivo Exigível a Longo Prazo, e registradas pelo IPSEMG – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais e pelo Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais.

Cabe ressaltar, que em 2010 esta conta sofreu um aumento de 17,62% em relação a 2009, decorrente dos acréscimos ocorridos em Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano para Geração Atual e Provisão Actuarial para Contingência de Benefícios, referente às



atualizações de Benefícios a Conceder e de Reserva de Contingência, conforme laudo técnico atuarial.

Quanto às Outras Exigibilidades, verifica-se:

- Renegociação de Obrigações Previdenciárias, referem-se à renegociações feitas pelos Institutos Estadual de Floresta e pelo de Terras do Estado de Minas Gerais para parcelamento de débito junto ao INSS;
- O saldo da conta Reserva Atuarial de Benefícios apresentou acréscimo de 22% em relação ao exercício de 2009 este montante foi registrado pelo Instituto de Previdência do Legislativo.
- Os Precatórios encerraram o exercício de 2010 com o montante de R\$ 2,380 bilhões, destes, aproximadamente 27% referem-se à atualização/correção do saldo decorrente de procedimentos contábeis adotados neste exercício;
- As Outras Obrigações Assumidas pelo Estado apresentaram saldos registrados por diversas unidades orçamentárias, referindo-se, em sua maioria, a obrigações com o Pasep.

Retomando a tabela 45, temos os Depósitos Exigíveis a Longo Prazo representados pelas Reservas Técnicas Atuariais, que são obrigações relativas a pecúlio e seguro coletivo registradas pelo Ipsemg, e apresentaram redução de 67,74% em relação ao exercício de 2009, ocasionada pela reversão de Reserva devido à criação do Funapec, Lei 18.682/2009.

Para encerrar as contas do passivo, temos o Passivo a Descoberto, apurado pela diferença entre o Ativo Real e o Passivo Real, que em 31/12/10 foi da ordem de R\$ 40,164 bilhões, com acréscimo de 16,58% em relação a 2009, decorrente do resultado patrimonial deficitário da ordem de R\$ 5.712 milhões, cuja análise das contas de resultado encontra-se no tabela 48 deste relatório.



7 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Neste tópico apresentamos a Demonstração da Variações Patrimoniais, cuja finalidade é evidenciar as alterações verificadas no patrimônio resultantes ou independentes da execução orçamentária.

A Demonstração das Variações Patrimoniais indica o resultado patrimonial do exercício mediante diferença entre as Variações Ativas e as Passivas, resultando num superávit ou num déficit.

Conforme demonstrado na tabela 48, verifica-se que, no exercício de 2010, o total das Variações Passivas superou o das Ativas, provocando um resultado patrimonial deficitário de R\$ 5,712 bilhões, decorrente da incorporação de Passivos e desincorporação de Ativos oriundas da parte extra-orçamentária, que são as independentes da execução do orçamento.

Tabela 48 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais (1)
Estado de Minas Gerais – 2010

R\$ milhares					
Passivas	Valores	AV % (2)	Ativas	Valores	AV % (2)
Resultado Orçamentário	155.986.648	85,04	Resultado Orçamentário	156.038.908	85,07
Despesa Orçamentária	45.774.595	24,96	Receita Orçamentária	46.541.099	25,37
Interferências Passivas	106.427.912	58,02	Interferências Ativas	106.239.312	57,92
Mutações Patrimoniais	3.784.141	2,06	Mutações Patrimoniais	3.258.498	1,78
Resultado Extraorçamentário	27.437.975	14,96	Result. Extraorçamentário	21.673.649	11,82
Subtotal	183.424.624	100,00	Subtotal	177.712.557	96,89
			Déficit Patrimonial	5.712.067	3,11
Total	183.424.624	100,00	Total	183.424.624	100,00

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) Não constam os dados das Empresas Estatais Dependentes;

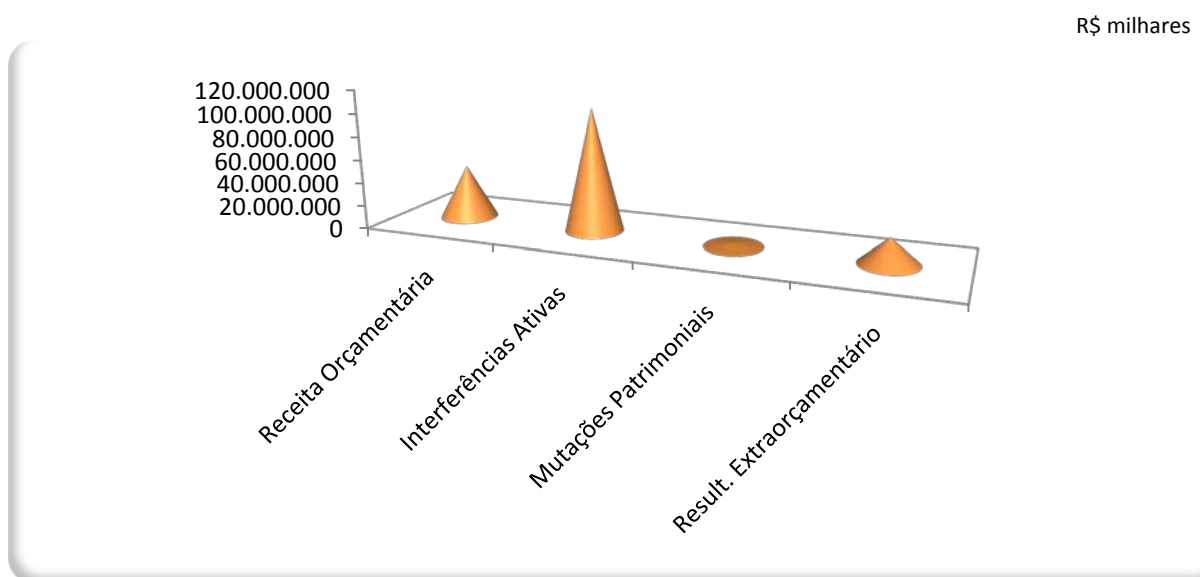
2) AV – Análise Vertical

7.1 – Variações Ativas

Demonstradas por meio dos subgrupos resultantes da execução orçamentária e independentes da execução orçamentária, as Variações Ativas são todas aquelas que provocam movimentações quantitativas e qualitativas no patrimônio, compreendendo no primeiro subgrupo as receitas orçamentárias arrecadadas durante o exercício (receitas correntes e de capital), as Interferências e as mutações patrimoniais que decorreram da incorporação de elementos do ativo ou da diminuição do passivo no patrimônio, ou ainda, fatos permutativos.



Gráfico 16 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais Ativas
Estado de Minas Gerais – 2010



Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Observa-se, por meio do gráfico 16, que o subgrupo Interferências Ativas é o mais expressivo no cômputo das Variações Ativas, oriundas principalmente dos repasses das cotas financeiras decorrentes de operações realizadas entre unidades orçamentárias integrantes do orçamento fiscal, principal fonte de recursos para a execução das despesas.

A Receita Orçamentária apresentou um crescimento de 14,96% em relação ao exercício anterior, atingindo em 2010 uma arrecadação de R\$ 46,541 bilhões, que diverge do valor apurado no tópico da Receita Orçamentária, bem como do Balanço Orçamentário, tendo em vista que aqui não estão incluídos os dados da execução orçamentária das Empresas Estatais Dependentes.

Evidencia-se as Mutações Patrimoniais do lado da Despesa no valor R\$ 3,258 bilhões, que representam aquisições de bens e direitos (incorporação de ativos) ou baixa de obrigações (desincorporação de passivos), cujo detalhamento será apresentado na sequência.

No que tange às Aquisição de Bens, maior relevância na aquisição dos Estoques em Geral no valor de R\$ 772 milhões, com participação de 30,37% do total das aquisições, seguida pela aquisição de Bens Móveis, cujos maiores investimentos foram na Seplag e no Fundo Estadual de Saúde, decorrentes principalmente de Mobiliário em Geral, Equipamentos de informática, Veículos, e Equipamentos Hospitalares, Odontológicos e Laboratoriais.

As mutações Bens Imóveis, identificadas pelos elementos de despesa Aquisição de Imóveis e Obras e Instalações decorrentes de incorporações em bens imóveis, tiveram maior relevância nas despesas com aquisição de terreno.

No tocante aos Créditos a Receber decorrentes de concessões de Empréstimos e Financiamentos pelos Fundos Estaduais e Habitacionais tiveram mutações na ordem de



R\$ 369 milhões, destes, 94,47% ficaram a cargo dos Fundos de Equalização e de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais.

Das Participações Societárias, registradas pela EGE/Transferências de Empresas e referentes a aumento de capital, grande parte refere-se à integralização de capital junto ao BDMG, cujos recursos foram vinculados a financiamentos do Programa Estadual de Crédito Popular Credpop/Fundese, aumento de capital Codemig. Outros Investimentos, no valor de R\$ 90 milhões, referem-se à Construção de Unidades Habitacionais.

Quanto às Obras e Instalações em Andamento, no valor de R\$ 316 milhões, foram registradas por diversas unidades orçamentárias e decorrem de despesas relativas à execução de Obras por Contrato, execução Direta de Obras, Estudos e Projetos e Instalações para Obras em Andamento. Coube à primeira representação de 97,18% do total, com destaque para as obras relativas à requalificação urbana e ambiental do Ribeirão Arrudas, reformas de blocos da Febem do Horto para instalação do projeto Plug in Minas, reforma e melhoramento de aeroportos, reforma e modernização do Estádio Governador Magalhães Pinto, modernização e requalificação do Estádio Independência, dentre outras.

Por fim, temos nas Mutações as reduções do Passivo, referentes ao subgrupo de Amortizações/Resgates de Obrigações Exigíveis a Longo Prazo, incluído nestas os pagamentos da amortização da dívida em contrato interna e externa e de outras dívidas renegociadas.

No que tange às Receitas Extraorçamentárias, no valor de R\$ 21,673 bilhões, destacam-se as inscrições de Direito com 67,81%, as Desincorporações de Passivos 12,13%, as Reversões de Provisões 10,49% e as Incorporações de Bens com 8,61% do total das variações independentes da execução do orçamento.

Das Inscrições em Direitos, os valores mais expressivos decorrem de créditos a inscrever e inscritos em Dívida Ativa e os relativos a Créditos a Receber a Longo Prazo. Sendo que dos direitos referentes às inscrições em Dívida Ativa, a maior parte foi registrada pela Unidade EGE Encargos Diversos/SEF, e dos últimos pelo Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais.

Continuando, temos as Desincorporações de Passivos, com relevância para os cancelamentos de Restos a Pagar, Créditos a Liberar para Órgãos/Entidades e Fundos UFC – GMIFP pelo Tesouro Estadual aos Órgãos e Entidade para quitação de suas obrigações, Baixas de Sentenças Judiciais, Reavaliação e Incorporação de juros dos contratos da dívida pública. Com relação aos restos a pagar, as grandes movimentações foram efetuadas pelas unidades orçamentárias Departamento de Estradas e Rodagem, Fundo Estadual de Saúde e Defesa Social. As baixas decorrentes de Sentenças Judiciais, 67% do total, foram de registros efetuados pelo Instituto de Previdência do Estado de Minas Gerais, decorrente de ajustes dos saldos constantes no Passivo Exigível de Longo Prazo, conforme atualizações de saldos, com base em informações da Advocacia Geral do Estado.

Finalizando, destacam-se as Reversões de Provisões da Dívida Ativa Tributária, com 97,54% do total das Reversões de Provisões. O restante são valores registrados pelo Ipsemg relativos às Reversões de Provisões de Reservas Matemáticas da Previdência Social, relacionadas a pagamento de pensões de prefeituras e cartórios, e ainda Outras reversões



decorrentes de Reservas de Carteira de Pecúlio e Seguro Coletivo, devido à criação do Funapec.

7.2 – Variações Passivas

As Variações Passivas são aquelas que provocam movimentações quantitativas e qualitativas no patrimônio e ocorrem pelo aumento de valores passivos, pela redução de valores ativos ou por fato permutativo.

Na tabela a seguir, apresenta-se sinteticamente a estrutura das Variações Passivas.

Tabela 49 – Demonstrativo das Variações Passivas
Estado de Minas Gerais – 2010

Descrição Variações Passivas	Valores	R\$ milhares	
		AV % (1)	AV % (2)
Resultado Orçamentário	155.986.648	100,00	85,04
Despesa Orçamentária	45.774.595	29,35	24,96
Interferências Passivas	106.427.912	68,23	58,02
Mutações Patrimoniais	3.784.141	2,43	2,06
Resultado Extraorçamentário	27.437.975	-	14,96
Total	183.424.624	-	100,00

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical em relação ao Resultado Orçamentário;

2) AV – Análise Vertical em relação ao Total das Variações.

A tabela 49 apresenta a composição das Variações Passivas do Estado de Minas Gerais em 2010 e verifica-se que o resultado orçamentário representou 85,04% do total. Com destaque para as Interferências Passivas, que decorrem das movimentações escriturais realizadas entre Órgãos/Entidades/Fundos do Estado integrantes do orçamento fiscal.

Quanto às Despesas Orçamentárias, no exercício de 2010, o Estado efetuou gastos da ordem de R\$ 45,775 bilhões em aplicações dos recursos que visam à manutenção da máquina pública, bem como, em investimentos necessários para atingir os objetivos propostos. Ressalte-se que na Demonstração das Variações Patrimoniais não estão incluídos os dados das Empresas Estatais Dependentes, razão pela qual o valor apurado para a despesa neste tópico difere do apurado no tópico relacionado à Despesa Orçamentária Fiscal, bem como do constante do Balanço Orçamentário.

Nas Mutações Passivas cabe destacar as seguintes contas:

- Os Créditos a Receber a Longo Prazo, no valor de R\$ 1,393 bilhão, decorrem das receitas arrecadadas e em sua maioria referentes às Amortizações, Serviços de Juros de Empréstimos, Hospitalares e Odontológicos, e no caso do IPSM incluem-se também suas contribuições.
- A Dívida Ativa representou 19,96% de participação no total das mutações, com valores registrados pelos Encargos Gerais do Estado – EGE, Instituto de Previdência dos Servidores de Minas Gerais – IPSEMG e Fundação Estadual do Meio Ambiente.



Os registros realizados pelo Instituto Estadual de Florestas na receita arrecadada de Dívida Ativa foram de R\$ 2 milhões. De acordo com Nota Explicativa do IEF, o “Sistema Estadual do Meio Ambiente – Sisema está desenvolvendo um sistema denominado “Sisemanet” que irá englobar toda a movimentação do auto de infração, inclusive da dívida ativa...” fato que qualificará os registros contábeis.

No tocante aos Bens Móveis, no valor de R\$ 8 milhões, identificado na receita arrecadada relativa às Alienações Bens Móveis, merece esclarecer:

- A Unidade Ruralminas, que apresentou uma diferença entre a variação patrimonial e a receita no valor de R\$ 1,205 milhão, esclareceu que promoverá a regularização após o recebimento integral dos bens;
- Os registros das receitas de alienação foram concentrados na EMG – Administração Direta, cujas mutações encontram-se registradas pelas unidades Educação, CBMMG e EGE/Seplag.

Finalizando as Mutações, temos a Constituição de Obrigações Exigíveis a Longo Prazo, que representou 42,24% de participação no total das mutações, ou seja, R\$ 1,372 bilhão, composta pelas Operações de Crédito Interna e Externa, com 14,19%, R\$ 227 milhões, e 85,81%, R\$1,371 bilhões, respectivamente, das referidas obrigações. Correspondente ao montante de empréstimos a longo prazo captados pelo Estado de Minas Gerais, que se encontram evidenciados no tópico referente à Receita de Capital, em Operações de Crédito.

Nas Variações Passivas Independentes da Execução Orçamentária, destacam-se os grupos Baixas de Direitos com 44,47%, Incorporação de Passivos 37,93% e Desincorporação de Ativos/Bens 8,70% do total.

Do primeiro grupo, Baixas de Direitos, 85,72% decorrem da Dívida Ativa, sendo a maior parte relativa às baixas em créditos a Inscrever em Dívida Ativa, no valor de R\$ 7,577 bilhões, cujos créditos foram reclassificados para o compensado e posteriormente transferidos para o Ativo Realizável a Longo Prazo

Do segundo, Incorporação de Passivos, 81,94% referem-se às baixas de Operações de Crédito, sendo em torno de R\$ 8,529 bilhões referentes à reavaliação dos contratos da Dívida Pública e das incorporações dos juros sobre o saldo devedor acumulado de resíduos de prestações não pagas, decorrentes de aplicação do limite de comprometimento da Receita Líquida Real, o que contribuiu com o resultado apresentado para o exercício de 2010.

E finalmente, do terceiro grupo, Desincorporação de Ativos/Bens, a maior parte refere-se aos Estoques em Geral, com 6,65% de participação no total, seguida pela conta Bens Móveis.

A seguir estão apresentados de forma sintetizada, por meio de tabelas e gráficos, os indicadores fiscais e constitucionais divulgados pelo Governo de Minas no exercício de 2010.



8 – Indicadores Fiscais e Constitucionais

Trata este tópico dos diversos indicadores de cumprimento obrigatório por parte do Estado, sendo os Fiscais exigidos pela Lei Complementar 101/200 – Lei de Responsabilidade Fiscal, apurados por meio de demonstrativos que compõem o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e o Relatório de Gestão Fiscal – RGF e os Constitucionais medem o cumprimento da relação entre a receita e a despesa em atividades constitucionalmente estabelecidas.

As orientações para elaboração estão dispostas no Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, e disposições contidas nas Constituições Federal e Estadual, bem como na Lei Orçamentária Anual vigente para o exercício.

Os Órgãos Centrais de Contabilidade⁷ dos Entes da Federação são responsáveis pela elaboração e divulgação periódica de tais relatórios, que devem refletir os dados contábeis registrados no âmbito da administração pública.

8.1 – Indicadores Fiscais da LRF

Indicadores Fiscais⁸ são medidas de evolução das finanças do setor público que permitem avaliar o desempenho fiscal de um país ao longo do tempo. Incluem indicadores de fluxos (receitas e despesas) e estoques (endividamento e créditos). Os resultados fiscais (diferença entre receitas e despesas), ou necessidades de financiamento, podem ser calculados pelos conceitos nominal, operacional e primário.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000, “é pressuposto da responsabilidade na gestão fiscal a ação planejada e transparente em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas”.

Em 2010, o Estado de Minas Gerais cumpriu os indicadores Fiscais da Lei de Responsabilidade Fiscal, apurados por meio de demonstrativos elaborados de acordo com os procedimentos definidos na 2ª edição do Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais – Volumes II e III, aprovado pela Portaria STN 462, de 5 de agosto 2009, e alterações complementares estabelecidas pela Portaria STN 757, de 17 de dezembro de 2009.

Os demonstrativos, que compõem o RGF e o RREO, evidenciam os dados consolidados dos órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes, se encontram publicados no jornal Minas Gerais, do dia 28 de janeiro de 2011, sendo o Relatório Resumido da Execução Orçamentária da página 56 à 69 e o Relatório de Gestão Fiscal da 23 à 29 o RGF, este último auditado pela Controladoria Geral do Estado – CGE (controle interno), para cumprimento do contido no parágrafo único do art. 54 da LRF, os quais estão sintetizados neste capítulo.

⁷ Portaria STN 462, de 5 de agosto de 2009, que aprova a 2ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais.

⁸ <http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ04-Indicadores%20Fiscais.pdf>



A seguir, por meio de planilhas e gráficos, estão apresentados os indicadores extraídos dos demonstrativos que compõem o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, de divulgação bimestral e quadrimestral, respectivamente, como forma de permitir ao governo, ao controle interno e externo e, sobretudo, à sociedade o acompanhamento do desempenho das ações de governo quanto à origem e à aplicação dos recursos públicos.

8.1.1 – Relatório de Gestão Fiscal – RGF

O Relatório de Gestão Fiscal, emitido quadrimestralmente pelos titulares de cada poder, o mesmo constitui-se num importante instrumento de prestação de contas e evidencia os principais indicadores de gestão fiscal exigidos pela legislação em vigor, demonstrados na tabela a seguir de forma simplificada a saber:

Tabela 50 – Síntese do Relatório de Gestão Fiscal
Estado de Minas Gerais – 2010

Descrição	Valor	% Limite Prudencial	% Limite Máximo (1)	R\$ milhares
				% Apurado
Despesa Total com Pessoal – Poder Executivo	16.127.660	46,55	49,00	48,61
Dívida Consolidada Líquida	60.499.483	-	200,00	182,34
Garantias de Valores	879.069	-	22,00	2,65
Operações de Crédito Internas e Externas	1.563.361	-	16,00	4,71
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-	7,00	-
Inscrição em Restos a Pagar Não Processados em 2010	1.265.772	-	-	-
Suficiência Antes da Inscrição em RPNP	2.780.175	-	-	-

Fonte: Informações extraídas dos respectivos demonstrativos

Elaboração: DCAP/SCCG/STE/SEF

Nota: 1) Percentual máximo em relação à RCL

8.1.1.1 – Despesa de Pessoal

O demonstrativo da Despesa Líquida com Pessoal integra o Relatório de Gestão Fiscal – RGF e visa dar transparência à despesa com pessoal de cada um dos Poderes e órgãos. As despesas com pessoal do Poder Executivo, relativa aos exercícios de 2009 e 2010 que têm como limite máximo 49% da Receita Corrente Líquida (RCL) definido pela LRF, estão demonstradas na tabela a seguir. Cabe ressaltar que tais despesas englobam os dispêndios com pessoal ativo, inativo, pensionistas e terceirizados.

Em 2010 o Poder Executivo atingiu percentual de 48,61% da Receita Corrente Líquida, entretanto no exercício analisado, o percentual apurado na despesa de pessoal consolidada, que engloba todos os poderes do Estado, foi de 55,44%, dentro do limite estabelecido pela LRF, ficando abaixo do limite prudencial de 57%.



Tabela 51 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

Discriminação	R\$ milhões		
	2009	2010	AH % (1)
Despesa Bruta com Pessoal	15.230	18.014	18,28
Despesas não Computadas	1.788	1.886	5,49
Despesa Líquida com Pessoal	13.442	16.128	19,98
Receita Corrente Líquida	29.118	33.179	13,95
% Despesa de Pessoal sobre a RCL	46,16	48,61	5,31
Limite Máximo 49%	14.268	16.258	13,95
Limite Prudencial 46,55%	13.555	15.445	13,94

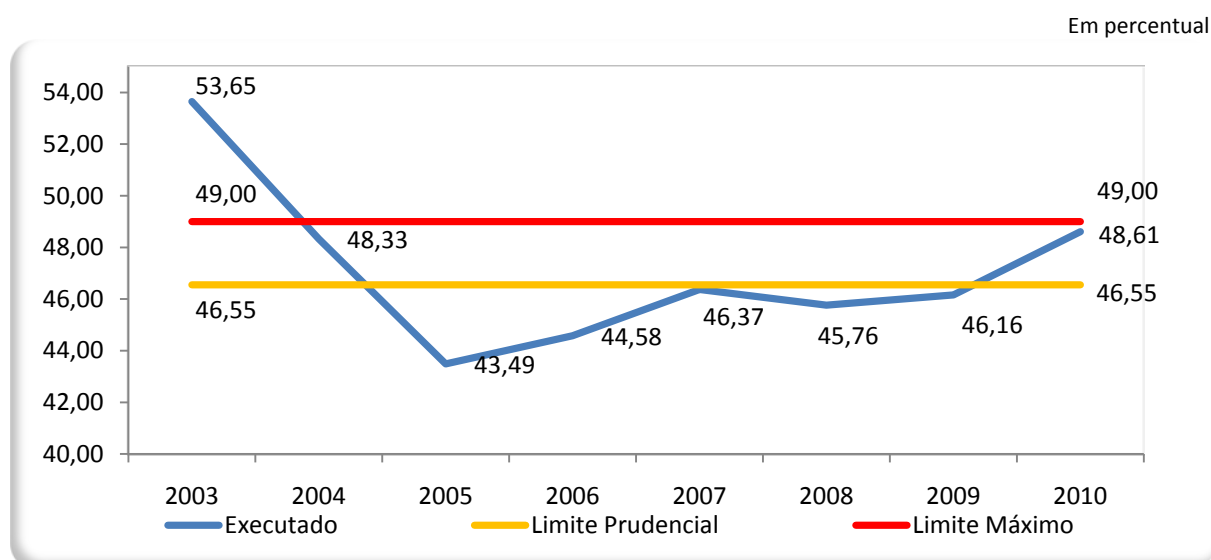
Fonte: RGF 3º quadrimestres 2009/2010

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Nota: 1) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

O gráfico a seguir demonstra a evolução da despesa com pessoal do Poder Executivo, no período de 2003 a 2010.

Gráfico 17 – Evolução da Despesa com Pessoal do Poder Executivo
Estado de Minas Gerais – 2003/2010



Fonte: RGF do 3º quadrimestre dos respectivos períodos

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

8.1.1.2 – Dívida Consolidada Líquida (DCL)

O Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (DCL) é também integrante do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo e abrange todos os Poderes do Estado.

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, volume III, o detalhamento, a forma e a metodologia de apuração da DCL visam assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificar os limites de endividamento de que trata a legislação, além de fornecer outras informações relevantes.

O limite máximo de endividamento do Estado é de duas vezes o valor da Receita Corrente Líquida (RCL), de acordo com art. 3º da Resolução 40/2001, do Senado Federal.



Tabela 52 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

	R\$ milhões		
Dívida Consolidada	2009	2010	AH % (1)
Dívida Consolidada – DC (I)	58.967	67.813	15,00
Deduções (II)	6.711	7.313	8,98
Dívida Consolidada Líquida (DCL) (III) = (I – II)	52.257	60.499	15,77
Receita Corrente Líquida – RCL	29.118	33.179	13,95
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	202,51	204,38	0,93
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	179,46	182,34	1,60
Limite Definido por Resolução do Senado Federal – 200%	58.237	66.358	13,95

Regime Previdenciário	2009	2010	AH % (1)
Dívida Consolidada Previdenciária (IV)	2.065	2.225	7,79
Deduções (V)	1.777	3.034	70,69
Dívida Consolidada Líquida Previdenciária (VI) = (IV – V)	287	(808)	(381,52)

Fonte: RGF 3ºs quadrimestres 2009/2010

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Nota: 1) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

A tabela 52 encontra-se segregada em duas partes. Ambas apresentam a posição da dívida consolidada líquida em 31 de dezembro, sendo a primeira referente à dívida consolidada líquida do Estado, abrangendo todos os poderes e excluindo-se as unidades que compõe o sistema previdenciário, e a segunda apresenta somente os dados desse sistema.

A dívida consolidada líquida do Estado de Minas cresceu de R\$ 52,257 bilhões em 2009 para R\$ 60,499 bilhões em 2010, oscilou positivamente em 15,77%, com acréscimo de R\$ 8,242 bilhões, enquanto a receita corrente líquida variou positivamente em 13,95%, portanto, um acréscimo de R\$ 4,061 bilhões.

O crescimento da dívida externa no período em análise deve-se, principalmente, às inscrições de financiamentos, tais como: Contrato BID MG III – 2306 no valor de R\$ 130 milhões, Bird 7547 – 2ª Parceria Desenvolvimento de Minas Gerais no valor de R\$ 223 milhões e Bird 7871 – 2ª Parceria Desenvolvimento de Minas Gerais – Financiamento Adicional no valor de R\$ 368 milhões. O fator de crescimento da dívida interna deve-se principalmente a contratos amparados pela Lei 9496/97.

8.1.1.3 – Operações de Crédito

Este demonstrativo visa assegurar a transparência das operações de crédito internas e externas independentemente do ingresso ou não de recursos no cofre do Estado. Quanto ao não ingresso de recursos, pode-se destacar a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas, desde que não realizados entre órgãos do Estado.

O montante dessas operações está limitado anualmente a 16% da Receita Corrente Líquida (RCL).



Tabela 53 – Demonstrativo das Operações de Crédito
Estado de Minas Gerais – 2009/2010

R\$ milhões			
Operações de Crédito	2009	2010	AH % (1)
Sujeitas ao Limite para Fins de Contratação	1.306	1.563	19,68
Interna	218	227	4,13
Externa	1.088	1.337	22,89
Não Sujeitas ao Limite para Fins de Contratação	-	35	-

Apuração do Cumprimento dos Limites	2009	2010	AH % (1)
Receita Corrente Líquida (RCL)	29.118	33.179	13,95
Total considerado para fins de apuração do cumprimento do limite	1.306	1.563	19,68
Limite geral def. p/Res. SF p/ oper. crédito int. e externas – 16% da RCL	4.659	5.309	13,95
Limite definido por Res. SF p/operações de crédito por ARO – 7% da RCL	2.038	2.323	13,98
Total Considerado p/Contratação de Novas Operações de Crédito	1.306	1.598	22,36

Fonte: RGF 3º^o quadrimestres 2009/2010

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Nota: 1) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

O montante das operações internas e externas correspondeu a 4,49% da RCL em 2009 e 4,71% em 2010, ficando aquém do limite estabelecido pela Resolução 43 do Senado Federal, que é de 16%.

Em 2009, as operações de crédito internas somaram R\$ 218 milhões e R\$ 227 milhões em 2010, enquanto as externas foram de R\$ 1,088 bilhão e R\$ 1,337 bilhão, respectivamente.

O Estado não utilizou, nos últimos anos, o limite disponível para contratação de operações de crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), cujo limite é de 7% da RCL.



8.1.2 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO tem por finalidade evidenciar a situação fiscal do Estado, de forma especial a execução orçamentária da receita e despesa sob diversos enfoques, inclusive comparando os valores estabelecidos na Lei Orçamentária Anual e os efetivamente realizados.

Tabela 54 – Síntese do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Estado de Minas Gerais – 2010

					R\$ milhares
Balanco Orçamentário					Total
Receitas Orçamentárias					46.617.953
Despesas Orçamentárias					46.051.174
Superávit Orçamentário					566.779
Despesas por Função/Subfunção					Total
Despesas Executadas					46.051.174
Liquidadas					44.697.593
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados					1.353.581
Receita Corrente Líquida					33.179.152
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Movimento de 2010		Projeção Atuarial do RPPS			
		De 2010	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Receitas Previdenciárias	2.669.372	2.918.396	3.544.551	4.115.331	5.097.906
Despesas Previdenciárias	8.782.432	6.366.214	8.501.846	9.614.629	7.661.023
Resultado Previdenciário	(6.113.060)	(3.447.818)	(4.957.295)	(5.499.298)	(2.563.117)
Resultados Nominal e Primário			Meta LDO	Valor Apurado	% Alcançado
Resultado Nominal			7.881.659	8.365.308	106,14
Resultado Primário			1.608.348	1.851.099	115,09
Saldo dos Restos a Pagar p/ Poder	Processados		Não Processados		
	De Exerc. Anteriores	De 2010	De Exerc. Anteriores	De 2010	
Executivo	195.890	1.496.795	61.821	1.265.772	
Legislativo	-	29.937	823	31.875	
Judiciário	2.353	124.985	-	37.765	
Ministério Público	51	1.372	864	18.169	
Total dos Restos a Pagar	198.294	1.653.089	63.508	1.353.581	
Despesas com MDE			Valor Apurado	% Mínimo Legal	% Aplicado
Receitas de Impostos na MDE			7.140.738	25,00	27,32
Remuneração do Magistério com o Fundeb			3.088.329	60,00	68,51
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital				Valor Apurado	Saldo a Realizar
Receitas de Operações de Crédito				1.598.425	508.469
Despesa de Capital Líquida				6.076.568	1.708.297
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos				Valor Apurado	A Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				33.522	(6.174)
Aplicação de Recursos da Alienação de Ativos				34.219	12.849
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde			Valor Apurado	% Mínimo Legal	% Aplicado
Despesas Executadas			3.476.629	12,00	13,30
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP			Valor Apurado	% Limite Legal	% Apurado
Despesas Executadas			8.618	3,00	0,03

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 2010
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF



8.1.2.1 – Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra o comportamento das receitas e despesas num determinado exercício financeiro, bem como, o resultado fiscal, que é apurado mediante o confronto entre os totais das receitas e despesas. Este demonstrativo encontra-se no capítulo Balanço Orçamentário, bem como, na tabela 55 e gráfico a seguir. Em 2010, o Estado de Minas Gerais atingiu um resultado orçamentário superavitário de R\$ 567 milhões.

Tabela 55 – Demonstrativo do Resultado Orçamentário
Estado de Minas Gerais – 2010

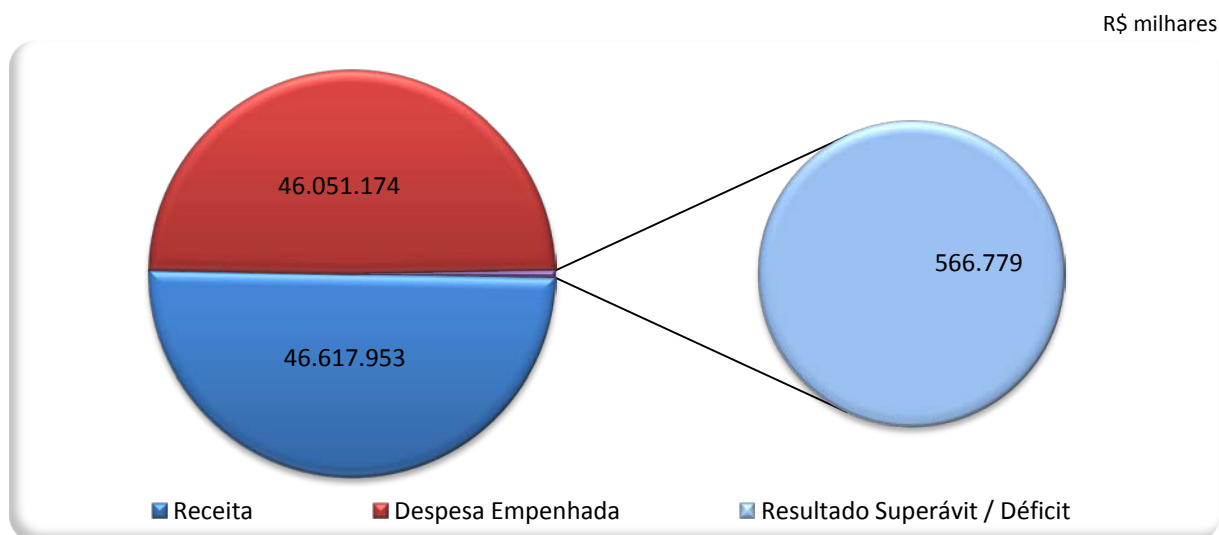
Descrição	R\$ milhares		
	Receita	Despesa Empenhada	Resultado Superávit / Déficit
Orçamentária	45.085.774	44.321.113	764.661
Intraorçamentária	1.532.179	1.730.061	(197.882)
Total	46.617.953	46.051.174	566.779

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 2010

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

O gráfico a seguir demonstra o resultado orçamentário de R\$ 567 milhões apurado em 2010.

Gráfico 18 – Demonstrativo do Resultado Orçamentário
Estado de Minas Gerais – 2010



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 2010

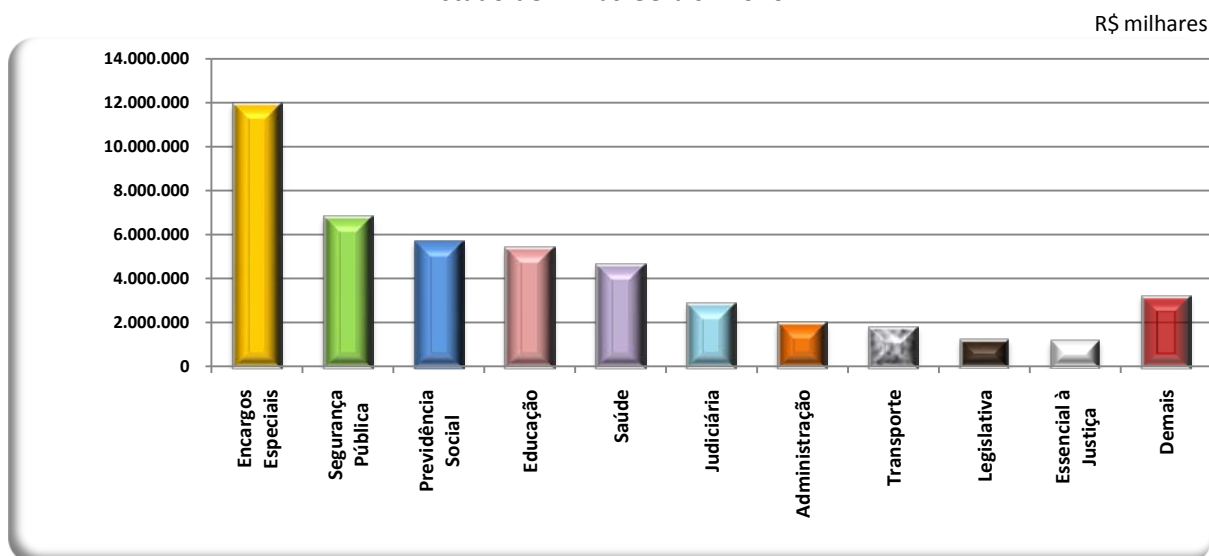
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

8.1.2.2 – Despesa Por Função/Subfunção

O Demonstrativo das Despesas por Função/Subfunção do RREO expressa o maior nível de agregação das ações de Governo em suas diversas áreas de atuação. O gráfico a seguir evidencia a participação das funções em relação à despesa fiscal realizada em 2010.



Gráfico 19 – Demonstrativo da Despesa por Função
Estado de Minas Gerais – 2010



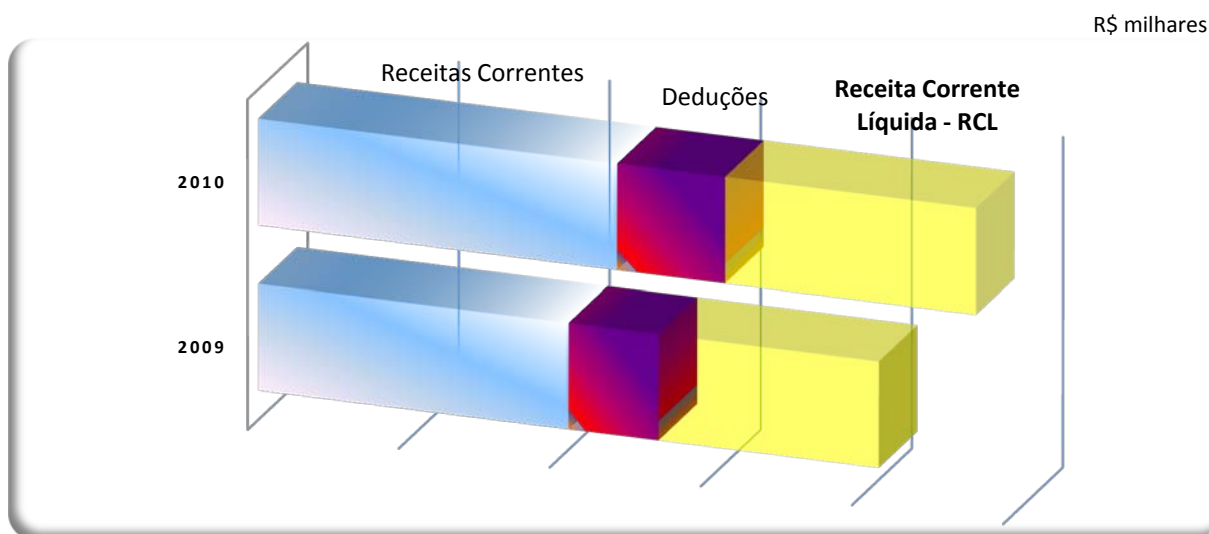
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 2010
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

8.1.2.3 – Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida é constituída pela arrecadação no período de doze meses da receita operacional do Estado (Receitas Correntes), deduzido o valor transferido aos Municípios referente à participação dos mesmos na receita tributária, bem como, a transferência ao Fundeb.

Em 2010, a RCL apurada foi de R\$ 33,179 bilhões, que serviu de parâmetro para o cálculo de vários indicadores, tais como, Despesa Líquida de Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Garantias e Contragarantias de Valores, que compõem o Relatório de Gestão Fiscal – RGF e são importantes instrumentos de prestação de contas e gestão.

Gráfico 20 – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida – RCL
Estado de Minas Gerais – 2009/2010



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 2010
Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF



8.1.2.4 – Resultado Primário

Considerando-se as receitas e despesas orçamentárias, apura-se o Resultado Primário, que indica se as Receitas Primárias, que são as receitas orçamentárias excluídas as operações de crédito, os rendimentos de aplicações financeiras, juros e amortizações de operações de crédito, recebimento de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações, são suficientes para cobrir as Despesas Primárias, formadas pelas despesas orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido. Sua finalidade é verificar se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

Segundo o Manual de Demonstrativos Fiscais para o exercício de 2010, sua apuração fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação.

Superávits primários, que são direcionados para o pagamento de serviços da dívida, contribuem para a redução do estoque total da dívida líquida. Em contrapartida, déficits primários indicam a parcela do aumento da dívida, resultante do financiamento de gastos não-financeiros que ultrapassam as receitas não-financeiras.

O Estado de Minas apurou, no exercício de 2009, um resultado primário de R\$ 1,733 bilhão, enquanto a meta estabelecida pela LDO foi de R\$ 1,644 bilhão, no exercício de 2010, o resultado alcançado foi de R\$ 1,851 bilhão e a meta R\$ 1,608 bilhão. Observa-se que neste exercício a meta foi reduzida em 5,15% e o resultado obtido foi superior em 6,81%.

8.1.2.5 – Resultado Nominal

É representado pelo valor da variação da Dívida Fiscal Líquida. Para apuração do resultado nominal do exercício, subtrai-se do montante da Dívida Fiscal Líquida apurado em 31 de dezembro do exercício o valor apurado em 31 de dezembro do exercício anterior.

O resultado nominal de janeiro a dezembro/2010 alcançou a cifra de R\$ 8,365 bilhões, enquanto a meta para o exercício foi de R\$ 7,882 bilhões, no mesmo período de 2009 o resultado nominal foi de R\$ 977 milhões enquanto a meta fixada pela LDO para o exercício foi de R\$ 1,309 bilhões.

8.2 – Indicadores Constitucionais

Entende-se como Índices Constitucionais os que medem o desempenho do governo no cumprimento de certos gastos determinados pela Carta Magna e pela Constituição Estadual em relação à receita arrecadada específica a cada um. Tais despesas dizem respeito principalmente à aplicação de recursos na área social e são considerados essenciais ao bem estar da população, tais como, Saúde, Educação, Amparo e Fomento à Pesquisa.

Este tópico trata dos diversos indicadores que medem o cumprimento da relação entre receita arrecadada e despesa realizada nessas atividades constitucionalmente



estabelecidas, tendo como norte as disposições da Lei Orçamentária Anual vigente para o exercício.

Levando-se em consideração a receita orçamentária que serve como base de cálculo a cada índice e a despesa realizada especificamente relacionada a cada indicador, a tabela a seguir apresenta, de forma resumida, o cumprimento da aplicação pelo Estado de Minas no exercício de 2010, além de indicar os valores mínimos previstos.

Tabela 56 – Demonstrativo dos Índices Constitucionais
Estado de Minas Gerais – 2010

Demonstrativo	R\$ milhares		
	Aplicação Mínima	Valor Aplicado	% Aplicado
Aplicação de Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.136.646	3.476.629	13,30
Aplicação Recursos em Amparo e Fomento à Pesquisa à Conta de Recursos Ordinários	229.553	229.553	1,00
Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	6.534.679	7.178.786	27,46
Aplicação de Recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização Profissionais do Magistério.	2.709.803	3.088.329	68,38

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

8.2.1 – Aplicação de Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde

Desde o exercício de 2004, conforme determinação constitucional, o Estado deverá aplicar anualmente, no mínimo, 12% dos recursos da receita líquida de impostos e das transferências constitucionais e legais nas ações e serviços públicos de saúde de acesso universal.

Devido à falta de regulamentação da Emenda 29, o Estado de Minas Gerais tem-se pautado para cálculo do referido índice nos critérios estabelecidos pela Lei Orçamentária bem como na Instrução Normativa 19/2008, do Tribunal de Contas do Estado, que revogou a Instrução Normativa 11/2003.

Assim, com base nos critérios estabelecidos pela Lei Orçamentária Estadual 18.313/2009, a aplicação de recursos nas ações e serviços públicos de Saúde, em Minas Gerais, atingiu o percentual de 13,30% da receita resultante de impostos e transferências federais livres, aplicou o correspondente a R\$ 3,477 bilhões, conforme tabela 57, a seguir.



Tabela 57 – Demonstrativo da Aplicação de Recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde
Estado de Minas Gerais – 2010

R\$ milhares		
Receitas	Previsão Inicial (1)	Receita Arrecadada
Subtotal da Receita (A)	31.321.762	34.247.020
Impostos e Transferências Federais	27.958.374	30.384.362
Transferências Correntes	2.847.270	2.849.357
Outras Receitas Correntes	516.117	1.013.301
Deduções da Receita (B)	7.382.253	8.108.304
Cota-Parte dos Municípios – IPVA	1.125.138	1.145.722
Cota-Parte dos Municípios – ICMS	6.002.103	6.568.038
Cota-Parte dos Municípios – IPI	102.817	121.931
Cota-Parte dos Municípios – Multas ICMS	751	2.239
Cota-Parte dos Municípios – Multas IPVA	56.888	162.971
Cota-Parte dos Municípios – Dívida Ativa Tributária do ICMS	43.938	66.753
Cota-Parte dos Municípios – Dívida Ativa Tributária do IPVA	50.617	40.651
Total das Receitas (A – B)	23.939.510	26.138.716
Despesas	Crédito Inicial (1)	Despesa Executada
Polícia Militar do Estado de Minas Gerais	16.922	15.550
Benefícios Previdenciários	214.590	226.698
Fhemig	34.512	42.863
Funed	5.190	6.278
Hemominas	1.351	1.655
Ipsemg	94.906	94.421
Secretaria de Estado de Saúde	78.630	81.480
Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais	1	-
Exp. e garantia Serv. Abast. de água em loc. c/ concessão da Copasa (2)	415.000	358.716
Exp. e garantia Serv. de Esg. sanitário em localidade c/conc. da Copasa(2)	251.000	286.393
Implantação sistemas de trat. de esgoto sanit. em loc. c/conc. Copasa(2)	162.000	171.089
Publicação de Matérias Setor Saúde	2.462	3.311
Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais	442.315	488.894
Universidade Estadual de Montes Claros	18.712	19.236
Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais	42.640	50.577
Fundação Ezequiel Dias	80.488	55.255
Fundo Estadual de Saúde	1.367.076	1.170.671
Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais	151.959	166.834
Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais	164.871	149.395
Secretaria de Estado de Defesa Social	8.244	9.874
Secretaria de Estado de Saúde	275.446	279.167
Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Políticas Urbanas	980	9.609
Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais	6.785	15.360
Total das Despesas	3.621.491	3.476.629
Percentual Aplicado	15,13	13,30
Aplicação Mínima – 12%	2.872.741	3.136.646

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG e Informações da Copasa

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) – Elaborado de acordo com a Lei 18.313/2009

2) – Valores preliminares, sujeitos a alteração.

Por outro lado, considerando-se recomendação do Tribunal de Contas de MG relativa à exclusão da despesa decorrente dos Benefícios Previdenciários, o índice de aplicação de recursos nas ações e serviços públicos de Saúde atinge o percentual de 12,43% da receita oriunda de impostos e transferências federais livres, ainda assim ficando acima dos 12%



estabelecidos na Constituição Federal, conforme Portaria SCCG/SEF 826, de 18 de março de 2011, publicada no Jornal Minas Gerais do dia 19/03/2011, à página 38.

A tabela 58, a seguir demonstra o cálculo da saúde com exclusão dos benefícios previdenciários.

Tabela 58 – Demonstrativo da Aplicação de Recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde
Estado de Minas Gerais – 2010

R\$ milhares		
Receitas	Previsão Inicial (1)	Receita Arrecadada
Subtotal da Receita (A)	31.321.762	34.247.020
Impostos e Transferências Federais	27.958.374	30.384.362
Transferências Correntes	2.847.270	2.849.357
Outras Receitas Correntes	516.117	1.013.301
Deduções da Receita (B)	7.382.253	8.108.304
Cota-Parte dos Municípios – IPVA	1.125.138	1.145.722
Cota-Parte dos Municípios – ICMS	6.002.103	6.568.038
Cota-Parte dos Municípios – IPI	102.817	121.931
Cota-Parte dos Municípios – Multas ICMS	751	2.239
Cota-Parte dos Municípios – Multas IPVA	56.888	162.971
Cota-Parte dos Municípios – Dívida Ativa Tributária do ICMS	43.938	66.753
Cota-Parte dos Municípios – Dívida Ativa Tributária do IPVA	50.617	40.651
Total das Receitas (A – B)	23.939.510	26.138.716
Despesas	Crédito Inicial (1)	Despesa Executada(2)
Polícia Militar do Estado de Minas Gerais	16.922	15.550
Benefícios Previdenciários	214.590	-
Exp. e garantia Serv. Abast. de água em loc. c/ concessão da Copasa	415.000	358.716
Exp. e garantia Serv. de Esg. sanitário em localidade c/concessão da Copasa	251.000	286.393
Implantação sistemas de trat. de esgoto sanit. em localidade c/conc. Copasa	162.000	171.089
Publicação de Matérias Setor Saúde	2.462	3.311
Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais	442.315	488.894
Universidade Estadual de Montes Claros	18.712	19.236
Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais	42.640	50.577
Fundação Ezequiel Dias	80.488	55.255
Fundo Estadual de Saúde	1.367.076	1.170.671
Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais	151.959	166.834
Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais	164.871	149.395
Secretaria de Estado de Defesa Social	8.244	9.874
Secretaria de Estado de Saúde	275.446	279.167
Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Políticas Urbanas	980	9.609
Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais	6.785	15.360
Total das Despesas	3.621.491	3.249.931
Percentual Aplicado	15,13	12,43
Aplicação Mínima – 12%	2.872.741	3.136.646

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG e Informações da Copasa

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) – Elaborado de acordo com a Lei 18.313/2009

2) – Não considerado na Despesa Executada o valor relativo aos Benefícios Previdenciários, conforme recomendação do TCE-MG.



8.2.2 – Aplicação de Recursos em Programas de Saúde e Investimentos em Transporte e Sistema Viário

A Constituição Estadual, art. 158, determina que os recursos para os programas de saúde não serão inferiores aos destinados a investimentos em transporte e sistema viário.

O Estado aplicou em programas de saúde, em 2010, o montante de R\$ 5,624 bilhões correspondendo a 3,81 vezes ao aplicado em Investimentos em Transporte e Sistema Viário que somaram R\$ 1,478 bilhão, cumprindo, portanto, o preceito Constitucional.

8.2.3 – Aplicação de Recursos no Amparo e Fomento à Pesquisa

É dever do Estado manter entidade de amparo e fomento à pesquisa e lhe atribuir dotações e recursos necessários à sua efetiva operacionalização. Esses recursos devem ser por ela privativamente administrados e correspondentes a, no mínimo, um por cento da receita orçamentária corrente ordinária do Estado, os quais devem ser repassados em parcelas mensais equivalentes a um doze avos, no mesmo exercício.

O valor repassado pelo Tesouro à Fapemig em 2010 foi de R\$ 230 milhões, correspondentes ao percentual de um por cento da receita orçamentária corrente ordinária, dessa forma cumpriu a determinação da Constituição do Estado.

8.2.4 – Aplicação de Recursos em Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

A fim de cumprir o art. 212 da Constituição Federal, o Estado deve aplicar anualmente, no mínimo, 25% dos recursos provenientes das transferências constitucionais e da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento da educação básica e observando a remuneração condigna dos trabalhadores da educação.

Para essa última ação, é reservado um percentual de 60% dos recursos recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, que deverão ser destinados especificamente ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

Em 2010, foram aplicados 27,46% na MDE, representados por R\$ 7,179 bilhões, incluída a perda para o Fundeb na ordem R\$ 447 milhões. Também destinou ao pagamento dos profissionais do magistério 68,38% do valor do Fundeb, num montante de R\$ 3,088 bilhões, cumprindo, portanto, os índices previstos na legislação vigente.



9 – Notas Explicativas

1 – Demonstrações Contábeis e Regime Contábil

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, princípios contábeis, critérios e disposições da Lei Federal 4.320/64, da Lei Complementar Federal 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Orçamentária Anual 18.693, de 04 de janeiro de 2010, sendo adotado o regime contábil de caixa para reconhecimento e apropriação da Receita e o de competência para a Despesa.

2 – Incorporações de dados dos Órgãos e Entidades do Poder Legislativo

As unidades orçamentárias Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG, Instituto de Previdência do Legislativo de Minas Gerais – Iplemg e Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – Fundhab não estão integradas ao Siafi/MG. Seus balancetes contábeis e execuções orçamentárias foram inseridos no Siafi/MG por meio da Rotina de Dados Consolidados.

3 – Bens Móveis e Imóveis

A maior parte dos saldos apurados nas contas de Bens Móveis e Imóveis corresponde a valores nominais atribuídos por ocasião de suas respectivas aquisições, atendendo ao disposto no art. 106, inciso II, da Lei Federal 4320/64.

4 – Empresas Estatais Dependentes

As execuções orçamentárias das Empresas Estatais Dependentes, Emater, Epamig e Rádio Inconfidência, foram inseridas no Siafi/MG por meio da Rotina de Dados Consolidados e integram a Parte III do Balanço Geral do Estado .

5 – Composição das Cotas Financeiras Concedidas e Recebidas

Na composição das Cotas Financeiras Concedidas, constantes do Anexo 12, Balanço Orçamentário da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Estaduais, foram utilizadas as contas contábeis relativas ao grupo 5.1.2.01 – Interferências Passivas/Movimentação Financeira Escritural, referentes às Cotas Financeiras Concedidas, Repasses Concedidos, Restituições de Cotas Financeiras Recebidas, Devolução e Repasses Recebidos e Transferências Financeiras relacionadas a este grupo de contas. E para compor as Cotas Financeiras Recebidas, grupo 6.1.2.01 – Interferências Ativas/Movimentação Financeira Escritural, as Cotas Financeiras Recebidas, Repasses Concedidos, os Cancelamentos de Cotas Financeiras, Restituições e Repasses Concedidos e as Transferências Financeiras.



6 – Dívida Ativa

A Dívida Ativa foi classificada do Ativo Compensado (1.9.9.04 – Créditos a Inscrever em Dívida Ativa) para o Realizável a Longo Prazo (1.2.2.04 - Créditos a Inscrever em Dívida Ativa).

7 – Atualização de Precatórios

Em decorrência do inciso II, do § 1º, do art. 97, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, o Estado de Minas Gerais, por meio do Decreto. 45.317, de 05 de março de 2010, optou pelo Regime Especial de Pagamento de Precatórios e promoveu a atualização de seus valores conforme previsto no mesmo inciso.

8 – Das Responsabilidades Técnicas

Relativamente a alguns dados específicos que integram o Balanço Geral do Estado, são institucionalmente responsáveis:

- Superintendência Central de Planejamento e Programação Orçamentária – SCPPO/Seplag, pela metodologia da base de cálculo das receitas orçamentárias para fins de apuração dos limites constitucionais relativos à Educação, Saúde e Fapemig; pelos critérios referentes ao Orçamento Fiscal e à sua execução e pelas informações contidas do Relatório de Execução de Investimentos em Programas Sociais, peças integrantes do Balanço Geral, conforme art. 8º da Lei Estadual 15.011, de 15 de janeiro de 2004.
- Superintendência Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública – SCGD/SEF, pelas informações referentes ao serviço da dívida, constantes do Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa do Balanço Geral da Administração Direta.



10 – Considerações Finais

O conteúdo aqui apresentado teve como premissa tornar evidente, por meio da contabilidade, os resultados alcançados pelo governo estadual, no exercício de 2010.

O êxito na conclusão do presente trabalho envolve a participação de muitos, e, ao atingirmos nossos objetivos, somos gratos a todos os que fazem do Governo de Minas um exemplo de força, determinação e comprometimento, sobretudo a equipe da Secretaria de Estado de Fazenda e, de forma particular, aos integrantes da Superintendência Central de Contadoria Geral, pela competência e responsabilidade no desempenho de suas funções, sempre dedicados ao cumprimento da missão desta Secretaria.

Belo Horizonte, 21 de março de 2011.

Maria da Conceição Barros de Rezende

Diretora da Superintendência Central de Contadoria Geral

CRC-MG 68.609-8



11 – Legislação Básica

Constituições

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

Constituição Estadual, de 21 de setembro 1989.

Emendas Constitucionais

EMENDA CONSTITUCIONAL 29, de 13 de setembro de 2000, que determina a aplicação de recursos mínimos pela União, Estados e Municípios nas Ações e Serviços Públicos de Saúde.

EMENDA CONSTITUCIONAL 62, de 9 de dezembro de 2009, que altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Leis Federais

LEI FEDERAL 4.320/64 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL 8.727/93 – Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

LEI FEDERAL 9.394/96 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LEI FEDERAL 9.496/97 – Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL 11.079/04 – Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

LEI FEDERAL 11.494/07 – Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

LEI FEDERAL 12.024/09 – Dá nova redação aos arts. 4o, 5o e 8o da Lei 10.931, de 2 de agosto de 2004, que tratam de patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, atribui à Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel as atribuições de apurar, constituir, fiscalizar e arrecadar a



Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública; altera as Leis 11.196, de 21 de novembro de 2005, 11.652, de 7 de abril de 2008, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 6.099, de 12 de setembro de 1974, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências.

Leis Complementares

LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL 64, de 25.03.02 (e alterações posteriores) – Institui o regime próprio de previdência e assistência social dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL 131, de 27.05.09, Acrescenta dispositivos à Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL 110, de 28.12.09 – Altera a Lei Complementar 64, de 25.03.2002, que Institui o regime próprio de previdência e assistência social dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Leis Estaduais

LEI ESTADUAL 11.730 de 30.12.1994 - Art. 9º - O art. 1º, o "caput" e os incisos do art. 3º e o art. 4º da Lei 6.194, de 26 de novembro de 1973, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Para o cumprimento do disposto no art. 56 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, fica estabelecido na Superintendência Central do Tesouro da Secretaria de Estado da Fazenda o Sistema de Unidade de Tesouraria, responsável pela execução orçamentária e financeira do Estado.

§ 1º - Fica incluída no Sistema de Unidade de Tesouraria, previsto no "caput" deste artigo, a execução orçamentária e financeira de recursos à disposição das autarquias não financeiras e das demais entidades da administração indireta que recebam transferências do Estado.

LEI ESTADUAL 14.868, de 16.12.03 – Dispõe sobre as Parcerias Público-Privadas – PPP.

LEI ESTADUAL 15.011, de 15.01.04 – Dispõe sobre a responsabilidade Social na Gestão Pública Estadual, altera a Lei 14.172, 15 de janeiro de 2002, que cria o índice mineiro de responsabilidade Social, e dá outras Providências.

LEI ESTADUAL 15.424, de 20.01.04 – Dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da taxa de fiscalização judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências.



LEI ESTADUAL 17.007, de 28.09.07 – Atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI e dá outras providências.

LEI ESTADUAL 17.600, de 01.07.08 – Disciplina o acordo de resultados e o prêmio por produtividade no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.

LEI ESTADUAL 18.313/09, de 06/08/2009 – Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2010 e dá outras providências.

LEI ESTADUAL 18.693/10, de 04/01/2010 – Estima as Receitas e fixa as Despesas do orçamento fiscal do Estado de Minas Gerais e do orçamento de investimentos das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2010.

LEI ESTADUAL 18.694/09, de 04/01/2010 – Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008-2011, para o exercício de 2010.

LEI 19.407/10, de 30/12/2010 – Autoriza o Estado de Minas Gerais a liquidar débitos de precatórios judiciais, mediante acordos diretos com seus credores, nos termos do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República, dá nova redação ao art. 11 da Lei 14.699, de 6 de agosto de 2003, e dá outras providências.

Decretos

DECRETO 35.304, de 30.12.93 – Dispõe sobre a implantação e utilização do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais – SIAFI – MG.

DECRETO 39.601, de 19.05.98 – Dispõe sobre a gestão do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais – SIAFI – MG, e dá outras providências.

DECRETO 42.251, de 09.01.02 – Institui o Responsável Técnico.

DECRETO 43.145, de 03.01.02 – Dispõe sobre o Colegiado de Gestão Governamental e dá outras providências.

DECRETO 44.326, de 21.06.06 – Dispõe sobre o Sistema de Repasse Direto e Automático de recursos financeiros consignado no Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social.

DECRETO 44.364, de 26.07.06 – Altera o DECRETO 44.180, de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a arrecadação das receitas de Órgãos da Administração Pública Direta, Empresas Estatais Dependentes, Autarquias, Fundações Públicas e Fundos Estaduais, Integrantes da Administração Pública Indireta no âmbito do Poder Executivo.

DECRETO 44.695, de 28.12.07 – Institui o programa de parcelamento especial de crédito tributário relativo ao ICMS.



DECRETO 44.730, de 20.02.08 – Dispõe sobre a concessão de desconto para pagamento de crédito tributário relativo ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis (ITCD) e redução das multas e juros nos casos que especifica.

DECRETO 44.424, de 11.03.08 – Dispõe sobre o sistema de gestão de convênios, portarias e contratos do Estado de Minas Gerais – SIGCON – MG, no âmbito do poder executivo e dá outras providências.

DECRETO 44.929, de 30.10.08 – Dispõe sobre a organização do plano estadual de Parcerias Público-Privadas – PPP.

DECRETO 45.018, de 20.01.2009 – Dispões sobre a utilização e Gestão do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços do Estado de Minas - SIAD-MG do Poder Executivo Estadual.

DECRETO 45.115, de 17.06.09 - Altera o Decreto 43.981, de 03.03.2005, que regulamenta o Imposto sobre Transmissão causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).

DECRETO 45.242, de 11.12.2009 – Regulamenta a Gestão de Material, no Âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Funcional do Poder Executivo.

DECRETO 45.249, de 18.12.2009 – Altera o Decreto 37.924, de 16 de maio de 1996, que dispõe sobre a execução orçamentária e financeira, estabelece normas gerais de gestão das atividades patrimonial e contábil de órgãos e entidades integrantes do poder executivo e dá outras providências.

DECRETO 45.302, de 03.02.2010 – Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2010 e dá outras providências.

DECRETO 45.317, de 05.03.2010 – Dispõe sobre a instituição do regime especial de pagamento de precatórios a que se refere ao art. 97 do ato das disposições constitucionais transitórias da constituição federal de que trata a emenda constitucional 62, de 9 de dezembro de 2009, e dá outras providências.

DECRETO 45.340, de 29.03.2010 – Estabelece procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração pública do poder executivo para a manutenção da regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa.

DECRETO 45.382, de 31.05.2010 – Dispõe sobre o cancelamento de saldos de empenho inscritos em restos a pagar não processados e dá outras providências.

DECRETO 45.385, de 31.05.2010 – Altera o decreto 45.317, de 5 de março de 2010, que dispõe sobre a instituição do regime especial de pagamento de precatórios a que se refere o art. 97 do ato das disposições constitucionais transitórias da constituição federal de que trata a emenda constitucional 62, de 9 de dezembro de 2009, e dá outras providências.



DECRETO 45.429, de 19.07.2010 – Disciplina procedimentos a serem observados no âmbito do poder executivo para fins de execução orçamentária e financeira durante os dois últimos quadrimestres do corrente exercício e dá outras providências.

DECRETO 45.474, de 22.09.2010 – Altera o decreto 45.317, de 5 de março de 2010, que dispõe sobre a instituição do regime especial de pagamento de precatórios a que se refere o art. 97 do ato das disposições constitucionais transitórias da constituição federal de que trata a emenda constitucional 62, de 9 de dezembro de 2009, e dá outras providências.

DECRETO 45.493, de 12.11.2010 – Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2010, para os órgãos e entidades da administração pública estadual.

DECRETO Federal 7.185, de 27.05.2010 – Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação, nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.

Portarias

PORTARIA SCCG 617, de 11.01.02 – Regulamenta a manutenção de tabelas do Responsável Técnico.

PORTARIA SCCG 664, de 29.07.03 – Dispõe sobre a racionalização da utilização do SIAFI – MG.

PORTARIA SCCG 742, de 26.04.07 – Determina procedimentos a serem adotados pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, referentes ao acompanhamento contábil relacionado à gestão orçamentária, financeira e patrimonial e institui o Relatório de Conformidade Contábil – RCC.

PORTARIA SCCG 791, de 25.09.2009 – Aprova o Manual de Procedimentos Operacionais do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI-MG.

PORTARIA STN/MF/212, de 04.06.01 – Contabilização do IRRF.

PORTARIA STN/MF/462, de 05.08.09 – Aprova a 2ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, tendo seus efeitos aplicados a partir de 1º de janeiro de 2010, revogando-se, a partir do exercício de 2010, a Portaria 577, de 15 de outubro de 2008, da STN.

PORTARIA 757, de 17/12/2009 – Dispõe sobre a elaboração do Anexo IV – Demonstrativo das Operações de Crédito, que integra o Relatório de Gestão Fiscal - RGF

PORTARIA INTERMINISTERIAL 338, de 26.04.06 – Altera o Anexo I da Portaria Interministerial STN/SOF/163, de 4 de maio de 2001, e dá outras providências.

PORTARIA CONJUNTA 1, de 18/06/2010 SOF-STN – Altera a Portaria Interministerial STN/SOF/163, de 4 de maio de 2001.



PORTARIA CONJUNTA 02, de 19/08/2010 SOF-STN – Altera a Portaria Interministerial STN/SOF/163, de 4 de maio de 2001.

PORTARIA SCCG 810, de 20/07/2010 – Revoga as Portarias SCCG 223, de 03/01/94, 227, de 02/02/94, 236, de 28/04/94, 260, de 28/04/95, 342, de 05/06/97, 468, de 16/07/99, 560, de 27/10/00.

PORTARIA 548, de 22.11.2010 – Estabelece os requisitos mínimos de segurança e contábeis do sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, adicionais aos previstos no Decreto 7.185, de 27 de maio de 2010.

Instruções Normativas

INSTRUÇÃO NORMATIVA TCEMG 002, de 19.09.01 – Dispõe sobre documentos que integram as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

INSTRUÇÃO NORMATIVA TCEMG 005, de 27.12.01 – Altera e revoga dispositivos da Instrução 001/2001 e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA TCEMG 017, de 03.12.08 – Estabelece normas sobre composição e apresentação das prestações de contas de exercício financeiro dos administradores e gestores dos Órgãos da Administração Direta Estadual.

INSTRUÇÃO NORMATIVA TCEMG 019, de 23.12.08 – Contém normas a serem observadas pelo Estado e pelos Municípios para assegurar a aplicação dos recursos mínimos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

INSTRUÇÃO NORMATIVA TCEMG 002, de 12.05.10 – Estabelece normas de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial na Administração Direta e Indireta do Estado de Minas Gerais, e de remessa de informações por meio do Sistema de Licitações, Contratos, Convênios, Adiantamentos e Prestações de Contas (SICOP).

Resoluções

RESOLUÇÃO 4.052, de 12.12.08 – Dispõe sobre o prazo, a forma e o local de pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) referente ao exercício de 2009, sobre o pedido de revisão e divulga os valores de base de cálculo e do imposto.

RESOLUÇÃO 4.121, de 03.07.2009 – Estabelece normas e procedimentos relativos ao sistema de segurança do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais SIAFI/MG, e à autoria da extração de dados do seu Armazém de Informações.

RESOLUÇÃO 4.123, de 03.07.2009 – Dispõe sobre a realização de inventário físico e financeiro dos bens móveis em uso, estocados, cedidos, recebidos em cessão e dos materiais em almoxarifado ou em outras unidades similares, na data base dia 31 de julho de 2009.



RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 40, de 10.04.02 – Dispõe sobre os limites globais para o montante da Dívida Pública Consolidada e da Dívida Pública Mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 43, de 10.04.02 – Dispõem sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições autorizadas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 20, de 07.11.03 – Amplia os prazos estabelecidos na Resolução do Senado Federal, 40/02.

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 67, de 07.12.05 – Altera Resolução do Senado Federal, 43/02.

RESOLUÇÃO CONJUNTA 008, de 15/12/ 2010 – Institui Comissão Especial de estudos em contabilização de contratos de parceria público-privada do Estado de Minas Gerais.

RESOLUÇÃO CONJUNTA 4.275, de 03/12/2010 – Altera a data limite para emissão de empenho de despesas no encerramento financeiro do exercício de 2010, prevista no item VIII, do Anexo do Decreto 44.493 de 12 de novembro 2010.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEPLAG/SEF 7.743, 15/10/ 2010 – Dispõe sobre a reprogramação de saldos orçamentários e financeiros para o encerramento do exercício de 2010 e dá outras providências.

Normas Contábeis do Setor Público

NBC T 16.4 – Transações no Setor Público – Estabelece conceitos, natureza e tipicidades das transações no setor público.



12 – Equipe Técnica

Superintendência Central de Contadoria Geral – SCCG

Maria da Conceição Barros de Rezende

Superintendente da Superintendência Central de Contadoria Geral

Assessoria

Antônio Donizete Rosa

Coordenação Geral do SIAFI – MG

Dínika Bernadeth Pereira da Silva – Coordenadora

Andréa Mara da Silva Oliveira

Maria de Fátima Câmara

Sandro Wilson de Oliveira

Vanilda Maria Mainart Irmão

Wanda Luíza Fiorita da Silva

Diretoria Central de Acompanhamento Contábil

Nilson Eustáquio de Souza – Diretor

Isabella Kênia Fonseca Viegas

Isabela Linhares Stangherlin

Neide Maria Ferreira

Roberta Amormino Cunha Vieira

Vanda Helena Campos Rodrigues Coelho Naves

Diretoria Central de Pesquisa e Análise

Maria Aparecida de Almeida Monteiro – Diretora

Carolina Lemos Coimbra Fernandes

Nelma Barbonaglia da Silva

Oswaldo Roberto de Paula

Ricardo Augusto Zadra

Tadeu Lage

Diretoria Central de Normatização

Dênis Robinson de Amorim Paixão – Diretor

Helga França Moreira

Marise Couto Silva

Apoio Administrativo

Íris Ranieri de Melo Cesário

Rosa Maria Rodrigues de Paula



13 – Realização

Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Secretário de Estado de Fazenda
Leonardo Maurício Colombini Lima

Secretário Adjunto de Estado de Fazenda
Pedro Meneguetti

Subsecretário do Tesouro Estadual
Eduardo Antônio Codo dos Santos

Responsáveis
Maria da Conceição Barros de Rezende
Maria Aparecida de Almeida Monteiro
Carolina Lemos Coimbra Fernandes
Nelma Barbonaglia da Silva
Osvaldo Roberto de Paula
Ricardo Augusto Zadra
Tadeu Lage



14 – Bibliografia

Kohama, Heilio

Contabilidade Pública - Teoria e Prática – São Paulo, Atlas, 2003.

Piscitelli, Roberto Bocaccio [et al.]

Contabilidade Pública – Uma abordagem da Administração Financeira Pública – 9ª edição – Editora Atlas.

Sá Lopes A.

Dicionário de Contabilidade, 09. ed. São Paulo: Atlas.

Iudícibus, Sérgio de, [et al.]

Dicionário de termos de contabilidade – São Paulo: Atlas, 2001.

Motta, Carlos Pinto Coelho [et al.]

Responsabilidade Fiscal – São Paulo: Saraiva, 2001.- Lei Complementar 101 de 04.05.00

Matarazzo, Dante C.

Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial – 6. ed. – São Paulo : Atlas, 2003.

Secretaria do Tesouro Nacional

Manual Técnico dos Demonstrativos Fiscais – Volumes II- Relatório Resumido da Execução Orçamentária e III – Relatório de Gestão Fiscal.

Secretaria do Tesouro Nacional

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Volumes I – Procedimentos Contábeis Orçamentário 2ª edição.

Relatórios Contábeis dos exercícios de 2008 a 2009 – Secretaria de Estado de Fazenda – SEF/SCCG.

Sítio da Secretaria de Estado de Fazenda do Estado de Minas Gerais – www.fazenda.mg.gov.br.

Sítio da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – www.almg.gov.br.

Sítio da Secretaria do Tesouro Nacional – www.stn.fazenda.gov.br.

Sítio de Planejamento – www.planejamento.mg.gov.br



15 – Siglário

AH	– Análise Horizontal
ALMG	– Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais
ARO	– Antecipação de Receita Orçamentária
AV	– Análise Vertical
BDMG	– Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais
Bemge	– Banco do Estado de Minas Gerais
BID	– Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	– Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBMMG	– Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Minas Gerais
CE	– Constituição Estadual
CEF	– Caixa Econômica Federal
Cemig	– Companhia Energética de Minas Gerais
CF	– Constituição Federal
CGE	– Controladoria Geral do Estado
Cide	– Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Codemig	– Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
Cohab	– Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais
Copasa	– Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CNPQ	– Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento
CRC	– Conta de Resultados a Compensar
Credireal	– Banco de Crédito Real de Minas Gerais
Credpop	– Programa Estadual de Crédito Popular
DC	– Dívida Consolidada
DCL	– Dívida Consolidada Líquida
DCPA	– Diretoria Central de Pesquisa e Análise
DER-MG	– Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais
DINF	– Diretoria de Informações Fiscais
DMLP	– Dívida de Médio e Longo Prazos
Dnit	– Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DTI	– Divisão de Tratamento da Informação
E.C.	– Emenda Constitucional
EGE	– Secretaria de Estado de Fazenda – Encargos Gerais
Emater	– Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMG	– Estado de Minas Gerais
Epamig	– Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Fapemig	– Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FEH	– Fundo Estadual da Habitação
FES	– Fundo Estadual de Saúde
Fhemig	– Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
Fipe	– Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
Findes	– Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento
FNDE	– Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPE	– Fundo de Participação dos Estados
FPC	– Folha de pagamento Centralizada



Funapec	– Fundo de Assistência ao Pecúlio dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais
Fundeb	– Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Fundese	– Fundo de Fomento e Desenvolvimento socioeconômico do Estado de Minas Gerais
Fundhab	– Fundo de Apoio Habitacional da Assembléia Legislativa de Minas Gerais
Funed	– Fundação Ezequiel Dias
Funfip	– Fundo Financeiro de Previdência
Funpemp	– Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais
Funtrans	– Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes
Geraminas	– Programa de Apoio Creditício ao Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte do Estado de Minas Gerais
Hemominas	– Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais
ICMS	– Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação
Idene	– Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
IEF	– Instituto Estadual de Floresta
Inmetro	– Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
INSS	– Instituto Nacional da Seguridade Social
Ipem-MG	– Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais
IPI	– Imposto sobre Produtos Industrializados
Iplemg	– Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais
Ipsemg	– Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais
IPSM	– Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais
IPVA	– Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRRF	– Imposto de Renda Retido na Fonte
ITCD	– Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos
JBIC	– Projeto Jaíba II
LC	– Lei Complementar
LDO	– Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	– Lei de Orçamento Anual
LRF	– Lei de Responsabilidade Fiscal
MDE	– Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MGI	– Minas Gerais Participações S/A
MinasCaixa	– Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais
NBC T	– Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
OLP	– Obrigações Liquidadas a Pagar
Pasep	– Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PEF	– Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal.
PMDI	– Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PMMG	– Polícia Militar do estado de Minas Gerais
PPAG	– Plano Plurianual de Ação Governamental
PPE	– Programa de Parcelamento Especial de Crédito Tributário
PPP	– Parcerias Público Privadas



Processo	– Programa de Pavimentação de Ligações aos Municípios
Proalfa	– Programa de Avaliação da Alfabetização
Prodemge	– Companhia de Tecnologia da Informação de Minas Gerais
Prodetur	– Programa de Desenvolvimento do Turismo
Proeb	– Programa de Avaliação da Educação Básica
Profisco	– Projeto de Modernização da Gestão Fiscal
Pró-giro	– Programa de Apoio ao Desenvolvimento Produtivo Integrado
Pró invest	– Programa de Apoio ao Investimento
Pró-hosp	– Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do SUS/MG
Promédio	– Programa de Melhoria da Qualidade e Eficiência do Ensino Médio
Pronoroeste	– Programa de Eletrificação Rural
PSF	– Programa Saúde da Família
Qese	– Quota Parte Estadual do Salário Educação
RCL	– Receita Corrente Líquida
RGF	– Relatório de Gestão Fiscal
RMBH	– Região Metropolitana de Belo Horizonte
RPNP	– Restos a Pagar Não Processados
RPPS	– Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos
RPV	– Requisitório de Pequeno Valor
RREO	– Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Ruralminas	– Fundação Rural Mineira
Saif	– Superintendência de Arrecadação e Informações Fiscais
SCCG	– Superintendência Central de Contadoria Geral
SCGD	– Superintendência Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública
SCPPO	– Superintendência Central de Planejamento e Programação Orçamentária
SEF	– Secretaria de Estado de Fazenda
Seplag	– Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Setop	– Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas
Siafi/MG	– Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais
Sisema	– Sistema Estadual do Meio Ambiente
Somma	– Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios
SOF	– Secretaria de Orçamento Federal
STE	– Subsecretaria do Tesouro Estadual
STN	– Secretaria do Tesouro Nacional
Suas	– Sistema Único de Assistência Social
SUS	– Sistema Único de Saúde
TJMG	– Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
UAI	– Unidade de Atendimento Integrado
UT	– Unidade de Tesouraria



336.126 MG – Secretaria de Estado de Fazenda – SCCG – Balanço
M663b Geral/Relatório Contábil – Exercício de 2010. Belo Horizonte,
2011.

1. Finanças Públicas. 2. Contabilidade Pública.
3. Orçamento Público. 4. Administração Financeira I.T.